



Economia Circular: Análise do gap nacional face a países de referência

EcoEconomy 4.0

E-Book

Junho de 2021



Cofinanciado por:





Índice



#1 Introdução

- 1.1. Estrutura do documento
- 1.2. Projeto EcoEconomy 4.0
- 1.3. Objetivos e âmbito do EcoEconomy 4.0 em matéria de Economia Circular



#2 Políticas de Economia Circular

- 2.1. Política europeia de estímulo à transição para a Economia Circular
- 2.2. Temáticas e instrumentos de política a destacar
- 2.3. Países / regiões de referência



#3 Gap analysis

- 3.1. Políticas de promoção da Economia Circular no contexto nacional
- 3.2. Benchmark: posicionamento global e análise do gap



#4 Conclusões e recomendações

- 4.1. Ideias de força
- 4.2. Recomendações

1. Introdução





1. Introdução

1.1. Estrutura do documento



#1



#1 Introdução

- 1.1. Estrutura do documento
- 1.2. Projeto EcoEconomy 4.0
- 1.3. Objetivos e âmbito do EcoEconomy 4.0 em matéria de Economia Circular



#2



#3



#4



#2

Políticas de Economia Circular

- 2.1. Política europeia de estímulo à transição para a Economia Circular
- 2.2. Temáticas e instrumentos de política a destacar
- 2.3. Países / regiões de referência



#3

Gap analysis

- 3.1. Políticas de promoção de Economia Circular no contexto nacional
- 3.2. Benchmark: posicionamento global e análise do gap



#4

Conclusões e recomendações

- 4.1. Ideias de força
- 4.2. Recomendações

O presente estudo tem por objetivo analisar as principais políticas e medidas de referência em matéria de Economia Circular em países da União Europeia (UE), com particular foco em iniciativas orientadas para Pequenas e Médias Empresas (PME).

O estudo insere-se no projeto EcoEconomy 4.0, dinamizado pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), e encontra-se estruturado em **4 capítulos chave**.



#1 - Introdução - Neste capítulo são apresentados os objetivos e o âmbito do estudo, bem como o seu enquadramento no projeto EcoEconomy 4.0, que visa apoiar as PME em matéria de Economia Circular e de Descarbonização e Transição Energética, capacitando-as para promoverem o seu autodiagnóstico e desenvolverem os seus próprios roteiros de atuação.



#2 - Políticas de Economia Circular - Aqui são exploradas as políticas globais de incentivo à transição para a Economia Circular, bem como as principais iniciativas europeias neste contexto, nomeadamente as dirigidas às PME industriais. Destacam-se, em particular, as políticas e medidas de Economia Circular em três países europeus de referência: Bélgica, Países Baixos e França.



#3 - Gap analysis - Com o intuito de fazer uma *gap analysis* que permita posicionar Portugal no contexto europeu, foi desenvolvida uma análise das políticas e medidas nacionais para a Economia Circular, bem como uma análise do gap nacional face aos países de referência anteriormente analisados (Bélgica, Países Baixos e França).



#4 Conclusões e recomendações - Neste capítulo final pretende-se sistematizar as ideias de força do presente estudo, bem como um conjunto restrito de recomendações com vista à melhoria das políticas nacionais de promoção da Economia Circular.



1. Introdução

1.2. Projeto EcoEconomy 4.0

O projeto EcoEconomy 4.0 dinamizado pela AEP tem como objetivo a **promoção da adoção pelas PME de práticas inovadoras baseadas na sustentabilidade ambiental**, qualificando-as para um uso mais eficiente e eficaz dos recursos materiais e energéticos.



#1



#2



#3



#4

EcoEconomy 4.0 engloba três domínios críticos na promoção da inovação e competitividade sustentável



Descarbonização /
Transição Energética



Economia
Circular



Indústria
4.0

A qualificação, a inovação e a competitividade das PME dependem crescentemente da eficiência no uso de materiais e energia, onde os desafios da circularidade, da descarbonização e da transição energética são relativamente maiores, em virtude do maior peso relativo dos inputs na sua atividade.

As tecnologias da Indústria 4.0 permitem fomentar práticas mais sustentáveis e monitorizar de forma preventiva e corretiva aos perfis de consumo de materiais e energético das empresas.

As atividades nucleares do projeto são:

Economia Circular

Transição Energética



Inteligência Estratégica



Estudos de benchmarking internacional



Análise do gap nacional face a países de referência



Análise das tecnologias disruptivas da Indústria 4.0



Desenvolvimento de ferramentas de suporte

Estruturação de referenciais de avaliação



Desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico



Preparação de *toolkits* e guias de ação



Dinamização de ações de informação e ativação

Roadmap de ações para a melhoria do desempenho



Workshops de ativação e dinamização junto das PME





1. Introdução

1.3. Objetivos e âmbito do EcoEconomy 4.0 em matéria de Economia Circular

#1

#2

#3

#4



Objetivos

- ▶ Diagnosticar a situação de partida das PME das regiões alvo (Norte, Centro e Alentejo) e as suas necessidades mais prementes em matéria de sustentabilidade ambiental, para definir as áreas prioritárias de atuação para as PME no âmbito da Economia Circular e da Descarbonização e Transição Energética (DTE) e colaborar num **roadmapping coletivo** com os outros domínios do projeto;
- ▶ Criar e disponibilizar **ferramentas de diagnóstico e autoavaliação** que permitam às PME fazer um **benchmarking setorial** e evidenciar as **áreas de intervenção com maior potencial** em termos económicos e ambientais (nesta linha, será produzida e disponibilizada informação de **benchmarking nacional e internacional** para inspirar soluções de EC e DTE inovadoras e aplicáveis a séries alargadas de empresas);
- ▶ Divulgar de uma maneira clara e estruturada os **conceitos subjacentes ao processo de EC e DTE** e **desmistificar ideias erradas** que persistem nas mentes de empresários e gestores neste domínio para **aumentar a sua consciencialização**, procurando colocar os domínios de intervenção no centro da definição estratégica das PME em Portugal (à semelhança do que já acontece em termos de política pública);
- ▶ Criar **ferramentas (toolkits e guias de ação)** que apoiem os gestores das PME a traçarem os seus próprios roteiros individuais de **implementação de soluções para a EC e a DTE**, incluindo a correta avaliação e gestão de riscos na gestão de recursos, a identificação de processos críticos e a obtenção de financiamento, entre outros;
- ▶ Assegurar a **divulgação e disponibilização de toda a informação produzida**, seja por via de novos suportes a criar no âmbito do projeto, seja em repositórios de informação relevantes e já existentes (e.g. portal economia).



Âmbito

No âmbito da Economia Circular, o projeto EcoEconomy 4.0 inclui as seguintes atividades:

- ▶ **Inteligência estratégica** - Produção de conhecimento científico e tecnológico em torno dos domínios temáticos do projeto, bem como o levantamento e sistematização de casos de sucesso e boas práticas empresariais;
- ▶ **Desenvolvimento de ferramentas de suporte à EC nas PME** - Criação de uma ferramenta de autodiagnóstico online que avalie a distância das PME a um objetivo de Economia Circular, incluindo a utilização de tecnologias digitais da indústria 4.0 estimuladoras dessa abordagem;
- ▶ **Dinamização de ações de ativação e informação da EC nas PME** - Potenciar a utilização do conhecimento e ferramentas desenvolvidas através de um maior envolvimento das PME no processo, e promover as ações cooperativas nos domínios abordados pelo projeto;
- ▶ **Comunicação e disseminação de resultados do projeto** - Promoção do projeto junto do público-alvo (PME do Norte, Centro e Alentejo), desde a fase de planeamento ao encerramento do projeto e respetiva análise de impacto.

2. Políticas de Economía Circular





2. Políticas de Economia Circular

2.1. Política europeia de estímulo à transição para a Economia Circular



Política Europeia para a Economia Circular

A transição para uma Economia Circular é uma das prioridades da Comissão Europeia, o que se reflete em variados documentos estratégicos adotados ao longo da última década

#1

#2

#3

#4

O início da transição

Com o objetivo de promover a transição europeia de uma economia linear para uma Economia Circular, em 2014, a Comissão Europeia adotou o documento estratégico *Towards a Circular Economy: A Zero Waste Programme for Europe*. Neste documento, os resíduos são tratados como recursos críticos para “fechar o ciclo”, conceito *core* da Economia Circular.

O Pacote Europeu para a Economia Circular

Em dezembro de 2015, a Comissão Europeia lançou o *Pacote para a Economia Circular*, que incluiu o documento *Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a Economia Circular*. Este primeiro Plano de Ação delineou um conjunto de medidas específicas e ambiciosas no âmbito da transição para uma economia mais circular. Neste documento, a transição era reconhecida como a principal ferramenta para proteger as empresas da escassez de recursos e da volatilidade de preços, aumentando a competitividade europeia, criando novas oportunidades de negócios e incentivando métodos de produção mais eficientes.

O Pacto Ecológico Europeu e o Novo Plano de Ação

Em 2019, foi adotado o *Pacto Ecológico Europeu* (ou *European Green Deal*), enquanto parte da estratégia para implementar a *UN 2030 Agenda* e alcançar os *Sustainable Development Goals* (SDG), entre outras prioridades. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, em 2020, foi adotado o *Um novo Plano de Ação para a Economia Circular – Para uma Europa mais limpa e competitiva*, que ambiciona acelerar o processo de transição já iniciado em 2015.



2014 +

Towards a circular economy: A zero waste programme for Europe

Documento que estabelece um quadro coerente para a promoção da Economia Circular na UE, incluindo:

- Estabelecimento de um *framework* para o desenvolvimento de políticas;
- Alterações na políticas de gestão de resíduos;
- Criação de condições económicas e financeiras para a implementação da Economia Circular;
- Novos modelos de negócios que minimizem a quantidade de resíduos produzidos.



2016 +

Clean Energy For All Europeans

Conjunto de medidas que propõe o estabelecimento de um novo *framework* para potenciar, transformar e consolidar a transição energética.



+ 2015

Closing the loop - An EU action plan for the Circular Economy



Primeiro plano europeu para a Economia Circular. Este plano integrou 54 medidas específicas direcionadas para os setores de atividade considerados prioritários. Adicionalmente, o plano contemplou algumas medidas transversais a todos os setores, relacionadas com o estímulo à inovação e com a adequação do financiamento. Em 2018, foi publicado o *Report on the implementation of the Circular Economy Action Plan*

+ 2017

A renewed EU Industrial Policy Strategy



Este instrumento político tem como objetivo estabelecer um enquadramento que estimule a competitividade industrial europeia.



Política Europeia para a Economia Circular

A Comissão Europeia adotou o Novo Plano de Ação para a Economia Circular, com o objetivo de acelerar e robustecer o quadro político criado em 2014

#1

#2

#3

#4



2018 +
Monitoring Framework on progress towards a circular Economy

Estabelecimento dos principais indicadores para monitorizar a transição para uma economia mais circular na Europa. Estão incluídos indicadores de produção e consumo, de gestão de resíduos, de utilização de matérias-primas secundárias e de competitividade e inovação.



2019 +
Pacto Ecológico Europeu

Documento que estabelece as principais diretrizes em matéria de utilização eficiente de recursos, transição para uma atividade produtiva mais limpa, restaurar a biodiversidade e redução da poluição. Este é um documento central em termos de política ambiental europeia, sendo de elevada relevância para todos os setores económicos.



2020 +
New Industrial Strategy

O documento propõe uma nova abordagem focada em desenvolver políticas públicas através do envolvimento generalizado de stakeholders. Esta estratégia delinea as principais diretrizes para que, através de variadas medidas administrativas e financeiras, o setor da indústria transite para uma Economia Circular e para um ciclo produtivo mais limpo.

+ 2019

A European Strategy for Plastics in a Circular Economy



Estratégia que promove novos modelos de negócios e a definição de metas relacionadas com o consumo e utilização de plástico (reciclado)

+ 2019

Sustainable Europe Investment plan



Este Pano de Investimentos é um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu, prevendo a mobilização de, pelo menos, €1 bilião através de diferentes mecanismos e instrumentos financeiros e implicando a mobilização do setor público e privado.

+ 2020

Circular Economy Action Plan



Novo plano de ação para a Economia Circular associado ao Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de acelerar o processo de transição para uma economia mais circular.

Apoiar a transição

Para além dos principais documentos estratégicos elencados na linha cronológica, a Agência Europeia do Ambiente tem publicado diversos relatórios em matéria de Economia Circular, com o intuito de apoiar a transição. Destes, destacam-se o *Circular economy in Europe — Developing the knowledge base* (2016), o *Circular by design — Products in a circular economy* (2017), o *The circular economy and the bioeconomy — Partners in sustainability* (2018) e o *Paving the way for a circular economy: insights on status and potentials* (2019).

Suporte financeiro

Paralelamente, a transição para uma Economia Circular exige um considerável suporte financeiro. Nesse sentido, a Comissão Europeia colocou em prática várias medidas no sentido de promover a sustentabilidade no sistema financeiro e, em particular, o investimento em Economia Circular. Em 2016, foi criado o *High Level Expert Group on Sustainable Finance*, que preparou o plano de ação *Financing Sustainable Growth*, adotado em 2018 pela Comissão Europeia. A Comissão Europeia criou, também, a *Circular Economy Finance Support Platform* com o objetivo de incentivar o investimento público e privado em iniciativas no âmbito da Economia Circular.

Para apoiar a transição, vários programas de financiamento europeu têm sido mobilizados, incluindo o Horizonte 2020, Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, entre outros.



Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu (ou *Green Deal*), publicado em 2019, redefine o compromisso da Comissão Europeia para enfrentar os principais desafios climáticos e ambientais

#1

#2

#3

#4

O **Pacto Ecológico Europeu** (ou *Green Deal*) é um elemento fundamental da estratégia da Comissão Europeia para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O Pacto Ecológico Europeu estrutura o novo roteiro estratégico de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos.

A abordagem proposta

A fim de alcançar estes objetivos, o Pacto Ecológico Europeu propõe uma abordagem transversal a toda a economia, incluindo indústria, produção e consumo, grandes infraestruturas, transportes, alimentação e agricultura, construção, política fiscal e prestações sociais.

Este pacto destaca a necessidade de mobilizar, de forma coerente, todos os instrumentos políticos (regulamentação e normalização, investimento e inovação, reformas nacionais, diálogos com parceiros sociais e cooperação internacional) e de garantir que legislação e as políticas em vigor em cada um dos Estados-Membro são pertinentes à luz do Pacto Ecológico.

A estrutura do documento

O Pacto Ecológico estrutura-se em torno de 8 domínios de intervenção, considerados fundamentais para atingir as metas supracitadas e com elevado potencial de articulação e reforço mútuo. Para cada um destes domínios, são apresentadas as principais diretrizes políticas, garantindo a coordenação de ações, a coerência de medidas e a exploração das sinergias existentes entre todos eles.

Com vista a apoiar a sustentabilidade e exequibilidade de todas as políticas da Europa, o Pacto Ecológico integra dois eixos de ação de natureza transversal relacionados com o financiamento da transição e com a promoção de uma transição justa.

Considerando que as novas tecnologias, as soluções sustentáveis e a inovação disruptiva são essenciais para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a mobilização da investigação e a promoção da inovação assumem-se como um eixo de ação fundamental e integrante de cada um dos domínios de intervenção.

O terceiro domínio de intervenção é inteiramente dedicado à mobilização da indústria para a Economia Circular e limpa.



Aumentar a ambição da UE em matéria de clima para 2030 e 2050

Fornecer energia limpa, segura e a preços acessíveis

Mobilizar a indústria para a Economia Circular e limpa

Construir e renovar de forma eficiente em termos de utilização de energia e recursos

Acelerar a transição para a mobilidade sustentável e inteligente

«Do prado ao prato»: conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente

Preservar e recuperar ecossistemas e a biodiversidade

Adotar uma ambição de poluição zero por um ambiente livre de substâncias tóxicas

Financiamento da transição

Garantir uma transição justa

Mobilizar a investigação e promover a inovação



Pacto Ecológico Europeu

A mobilização da indústria para a Economia Circular e limpa destaca o potencial económico e de criação de emprego e identifica áreas chave para o processo de transição, como as tecnologias digitais

#1

#2

#3

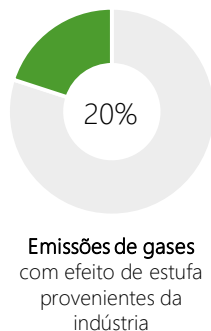
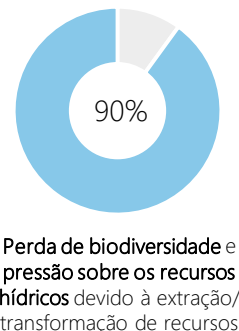
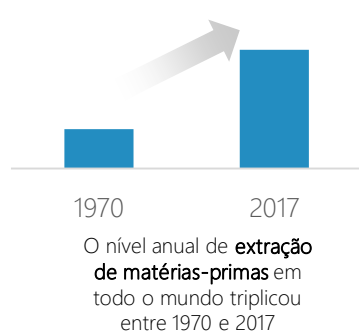
#4

O **Pacto Ecológico Europeu** assinala a importância da “mobilização plena do setor industrial” para alcançar uma Economia Circular e com impacto neutro no clima até 2050, destacando a emergência de se implementarem ações estruturais nos próximos 5 anos. Todavia, a transformação está a decorrer a um ritmo lento e os progressos não têm sido generalizados nem uniformes. O Pacto Ecológico pretende acelerar a transição da indústria da UE para um modelo sustentável e inclusivo de crescimento. O documento destaca o **potencial económico** inerente à transição. Os mercados globais de tecnologia com baixo nível de emissões e de produtos/serviços sustentáveis apresentam um potencial de crescimento significativo. Paralelamente, a Economia Circular tem capacidade de criar novas atividades e emprego.

As **tecnologias digitais** são uma importante ferramenta para a prossecução dos objetivos de sustentabilidade traçados. Neste âmbito, a Comissão Europeia propõe-se a estudar um conjunto de medidas que impulsionem “o setor digital a colocar a sustentabilidade no seu centro”.

Assim, em 2020, a Comissão Europeia adotou uma **nova estratégia industrial** da UE para “enfrentar o duplo desafio da transformação ecológica e digital”. Em paralelo, um novo **Plano de Ação para a Economia Circular** foi desenvolvido e visa contribuir para modernizar a economia da UE e tirar partido das oportunidades proporcionadas pela Economia Circular, a nível interno e global. Através do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia propõe-se também dar seguimento à **Estratégia para os Plásticos**, adotada em 2018.

Estatísticas de apoio à conceção do Pacto Ecológico Europeu



Fonte: EC (2019), Pacto Ecológico Europeu

Pacto Ecológico Europeu - Mobilizar a indústria para a Economia Circular e limpa

Nova Estratégia para a indústria

- Modernizar o setor industrial europeu e explorar oportunidades, tanto internamente como a nível internacional
- Estimular o desenvolvimento de novos mercados para produtos circulares e neutros do ponto de vista climático
- Descarbonizar e modernizar os setores industriais intensivos na utilização de energia

Novo Plano de ação para a Economia Circular

- Estratégia de fomento de produtos sustentáveis, que dará prioridade à redução e à reutilização antes da reciclagem
- Promover novos modelos de negócio e estabelecer requisitos mínimos para evitar a colocação no mercado da UE de produtos prejudiciais ao ambiente
- Reforçar a responsabilidade alargada do produtor
- Desenvolver ações específicas para setores de atividade com utilização intensiva de recursos, como os têxteis, a construção, a eletrónica e os plásticos
- Incentivar as empresas a oferecer, e os consumidores a escolher, produtos reutilizáveis, duradouros e reparáveis
- Promover a apresentação de informações fiáveis, comparáveis e verificáveis e reduzir o risco de “branqueamento ecológico”
- Redução da quantidade de resíduos produzidos

Estratégia dos plásticos

- Destacar medidas destinadas a combater os microplásticos adicionados intencionalmente e os plásticos libertados de forma não intencional
- Conceber requisitos para que, em 2030, todas as embalagens utilizadas no mercado da UE sejam reutilizáveis ou recicláveis de forma economicamente viável
- Estabelecer um quadro regulamentar para os plásticos biodegradáveis e de base biológica.



Fechar o Ciclo

Recuando, importa lembrar que o Pacote Europeu para a Economia Circular foi guiado pela comunicação da CE “Fechar o Ciclo – Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, o primeiro plano de ação para a Economia Circular no mundo

#1

#2

#3

#4

Em 2014, a Comissão Europeia adotou o **Pacote para a Economia Circular (PEC)**, cuja conceção se baseou no **Roadmap for Resource-Efficient Europe**, adotado em 2011, com vista a combater a volatilidade dos preços dos recursos, a elevada dependência de importações de matérias-primas e a pressão crescente nos recursos.

O PEC foi guiado pela comunicação **Fechar o Ciclo – Plano de Ação da UE para a Economia Circular** (que incluía 54 ações devidamente calendarizadas) e por diversas propostas legislativas com vista a incentivar a transição para uma economia mais circular. Este plano de ação foi uma das principais ferramentas iniciais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, em particular o Objetivo 12, que visa garantir padrões sustentáveis de consumo e produção.

O Plano de Ação centrou-se em **todo o ciclo económico**, encontrando-se estruturado em 7 capítulos. Ainda que as ações propostas tenham sido implementadas a nível europeu, **cada Estado-membro foi encorajado a desenvolver a sua própria estratégia** no âmbito da Economia Circular e da eficiência de recursos.

O Plano de Ação completo pode ser consultado [AQUI](#).

Estrutura do Plano de Ação da UE para a Economia Circular

Comissão destacava a importância do **acompanhamento dos planos e medidas nacionais** com vista à aceleração da transição, o que implica o desenvolvimento de um Quadro de acompanhamento da Economia Circular.

Medidas de natureza transversal com objetivo de apoiar a concretização das restantes ações. Estas dividiam-se em:

- Apoio à inovação e investigação;
- Financiamento da transição para uma Economia Circular;
- Apoio ao ensino, formação e emprego.

O plano de ação designou **5 domínios considerados prioritários**, tendo em conta as especificidades dos seus produtos ou cadeias de valor, a sua pegada ambiental ou o facto de dependerem de materiais provenientes de países terceiros: (i) plástico, (ii) desperdício alimentar, (iii) matérias-primas essenciais, (iv) construção e (v) biomassa e produtos de base biológica.

O plano de ação destacava a importância do **processo de produção para a transição para uma economia mais circular**. Este domínio dividia-se em linhas de ação:

- Conceção dos produtos;
- Processos de produção.

Relevava-se que o **consumo doméstico e industrial** era condicionado pelas informações a que os consumidores têm acesso, pela gama e preços dos produtos existentes e pelo quadro normativo, mostrando-se crucial alinhar estas condicionantes para criar incentivos a um consumo que favoreça a transição para uma Economia Circular.

Assumia-se que a **gestão de resíduos tem um papel central na Economia Circular**, determinando o modo como é posta em prática a hierarquia de resíduos estabelecida pela UE. Esta hierarquia determina uma ordem de prioridade, desde a prevenção, passando pela preparação para a reutilização, a reciclagem e a recuperação de energia, até à eliminação

Procurou-se impulsionar a **reutilização da água** e o **mercado das matérias-primas secundárias**, isto é, materiais que são reintroduzidos no ciclo económico e podem ser comercializados em paralelo com as matérias-primas primárias, aumentando assim a segurança do abastecimento.





Fechar o Ciclo

Principais ações e diretivas no âmbito da Economia Circular

#1

#2

#3

#4

Publicado em 2019, o *Relatório de Implementação do Plano de Ação para a Economia Circular* apresenta de forma sistematizada todas as ações desenvolvidas até à data, no âmbito do primeiro plano de ação para a Economia Circular.

As **54 ações** que levam em linha de conta o seu âmbito temático encontram-se repartidas por **11 secções**: 4 domínios temáticos (produção, consumo, gestão de resíduos e matérias-primas secundárias), 5 domínios setoriais (plásticos, desperdício alimentar, matérias-primas críticas, construção e demolição e biomassa e materiais biológicos) e 2 domínios transversais (inovação e investimento e monitorização).

As ações incluem medidas de carácter opcional, cuja adoção fica ao critério de cada Estado-Membro, assim como alterações de propostas legislativas, essenciais para o estabelecimento de metas comuns para a Europa.

A tabela sistematiza algumas das ações promovidas pelo primeiro plano de ação, consideradas de particular interesse para o desenvolvimento de ferramentas de âmbito nacional de apoio à transição para uma economia mais circular.

O Relatório de Implementação do Plano de Ação para a Economia Circular completo pode ser consultado [AQUI](#).

Principais ações no âmbito da Economia Circular

Ação	Descrição	Domínio temático	Mais informação
Contratos públicos ecológicos	O plano de ação destaca o importante papel dos contratos públicos na transição para uma Economia Circular, tendo em conta que estes representam cerca de 20% do PIB da UE. Os contratos públicos ecológicos estabelecem, a nível da UE, critérios a utilizar pelas autoridades públicas a título voluntário. Desde 2015, os critérios de contratação pública passaram a integrar medidas de Economia Circular para diversos setores. Em 2017, a CE publicou o relatório <i>Public Procurement for a Circular Economy - Good practice and guidance report</i> . Em 2018, o framework de monitorização para a Economia Circular passou a integrar um indicador relacionado com <i>Green Public Procurement</i> .	Consumo	+
Diretiva de conceção ecológica e Ecodesign Working Plan 2016-2019	O plano de ação estabelece regras de conceção relacionadas com a durabilidade, reciclabilidade, potencial de reutilização e reparabilidade dos materiais utilizados. Este plano de ação permitiu ampliar estes requisitos para além da eficiência energética.	Produção	+
Revisão do regulamento sobre fertilizantes	O novo regulamento facilita o reconhecimento dos fertilizantes orgânicos e à base de resíduos biológicos no mercado único e o apoio do papel dos bio-nutrientes, tornando a agricultura europeia muito menos dependente de matérias-primas fósseis e mineradas importadas, como gás natural e rocha fosfática.	Matérias-primas secundárias	+
Reutilização da água	A CE tem desenvolvido um conjunto de ações sobre reutilização de água, incluindo uma proposta legislativa sobre requisitos mínimos para a reutilização de águas residuais. Esta proposta de regulamentação define os requisitos mínimos para impulsionar a reutilização eficiente, segura e económica da água para irrigação agrícola.	Matérias-primas secundárias	+



Fechar o Ciclo

Principais ações e diretivas no âmbito da Economia Circular

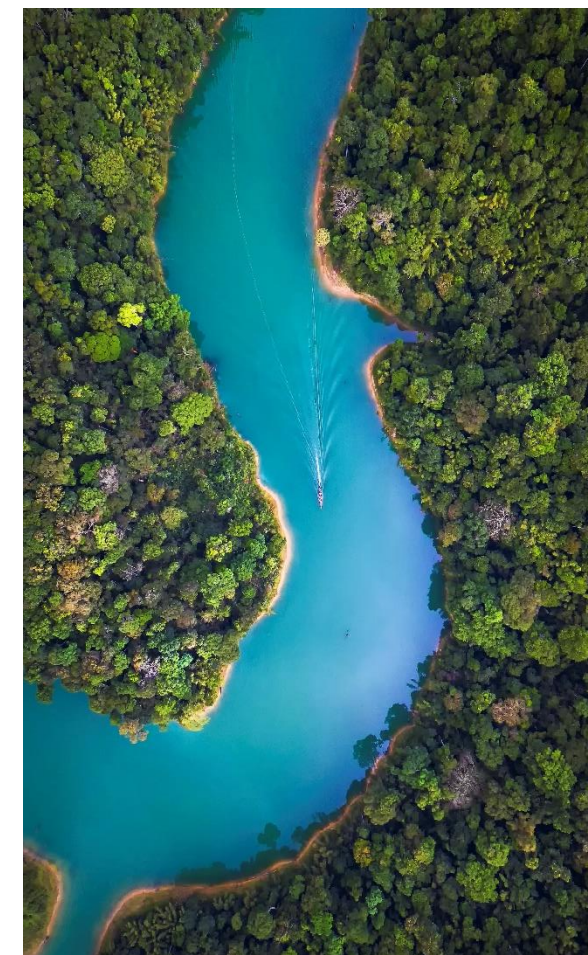
#1

#2

#3

#4

Ação	Descrição	Domínio temático	Mais informação
Redução do desperdício alimentar	A revisão da proposta legislativa dos resíduos inclui novas medidas que exigem aos Estados-Membros uma redução da geração de resíduos alimentares em cada fase da cadeia de abastecimento alimentar, a monitorização e apresentação de relatórios anuais sobre os níveis de resíduos alimentares. Para tal, a CE está a desenvolver uma metodologia harmonizada para mensurar o desperdício alimentar em cada fase da cadeia de abastecimento alimentar. Em 2017, a CE desenvolveu a <i>Platform on Food Losses and Food Waste</i>, uma ferramenta essencial para promover o diálogo, transferir conhecimento e incentivar a colaboração entre diversos <i>stakeholders</i> no que diz respeito ao desperdício alimentar. O desperdício alimentar foi incluído no <i>framework</i> de monitorização para a Economia Circular. Em 2017, a CE publicou as principais diretrizes sobre a doação de alimentos e a utilização de alimentos para alimentação animal.	Domínios prioritários	+
Desenvolvimento de padrões de qualidade para matérias-primas secundárias	Esta ação está a ser desenvolvida com o objetivo de aumentar a confiança no mercado único. Em paralelo, foi publicado o <i>Report on Critical Raw Materials and the Circular Economy</i> , que destaca o potencial de utilização de 27 materiais críticos numa economia mais circular. Adicionalmente, são várias as ações promovidas para aumentar a informação sobre matérias-primas (por exemplo, o <i>Raw Materials Information System</i> e o <i>Raw Materials Scoreboard</i>).	Matérias-primas secundárias	+
Stakeholder Platform	Criada em 2017, esta plataforma pública tem por objetivo encorajar a partilha de experiências e conhecimento entre agentes e identificar barreiras em relação à transição.		+
Estratégia para plásticos e Economia Circular	A estratégia assenta em 4 pilares: melhorar a qualidade dos plásticos reciclados, reduzir os resíduos de plástico, direcionar o investimento e inovação para o desenvolvimento de soluções circulares e aproveitar e estimular a ação global. Como parte da sua implementação, foram apresentadas propostas legislativas com vista ao estabelecimento de metas e regras relacionadas com plásticos de utilização única, incluindo a proibição da utilização de plásticos na conceção de itens de utilização única, substituindo-os por outros materiais sustentáveis disponíveis no mercado. De acordo com esta diretiva, os produtores deverão ser obrigados a contribuir para os custos da gestão e remoção de resíduos de plásticos, assim como para a divulgação dos efeitos nocivos da utilização de plástico.	Domínios prioritários	+





Fechar o Ciclo

Principais ações e diretivas no âmbito da Economia Circular

#1

#2

#3

#4

Ação	Descrição	Domínio temático	Mais informação
Nova estratégia para a Bioeconomia	Uma nova Estratégia de Bioeconomia foi adotada pela Comissão em outubro de 2018. A estratégia inclui, entre outras, as seguintes medidas concretas de curto prazo: ampliação e reforço dos setores de base biológica; implantação rápida de bioeconomia em toda a Europa; proteção do ecossistema e compreensão das limitações ecológicas da bioeconomia. A promoção de materiais e produtos de base biológica, sempre que possível e relevante, será assegurada durante o desenvolvimento do rótulo ecológico da UE e dos critérios de <i>Green Public Procurement</i> para grupos de produtos novos ou existentes.	Domínio prioritário	+
Financiamento da transição	Com vista à promoção da inovação e ao apoio do setor industrial na transição para uma economia mais circular, mais de 10 mil milhões de euros de fundos públicos foram disponibilizados entre 2016 e 2020. O financiamento da inovação no âmbito da Economia Circular proveio de vários programas europeus, incluindo Horizonte 2020, Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, o programa COSME e o programa LIFE. Existem outras medidas económicas, nomeadamente a integração do objetivo da Economia Circular no Regulamento de Taxonomia da UE, a aplicação dos critérios do rótulo ecológico da UE a produtos financeiros e a criação da Plataforma de Apoio ao Financiamento da Economia Circular.	Medidas horizontais	
Desenvolvimento de um quadro de monitorização	Em 2018, foi publicado o Quadro de Indicadores de Monitorização para a Economia Circular composto por 10 indicadores que cobrem todas as fases do processo de transição (i.e. produção, conceção, gestão de resíduos e matérias-primas secundárias), assim como aspetos económicos (i.e. investimento, emprego, VAB e inovação).	Monitorização	+
Revisão da proposta legislativa de resíduos	Esta revisão legislativa tem como objetivo assegurar a aplicação dos princípios de circularidade económica no processo de gestão de resíduos. Para tal, foram redefinidos os <i>targets</i> europeus para a recolha de resíduos, reciclagem de resíduos comuns, embalagens e outros fluxos de resíduos, assim como para a deposição de resíduos em aterros.	Gestão de resíduos	+

- Metas comuns de reciclagem estabelecidas para a União Europeia:

Resíduos municipais	65%	2035
Embalagens	70%	2030
- Meta comum para a redução de utilização de aterros sanitários:

Máximo	10%	2035
--------	-----	------
- Reforço da obrigação de separação de resíduos e extensão desta medida para resíduos domésticos perigosos (até 2022), Bio-resíduos (até 2023) e têxteis (até 2025).
- Estabelecimento de requisitos mínimos para esquemas de responsabilidade alargada do produtor, com o objetivo de melhorar a sua governação e eficiência de custos.
- Reforço dos objetivos de prevenção, em particular, é requerido aos Estados-Membros que tomem medidas específicas para combater o desperdício alimentar e o lixo marinho.



O Novo Plano de Ação

Com a adoção do novo Plano de Ação para a Economia Circular, a Comissão Europeia tem em vista a aceleração da transição para uma Economia Circular

#1

#2

#3

#4

Publicado em 2020, o ***Novo Plano de Ação para a Economia Circular - Para uma Europa mais limpa e competitiva*** é um dos principais documentos estratégicos de apoio ao Pacto Ecológico Europeu, estando intimamente relacionado com o já mencionado Plano Estratégico para a Indústria.

O novo plano de ação para a Economia Circular estabelece uma estratégia orientada para o futuro, no intuito de criar uma Europa mais limpa e mais competitiva em associação com os agentes económicos, os consumidores, os cidadãos e as organizações da sociedade civil. **O roteiro visa acelerar a mudança transformadora** preconizada pelo Pacto Ecológico Europeu, tendo por base as ações desenvolvidas no domínio da Economia Circular desde 2014.

Este documento delinea **35 ações**, organizadas ao longo de **7 capítulos**. Ainda que estas ações sejam de âmbito europeu, o presente plano solicita que cada Estado-Membro desenvolva o seu próprio plano de ação, destacando a importância da **inclusão dos níveis de governação nacional, regional e local** na transição para uma economia mais circular.

O Plano de Ação completo pode ser consultado [AQUI](#).

Estrutura do Novo Plano de Ação da EU para a Economia Circular

A Comissão Europeia salienta a importância de **reforçar o acompanhamento dos planos e medidas nacionais** com vista a acelerar a transição, o que implicará uma atualização do quadro de acompanhamento da Economia Circular.

O novo plano de ação destaca a **importância de promover uma transição mundial**, que extravase as fronteiras europeias. São várias as iniciativas propostas para fomentar a transição para uma economia mais circular em países vizinhos, liderada por iniciativas europeias.

As **medidas de natureza transversal** dividem-se em 3 domínios:

- A circularidade como pré-requisito da neutralidade climática;
- Medidas económicas acertadas;
- Investigação, inovação e digitalização para promover a transição.

Aposta no desenvolvimento de um **quadro estratégico para a sustentabilidade dos produtos**, dividido em 3 dimensões:

- Conceber produtos sustentáveis;
- Capacitar os consumidores e os adquirentes públicos;
- Circularidade nos processos produtivos.

Definição de **cadeias de valor que colocam desafios em termos de sustentabilidade**, exigindo uma tomada de ações urgentes, abrangentes e coordenadas: (i) Eletrónica e TIC, (ii) Baterias e veículos; (iii) Embalagens, (iv) Plásticos, (v) Têxteis, (vi) Construção e edifícios, (vii) Alimentos, água e nutrientes.

Destaque do **potencial social da transição para uma Economia Circular**. São várias as iniciativas, organismos e instrumentos financeiros ao dispor da CE que serão orientadas para a promoção da educação e formação nestes domínios e no apoios às regiões e cidades no processo de adaptação à circularidade.

Medidas direcionadas para uma melhor **gestão de resíduos**, divididas em 4 dimensões:

- Reforçar a política de resíduos para incentivar a prevenção e a circularidade dos mesmos;
- Promover a circularidade num ambiente livre de substâncias tóxicas;
- Garantir o bom funcionamento do mercado da UE para as matérias-primas secundárias;
- Reduzir as exportações de resíduos da UE.



2. Políticas de Economia Circular

2.2. Temáticas e instrumentos
de política a destacar



Iniciativas políticas nacionais

Os planos de ação europeus incentivam os Estados-Membros ao desenvolvimento de roteiros nacionais, com vista a uma transição harmonizada para a Economia Circular

#1

Iniciativas políticas nacionais

Os planos de ação de âmbito europeu destacam a importância do envolvimento colaborativo de diversos *stakeholders* e dos múltiplos níveis de governação, incentivando os Estados-Membros a harmonizar as suas medidas nacionais com vista à transição para economias circulares de forma alinhada com as principais diretivas europeias.

As políticas públicas desempenham um papel central na promoção ou, por vezes, na inibição da transição ambicionada. Ainda que a Economia Circular e a eficiência de recursos se assumam como um tema central na elaboração de políticas, existem relativamente poucos estudos e análises dedicadas a aferir os progressos observados em cada Estado-Membro nesta matéria. Em 2019, a Agência Ambiental Europeia realizou um inquérito a 32 Estados-Membros¹ que abordou especificamente o tema de elaboração de políticas em matéria de Economia Circular. Os dados desse inquérito, divulgados publicamente sob a forma de *country sheets* individuais, foram a principal fonte de informação utilizada neste relatório.

Categorização das iniciativas políticas nacionais

O inquérito realizado contabiliza cerca de 300 iniciativas políticas promovidas pelos Estados-Membros. Estas iniciativas caem em vários domínios, entre os quais se destacam: (i) a principal motivação da iniciativa, (ii) o tipo de instrumento político utilizado e (iii) a fase da cadeia de valor impactada pela iniciativa.

#2

#3

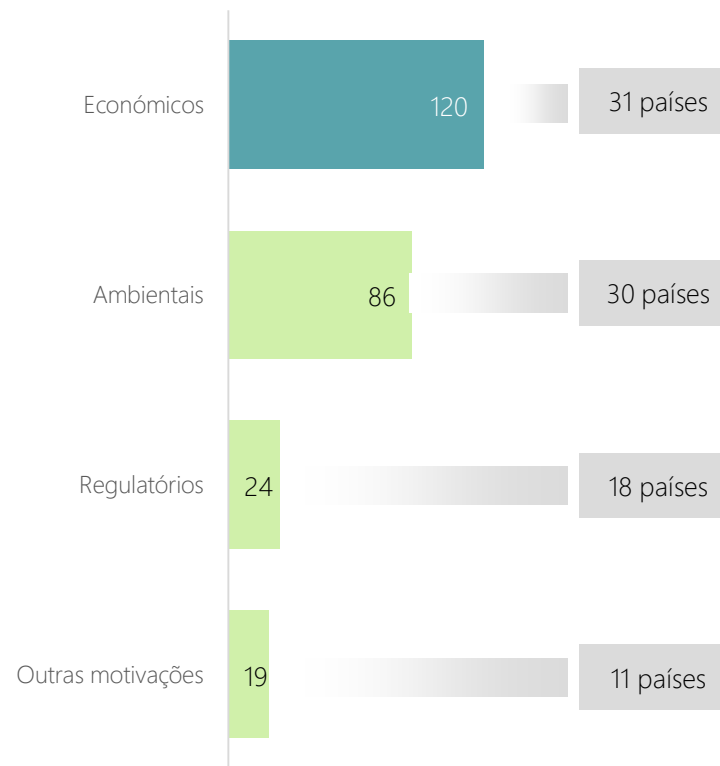
#4

Motivações das iniciativas políticas

As motivações dos Estados-Membros para a elaboração de políticas em matéria de Economia Circular e eficiência de recursos podem ser agrupadas em 4 domínios:

- Motivações relacionadas com **interesses económicos** do país ou da região, tais como o aumento da competitividade, o acesso seguro a matérias-primas e energias e o aumento da eficiência na produção. As questões económicas representam 48% das motivações mencionadas pelos países inquiridos. Das 120 menções registadas, cerca de 21 dizem respeito ao aumento de competitividade.
- Motivações relacionadas com **preocupações ambientais**, tais como a pressão ambiental, a prevenção da degradação ambiental ou a redução da emissão de gases com efeito de estufa. Dos 32 países inquiridos, 30 mencionaram pelo menos uma vez a existência de motivações ambientais. Destas, cerca de 30% diz respeito a melhorias na gestão de resíduos.
- Cumprimento de **requisitos regulamentares**: dos 32 países inquiridos, apenas 18 mencionaram motivações regulatórias. Das 24 menções, 14 estão relacionadas com o cumprimento de metas europeias e 10 estão relacionadas com metas nacionais.
- Outros Drivers: relacionados, por exemplo, com a redução dos impactos sociais.

Motivações inerentes ao desenvolvimento de políticas nacionais mencionadas pelos Estados-Membros



¹ Alemanha, Países Baixos, Bélgica, França, Suíça, Liechtenstein, Itália, Espanha, Portugal, Reino Unido, Irlanda, Noruega, Suécia, Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Áustria, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Albânia, Macedónia, Bulgária, Turquia, Dinamarca
Fonte: EEA (2019)



Iniciativas políticas nacionais

A fase de “produção e distribuição” concentra o maior número de iniciativas políticas, sendo estas maioritariamente medidas de mercado com o objetivo de incentivar a inovação

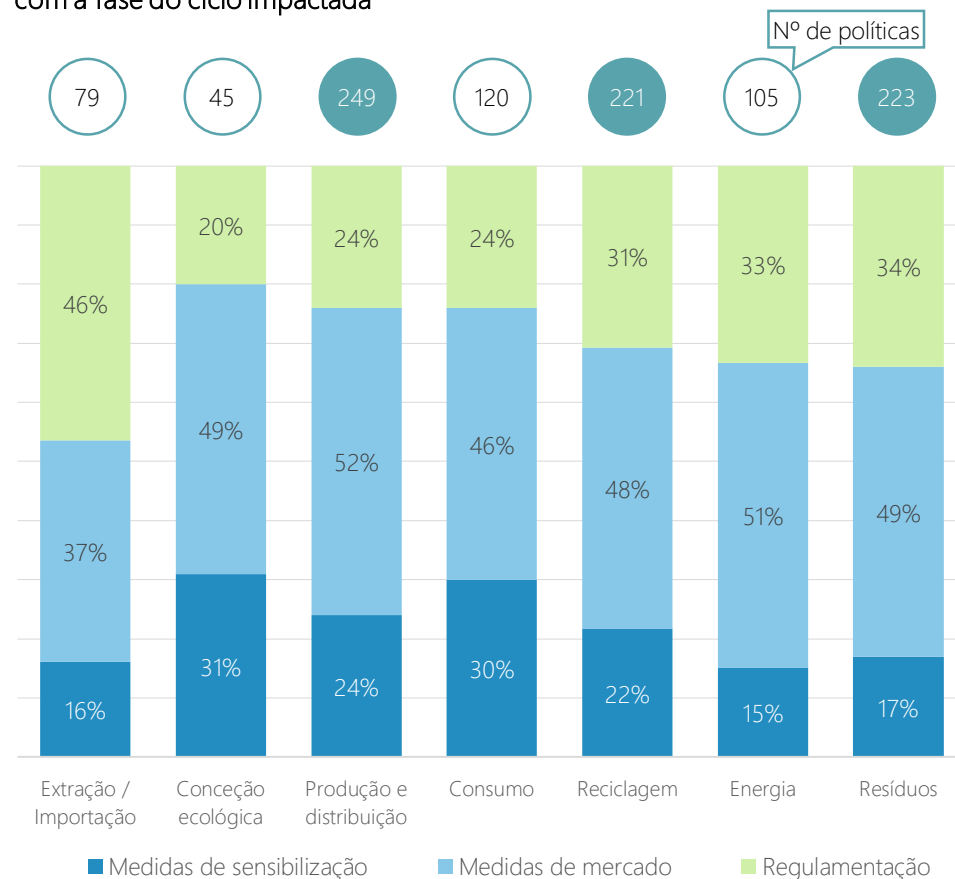
#1

#2

#3

#4

Iniciativas políticas nacionais de acordo com o instrumento político utilizado e com a fase do ciclo impactada



Instrumentos políticos

Os instrumentos políticos utilizados nas iniciativas analisadas podem ser categorizados em:

- **Medidas de mercado**, isto é, instrumentos regulatórios indiretos que alteram a estrutura de incentivos económicos e, por esta via, influenciam o comportamento de importantes *stakeholders* (por exemplo, o estabelecimento de taxas ou definição de incentivos financeiros ao investimento);
- **Regulatórios**, através do estabelecimento de regras que disciplinam o consumo, produção, extração de materiais, entre outros;
- Instrumentos de **sensibilização** e ações de informação.

Alvo das iniciativas políticas nacionais

As iniciativas políticas nacionais podem direcionar-se para diferentes fases do modelo de Economia Circular: extração ou importação de matérias-primas, conceção, produção e distribuição, consumo, reciclagem, energia e gestão de resíduos.

Globalmente, os instrumentos de mercado são os mais frequentes em todas as fases do ciclo, à exceção da fase inicial, de extração ou importação, para a qual a regulação é o instrumento político dominante.

Os instrumentos de mercado mais utilizados em todas as fases do ciclo estão associados à criação de incentivos à inovação. As taxas e subsídios são a segunda ferramenta de mercado mais utilizada, sendo particularmente importante na fase de gestão de resíduos.

A produção e distribuição é aquela que capta maior atenção dos legisladores e autoridades políticas, seguida das fases de gestão de resíduos e da reciclagem.

Em termos relativos, as fases de conceção ecológica e consumo são as que apresentam maior percentagem de instrumentos políticos menos rígidos, tais como ações de sensibilização.

As iniciativas políticas motivadas por fatores económicos estão, sobretudo, direcionadas para as fase de produção e distribuição, enquanto as iniciativas políticas motivadas por preocupações ambientais direcionam-se, maioritariamente, para as fases finais do ciclo.

2. Políticas de Economia Circular

2.3. Países / regiões de referência





Países de referência

No final de 2020, cerca de 14 Estados-Membros, incluindo Portugal, já haviam adotado um plano de ação em matéria de Economia Circular

#1

#2

#3

#4

Planos de Ação nacionais

Com vista à realização de uma análise crítica de iniciativas políticas nacionais de referência, foram estudados os diversos roteiros ou documentos estratégicos em matéria de Economia Circular, adotados por cada um dos Estados-Membros.

Atualmente, cerca de 14 países da UE já adotaram um plano de ação para a transição para uma economia mais circular. O relatório *Circular economy strategies and roadmaps in Europe - Identifying synergies and the potential for cooperation and alliance building* destaca a aceleração observada no número de documentos estratégicos adotados por toda a Europa a partir de 2015, pondo em evidência o alcance e a capacidade de sensibilização do primeiro Plano de Ação Europeu para a Economia Circular.

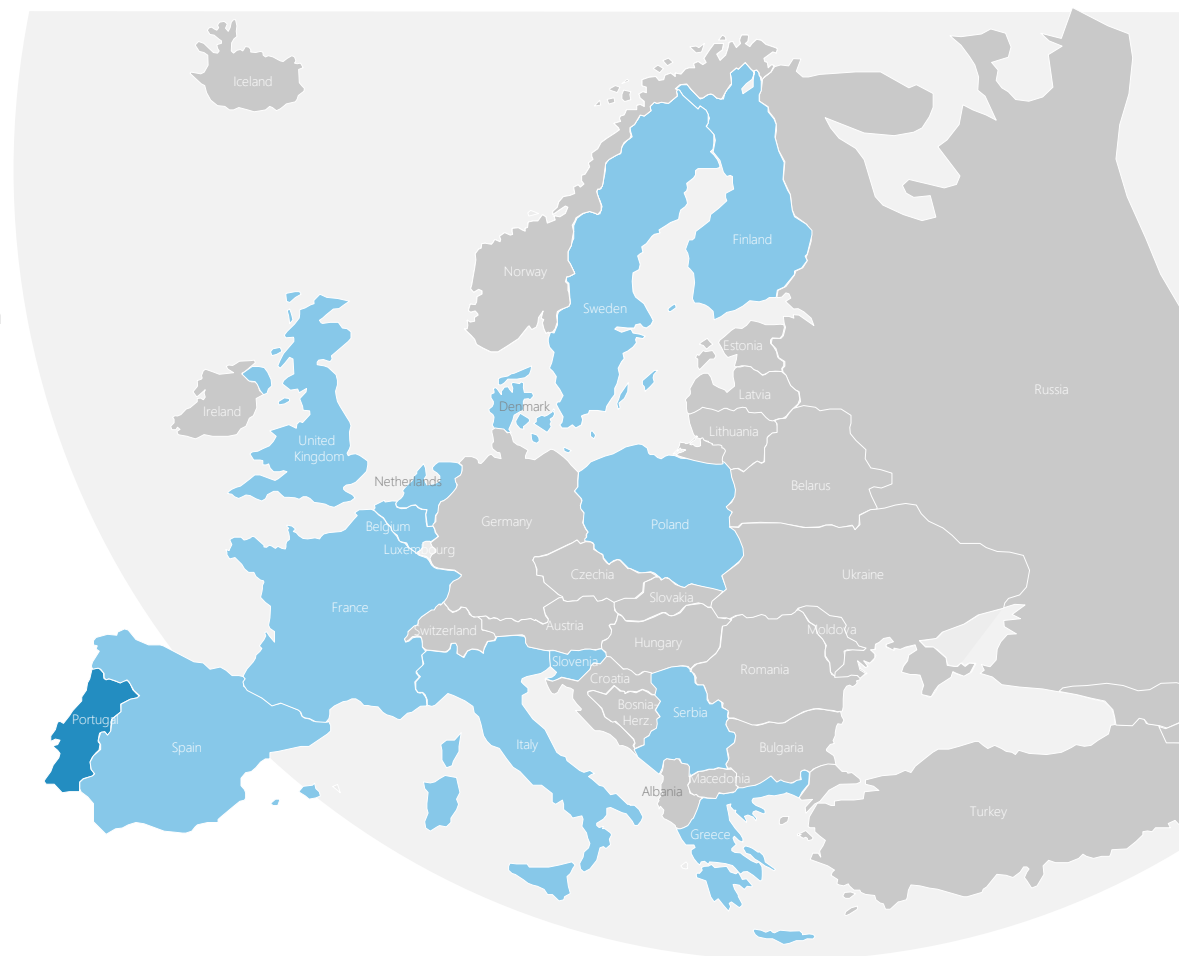
É importante notar que alguns países, embora não tenham adotado um plano de ação especificamente direcionado para a Economia Circular, possuem roteiros direcionados para o uso eficiente dos recursos, uma ambição bastante alinhada com o conceito de Economia Circular. A título de exemplo, a Alemanha adotou, em 2012, o Programa para a Eficiência de Recursos, que foi revisto em 2016. Também a Áustria e a Irlanda adotaram roteiros para a eficiência de recursos.

Seleção dos casos de estudo

A distinção dos Estados-Membros que, no final de 2020, já haviam adotado um plano de ação ou roteiro especificamente desenhado para acompanhar e promover a transição para uma Economia Circular foi a primeira etapa do processo de seleção dos casos de estudo.

Para estes 14 países (destacados no mapa), foi realizada uma análise mais aprofundada baseada nas seguintes dimensões:

- Características do plano de ação adotado, visando a identificação de boas práticas;
- Sinergias estabelecidas com outras áreas políticas e ambientais;
- Resultados atingidos.





Países de referência

Critérios de seleção dos países de referência

#1

#2

#3

#4

Características do Plano de Ação	Sinergias com outros domínios	Resultados atingidos
Data de adoção do plano de ação <i>(analisar o grau de maturidade de cada país nesta matéria)</i>	Adoção de estratégia(s) para matérias-primas	Taxa de circularidade registada em 2016 e 2019 <i>(% dos recursos materiais utilizados provenientes de produtos reciclados ou materiais reutilizados)</i>
Estabelecimento de metas <i>(avaliar a ambição do país e o alinhamento com as diretrizes europeias)</i>	Adoção de plano de ação direcionados para outros domínios temáticos que incluem medidas de promoção para uma Economia Circular	Produtividade dos recursos registada em 2016 e 2019 <i>(relação entre atividade económica, medida pelo PIB do país, e consumo de recursos, medido pelo consumo interno de materiais)</i>
Definição de setores de atividade prioritários <i>(avaliar o alinhamento com as diretrizes europeias)</i>	Adoção de medidas não direcionadas apenas para gestão e eficiência de recursos <i>(beyond materials)</i>	
Definição de domínios temáticos <i>(avaliar o alinhamento com as diretrizes europeias)</i>	O <i>mix</i> político que influencia a transição para uma Economia Circular é altamente complexo, uma vez que, para além de implicar variados domínios de intervenção (e.g. inovação, indústria, educação, emprego), envolve diferentes níveis de governação. Nesse sentido, no processo de seleção dos casos a estudar, foi tida em conta a multiplicidade de dimensões inerentes ao processo de transição para uma Economia Circular. As características de cada plano de ação foram tidas em consideração, em particular a sua maturidade, as metas estabelecidas e o sistema de monitorização associado, o seu alinhamento com o roteiro europeu, assim como a ambição de envolver diferentes setores económicos e níveis de governação. Adicionalmente, foram valorizadas sinergias estabelecidas com outros domínios de intervenção, sobretudo através da interação entre diferentes quadros políticos transformativos e da adoção de medidas que não se restringem à produção e consumo de materiais. A última dimensão de análise relacionou-se com os resultados alcançados por cada país, em termos de taxa de circularidade e produtividade dos recursos. Nesta última análise, foi considerado não apenas o valor mais recente, mas também a evolução registada nos últimos anos.	
Adoção de planos regionais		
Adoção de planos setoriais		
Sistema de monitorização do progresso do país		



Países de referência

Overview do *benchmarking* europeu de políticas nacionais para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

	 Bélgica	 Dinamarca	 Eslovénia	 Espanha	 Finlândia	 França	 Grécia	 Itália	 Países Baixos	 Polónia	 Reino Unido	 Sérvia	 Suécia
Data de adoção	2016	2018	2018	2020	2015	2018	2018	2017	2016	2019	2016	2020	2020
Estabelecimento de metas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Definição de setores prioritários	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Definição de domínios temáticos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Planos regionais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Planos setoriais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sistema de monitorização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia para matérias primas	1	0	3	0	4	4	-	3	3	3	3	0	2
Estratégias de outros domínios													
Medidas <i>beyond materials</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Taxa de circularidade	24% (31,2%▲)	7,8% (3,4%▼)	10,4% (22,4%▲)	10,2% (24,4%▲)	6,2% (17%▲)	20,1% (3,6%▲)	4,2% (82,6%▲)	19,3% (8,4%▲)	28,5% (0%▲)	9,8% (4%▼)	16,6% (5,7%▲)	-	7% (0%▲)
Produtividade dos recursos (€/kg)	3,8 (96,9%▲)	2,2 (2,8%▲)	1,56 (2,6%▲)	3,01 (7,9%▲)	1,34 (6,3%▲)	3,15 (2,3%▲)	1,79 (27%▲)	3,64 (4%▲)	4,93 (17,7%▲)	0,75 (17,2%▲)	4,5 (3%▲)	-	1,87 (7,4%▼)

Legenda:  Bom desempenho  Desempenho satisfatório  Desempenho insatisfatório

 <3 planos  3 a 5 planos  5 a 9 planos  >9 planos



Países de referência

Análise dos critérios de seleção e identificação dos países alvo de estudo de caso

#1

#2

#3

#4

Características do Plano de ação

O planos de ação analisados foram adotados, na sua maioria, após os estabelecimento das primeiras diretrizes europeias, em 2015. A Finlândia e a Bélgica destacam-se na qualidade de *early-adopters*. Embora o plano de ação federal Belga tenha sido adotado em 2016, a região da Flandres já havia adotado um roteiro dedicado à transição circular em 2011.

A Bélgica, a Finlândia e a Espanha, destacam-se por apresentarem planos de ação regionais bastante maduros. Os restantes países apresentam alguns planos de ação regionais e diversas iniciativas de âmbito local.

Globalmente, cada país estabeleceu um conjunto de *targets* para a transição, sendo que estas diferem em termos de objetividade nas medidas, ambição e áreas abrangidas pelas metas. França, por exemplo, define metas ambiciosas, alinhadas com as europeias, que não se restringem a medidas de consumo e produção, estendendo-se, por exemplo, à geração de emprego.

Os planos de ação europeus organizam-se tipicamente em torno de domínios temáticos e setoriais prioritários, que podem estar mais ou menos alinhados com as diretrizes europeias. Os Países Baixos destacam-se por definirem com clareza setores prioritários e terem adotado planos de ação específicos para cada um desses setores.

A Comissão Europeia requer que todos os Estados-Membros divulguem resultados em determinados indicadores de monitorização da transição. Alguns países estabeleceram indicadores adicionais e/ou mais ambiciosos e desenvolveram ferramentas de divulgação pública dos mesmos.

Sinergias com outros domínios

Os países analisados adotaram, na sua maioria, estratégias regionais ou setoriais para as matérias-primas. A este nível, a França e a Finlândia destacam-se por apresentarem quatro estratégias.

A presença de medidas de fomento à transição para uma Economia Circular em documentos estratégicos direcionados para outras áreas é bastante comum. A Bélgica e os Países Baixos sobressaem neste critério, apresentando um vasto número de estratégias em que a Economia Circular também está presente.

Resultados atingidos

Os países foram comparados com a média europeia da taxa de circularidade e de produtividade dos recursos. Apenas 5 dos países analisados superam a média europeia, sendo os Países Baixos o país com os valores mais elevados para os 2 indicadores.

Países de referência

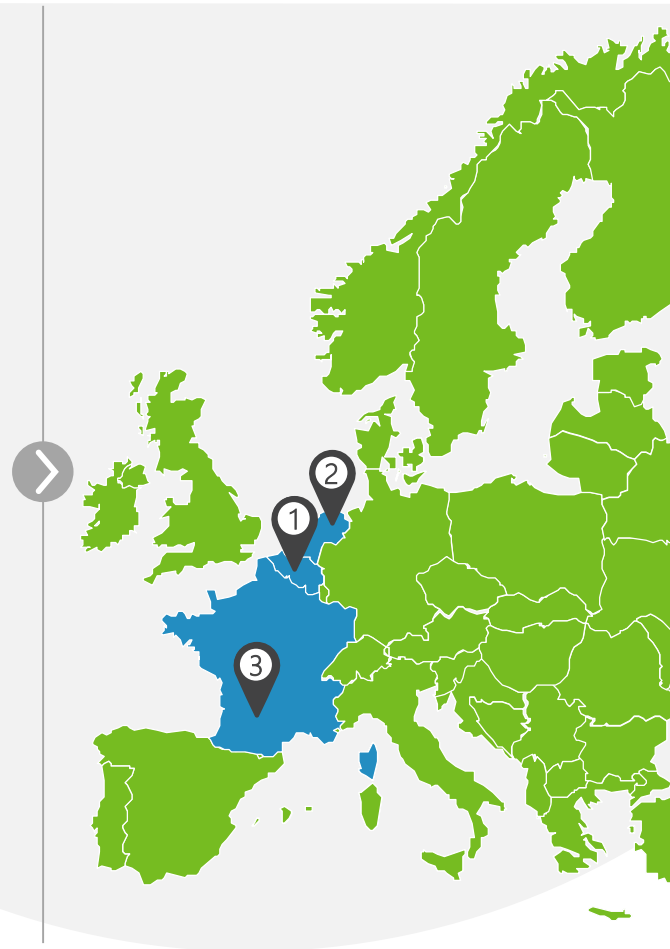
Tendo em conta as especificidades dos planos de ação e das respetivas medidas e iniciativas de apoio à transição, a Bélgica, os Países Baixos e a França foram selecionados para uma análise mais aprofundada, por se afigurarem como referência em uma ou mais vertentes de análise.

A Bélgica destaca-se pela maturidade do seu plano de ação, pela regionalização das iniciativas e pela abundância de interações e sinergias entre diversos quadros políticos transformativos.

Os Países Baixos, quer pela maturidade das suas medidas, quer pelos resultados já atingidos, são um modelo em matéria de definição e desenvolvimento de ações setoriais específicas, alinhadas com os domínios prioritários definidos a nível europeu.

A França, com um plano de ação bastante recente, destaca-se pelo estabelecimento de metas claras e ambiciosas, acompanhadas de um quadro de monitorização de referência, assim como pela definição de domínios prioritários alinhados com as diretrizes europeias.

Desta forma, os países selecionados permitem um estudo completo e integral, cobrindo todas as dimensões inerentes às políticas públicas de transição para uma Economia Circular.





Bélgica

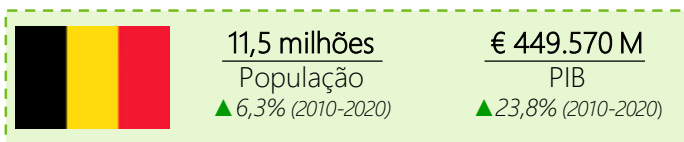
A transição belga para a Economia Circular é amplamente impulsionada por iniciativas regionais, suportadas e coordenadas por um plano de ação federal adotado em 2016

#1

#2

#3

#4



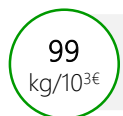
O território belga encontra-se dividido em três comunidades (Flamenga, Francesa e Alemã) e três regiões (Flamenga, Bruxelas Capital e Walloon).



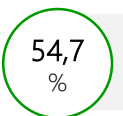
O sistema de governação belga encontra-se dividido em 3 níveis: o Governo Federal, o Governo da Comunidade e o Governo Regional.

As regiões belgas têm autonomia no que diz respeito a políticas de Economia Circular, embora exista um plano federal harmonizador. O processo de transição belga, em particular o da região da Flandres, é considerado maduro.

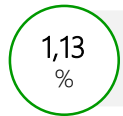
O valor acrescentado associado a setores da Economia Circular² representava 0,66% do PIB em 2018, abaixo da média europeia.



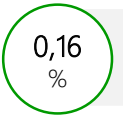
Resíduos gerados por unidade do PIB (2018)



Taxa de reciclagem de resíduos urbanos (2019)



Emprego em setores da Economia Circular¹ (2018)



Investimento bruto em bens tangíveis¹ em % do PIB (2018)

Principais motivações para o desenvolvimento e implementação de políticas para a Economia Circular

As motivações do governo federal para o fomento da Economia Circular são de natureza ambiental e económica, destacando-se a:

- Diminuição da dependência nacional de matérias-primas, reduzindo o risco de aumento de preços e aumentando segurança de fornecimentos.
- Exploração de oportunidades de negócio e de geração de emprego associadas aos setores da Economia Circular.

A região da Flandres, bastante dependente da importação de recursos, destaca o potencial da Economia Circular para a redução do consumo energético e de emissões de dióxido de carbono.

A região de Walloon reconhece a importância da transição para a Economia Circular para a saúde pública e para a geração de emprego.

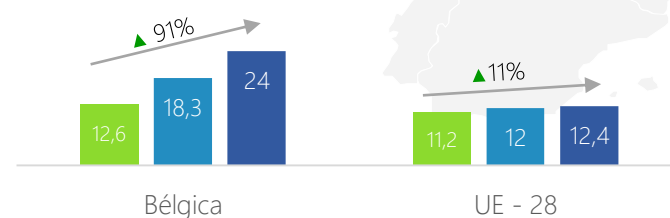
Em direção a uma Economia Circular

A transição para a Economia Circular é um processo transversal, que envolve vários domínios políticos, exigindo um estreito alinhamento entre os diferentes níveis de autoridade belgas. O governo federal é responsável por matérias que não podem ser regionalizadas, exigindo um tratamento igualitário nacional. Adicionalmente, o governo federal assume um papel harmonizador das políticas regionais. Em 2016, o governo federal adotou o *Ensemble faisons tourner l'économie en développant l'économie circulaire en Belgique*, um roteiro com 21 medidas nacionais para a Economia Circular.

Os governos regionais têm autonomia no que diz respeito às principais questões ambientais, como a qualidade da água e do ar, alterações climáticas, o apoio ao desenvolvimento económico e à inovação. A região da Flandres destaca-se enquanto *frontrunner* na transição.

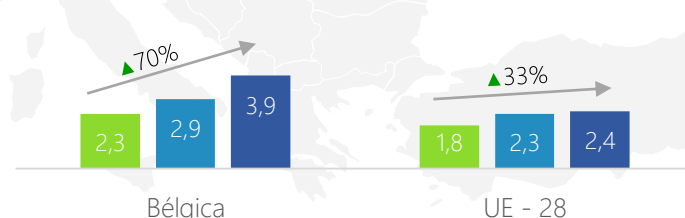
Dado o carácter complementar das iniciativas federais e regionais, a presente análise incluirá, sempre que possível e pertinente, considerações relativas a políticas e iniciativas de âmbito regional.

Taxa de circularidade (%)



■ 2010 ■ 2016 ■ 2019

Produtividade dos recursos (€/kg)



² Os setores relacionados com Economia Circular incluem o setor da reciclagem e o setor da reparação e reutilização



Bélgica

A abordagem belga, federal e regional, caracteriza-se pelo estreito envolvimento de diversos *stakeholders*, tendo sido criadas plataformas colaborativas para esse efeito

#1

Quadro institucional e envolvimento de *stakeholders*

O roteiro federal para a Economia Circular resultou do esforço conjunto do Ministério da Economia e do Ministério do Ambiente, tendo por base uma proposta de visão a longo-prazo elaborada pelas duas administrações *SPF Santé Publique* e *SPF Economie*, apresentada em 2014 - *Vers une Belgique Pionnière de l'économie circulaire*.

Diversos *stakeholders* foram consultados durante o processo de conceção do roteiro, num base *ad hoc* ou através dos corpos consultivos nacionais, tais como o VITO ou o Federation of Entreprises in Belgium (FEB). Adicionalmente, o FEB criou uma plataforma dedicada à promoção do envolvimento de diferentes agentes interessados no processo de transição.

O *Sustainable Knowledge Centre* foi criado, ao nível federal, para informar empresas e sociedade civil sobre como estar ativamente envolvido nas estratégias desenvolvidas.

O caso particular da região da Flandres

A região da Flandres destaca-se pelo quadro institucional e modelo de governação estabelecido para apoiar a transição para a Economia Circular.

O primeiro programa para a Economia Circular – *The Flanders' Materials Programme* (FMP) – foi adotado em 2011, sendo o resultado de um processo de cocriação entre a *Public Waste Agency of Flanders* (OVAM), representantes do setor empresarial, institutos de I&D, governo e organizações ambientais.

Com o objetivo de promover a transição para a Economia Circular até 2020, o FMP apoiou-se em 3 pilares: o *Plan C* (um *hub* de Economia Circular destinado ao apoio de PME's), o SuMMA (um centro de investigação científica) e um conjunto de 45 projetos colaborativos. Em 2016, o OVAM recebeu um *Circular Award* pelo exemplar envolvimento de diversos agentes no programa FMP.

Em 2015, os resultados do FMP foram avaliados através do parecer de diversos *stakeholders*, originando a nova abordagem para a transição, adotada em 2017 – o *Circular Flanders*, parte integrante de uma estratégia regional mais ampla, a 2030 Agenda composta por 7 prioridades da região.

O *Circular Flanders* é uma parceria governada e operacionalizada, por um *steering committee* composto pelas seguintes entidades:

- Ministério do Ambiente e Ministério da Economia e Inovação, responsáveis pela transição;

- *Council of chairpersons*, composto por elementos dos restantes ministérios do governo da Flandres, responsáveis por supervisionar os progressos das 7 transições em curso ao abrigo da Agenda 2030;
- *Public-Private steering committee*, composto por elementos do sector industrial, sociedade civil, instituições financeiras, investigação e autoridades locais, responsável pela gestão estratégica da prioridade de transição para a Economia Circular.
- *Transition manager e operational team* (pertencente ao OVAM), responsável pela operacionalização diária da transição;
- *Project groups*, equipas de especialistas criadas especificamente para responder a determinados objetivos.

Adicionalmente, foi criado um *transition space*, uma rede colaborativa para todos os parceiros e *stakeholders* envolvidos ou interessados na transição.

The Flanders' Materials Programme (FMP)

Adoção do primeiro plano de ação da região da Flandres

Processo de transição belga para a Economia Circular





Bélgica

O programa federal belga é composto por medidas direcionadas sobretudo para a produção ecológica e para a proteção e educação do consumidor, sendo um elemento harmonizador dos planos regionais

#1

#2

#3

#4

O roteiro federal para a Economia Circular

Adotado em 2016, o *Ensemble, faisons tourner l'économie en développant l'économie circulaire en Belgique* tem como objetivo último promover o aumento da taxa de utilização dos produtos, componentes e materiais, reduzindo o consumo de novos materiais.

Após a introdução do conceito de Economia Circular e apresentação das principais oportunidades inerentes à transição, o roteiro apresenta um conjunto de **21 medidas** ([anexo 1](#)) que traduzem **7 objetivos**:

- Aumento da taxa de reutilização de componentes e materiais através de projetos de economia funcional;
- Aumento da sensibilização do consumidor;
- Extensão da vida útil dos produtos;
- Conceção de produtos adaptáveis e modulares;
- Promoção da substituição de químicos perigosos por alternativas ecológicas;
- Aumento da reciclagem e reutilização de componentes como subprodutos separados ou peças sobressalentes;
- Promoção da utilização de matérias-primas secundárias e/ou renováveis.

As medidas federais direcionam-se maioritariamente para a produção e para o consumo. O roteiro federal assume-se como complementar aos roteiros regionais.

O plano de ação da Flandres

O *Circular Flanders*, adotado em 2017, é uma iniciativa colaborativa com origem no programa FMP.

O programa define **6 setores considerados prioritários**: (i) construção circular, (ii) químicos e plásticos, (iii) ciclo da água, (iv) bioeconomia, (v) cadeia alimentar e (vi) indústria transformadora. Para cada um destes setores foi adotada uma agenda estratégica colaborativa.

As agendas setoriais são apoiadas por **7 alavancas**: (i) instrumentos políticos, (ii) *circular procurement*, (iii) comunicação, (iv) financiamento, (v) investigação, (vi) inovação e empreendedorismo e (vii) emprego e competências.

O *Circular Flanders* desenvolve-se por ciclos, sendo o primeiro ciclo respeitante ao período 2017-2019. Para este ciclo de ação, o *Circular Flanders* estipulou **3 pilares de ação** até 2019: *Circular Procurement*, *Circular Business* e *Circular City*.

As ações promovidas pelo Circular Flanders estruturam-se em **6 atividades core** (esquema à direita).

Circular Flanders – Atividades core e pilares de ação





Bélgica

As metas em matéria de Economia Circular são estabelecidas ao nível das regiões, através dos seu planos de ação ou roteiros, enquanto os sistemas de monitorização estão relativamente harmonizados por iniciativa federal

#1

#2

#3

#4

Targets definidos

As metas são estabelecidas ao nível das regiões. **Bruxelas** estabeleceu metas de curto prazo e de natureza qualitativa, ambicionando que em 2025 as empresas adotem modelos de negócio circulares e que sejam vários os projetos inovadores de Economia Circular implementados. **Flandres** estabeleceu a meta de se tornar circular até 2050 e de reduzir a sua pegada ecológica em 30% até 2030. A Flandres encontra-se numa posição bastante avançada na transição para a Economia Circular, sobretudo na gestão de resíduos. Por este motivo, não são estabelecidas metas qualitativas para muitos setores, mas antes qualitativas, relacionadas com a qualidade das ações. **Walloon** ambiciona substituir os recursos fósseis ou produzidos de forma insustentável por recursos renováveis e amplamente disponíveis até 2050. Para tal, a região estabelece metas intermédias. Algumas destas metas são destacadas na tabela que se segue.

Região	Tema	Ano	Meta
Walloon	Recursos	2035	+25% a produtividade dos recursos face a 2020
	Consumo	2030	-25% da procura direta e o consumo interno de matérias face a 2013
	Emprego	2025	+20% de emprego em setores de Economia Circular face a 2020
	Indústria	2025	+100% de empresas com práticas de Economia Circular face a 2020
	Resíduos	2025	Volume anual máximo de resíduos domésticos: 100 kg/hab
		2027	-50% de incineração de resíduos face a 2019
		2025	Reciclar 95% das embalagens domésticas
	Equipamentos	2025	- 2kg/hab. de desperdício de equipamentos elétricos e eletrónicos face a 2020
Flandres	Veículos	2025	Taxa de recuperação de veículos em fim de vida acima de 95%
		2025	Taxa de recuperação de veículos em fim de vida acima de 95%
	Resíduos	2022	Volume anual máximo de resíduos domésticos: 502 kg/hab.
		2022	Quantidade anual mínima de recursos reutilizados: 7kg/hab.
Flandres	Alimentar	2030	+25% valorização de resíduos alimentares face a 2015

Sistema de monitorização

O sistema de monitorização federal encontra-se em desenvolvimento. Embora quadro de monitorização da CE seja o ponto de partida, é ambição belga a inclusão de outros níveis de circularidade (reduzir, reutilizar, repensar, re-conceber e reciclar).

Atualmente, a monitorização do progresso do país está fragmentada pelas várias regiões, tendo sido criada uma plataforma federal que inclui as 3 regiões, para debater a disponibilidade de dados e para harmonizar o sistema de monitorização.

+ Flandres

A ferramenta de monitorização da transição na Flandres encontra-se em desenvolvimento pelo *Policy Research Centre on Circular Economy* (anterior SuMMa). O principal objetivo desta ferramenta de livre acesso é informar decisores políticos e fomentar o diálogo com e entre stakeholders.

- + Em 2018, esta entidade publicou o relatório *Indicators for a Circular Economy* com um inventário dos indicadores relevantes baseado nos quadros de monitorização desenvolvidos pela UE e nos relatórios do Joint Research Centre (JRC) e da Agência Europeia do Ambiente.
- + Adicionalmente, em 2020 foi publicado a **primeira análise das iniciativas** e dos seus resultados realizadas entre 2017 e 2019 ao abrigo do Circular Flanders.

+ Walloon

O atual plano de ação para a Economia Circular da região foi adotado em 2020, pelo que as ferramentas de monitorização encontram-se num processo de reformulação e adaptação ao novo plano.

Desde 2018, um conjunto de indicadores ambientais está disponível no *site* da região. Estes incluem: (i) indicadores de fluxos de materiais, (ii) índice de intensidade energética, (iii) índice de captação e exploração de água, (iv) indicadores de ecoeficiência para 6 setores de atividade.



Bélgica

Domínios setoriais e ação regional ou local

#1

#2

#3

#4

Agendas setoriais

As 3 regiões belgas identificam nos seus planos de ação para a Economia Circular setores de atividade considerados prioritários, destacando a importância percebida de uma abordagem setorial e diferenciada. Tipicamente, para cada um desses setores é concebida uma agenda específica de apoio à transição, implicando o envolvimento de vários *stakeholders* do setor.



- + **Bruxelas apresenta 4 agendas setoriais** que incluem um quadro de monitorização: (i) construção, (ii) recursos e resíduos, (iii) logística e (iv) retalho.
- + **Flandres define 6 setores considerados prioritários:** (i) construção circular, (ii) químicos e plásticos, (iii) ciclo da água, (iv) bioeconomia, (v) cadeia alimentar e (vi) indústria transformadora. Para cada um destes setores, será adotada uma agenda estratégica colaborativa.
 - + Adicionalmente, através de uma abordagem *Green Deal*, foram celebrados já vários acordos voluntários e setoriais, como é exemplo o *Green Deal on Circular Construction*, cujo objetivo é desenvolver e partilhar experiências entre diversos agentes interessados, promovendo princípios de Economia Circular no setor da construção.
- + Para além disso, a região possui planos (anteriores ao *Circular Flanders*) direcionados para resíduos domésticos e industriais, resíduos biológicos, agricultura, cosmética, entre outros.
- + **O plano estratégico de Walloon designa 6 cadeias de valor prioritárias:** (i) construção e edifícios, (ii) água, (iii) metalurgia, (iv) têxteis, (v) plásticos e (vi) indústria alimentar. Para cada uma das cadeias de valor foi criada uma *taskforce* composta por diversos *stakeholders*, dedicada à elaboração de ações específicas.

Planos de ação regionais ou locais

O modelo de governação belga caracteriza-se por uma elevada autonomia das 3 regiões autónomas em matéria de Economia Circular, inovação e política ambiental. Nesse sentido, o roteiro federal assume um papel harmonizador das várias políticas regionais e concentra em si políticas relacionadas com conceção de produto e proteção do consumidor. Assim, existem 3 agendas regionais que permitem adaptar o processo de transição às características de cada região.

O plano de ação de Bruxelas foi adotado em 2016 e foca-se em 3 objetivos: (i) converter metas ambientais em oportunidades económicas, (ii) ancorar a economia de Bruxelas, sempre que possível, à produção local e (iii) minimizar os transportes, otimizando a utilização do território disponível, a fim de criar valor adicional para a população de Bruxelas e contribuir para a criação de emprego.

Walloon adotou em 2020 um novo plano de ação. Através do SRIW, o governo regional pretende desenvolver um setor industrial direcionado para o plástico reciclado, ambicionando assumir uma posição de liderança na Europa.

Em 2017, **a região da Flandres estabeleceu uma Visão 2030**, dividida em 7 prioridades, sendo uma delas a transição a longo-prazo para a Economia Circular. No âmbito desta visão estratégica mais alargada, a região desenvolveu o Circular Flanders, com base no anterior plano de ação adotado em 2011.





Bélgica

A interação entre diferentes quadros políticos transformativos é comum na abordagem belga, sobretudo no que diz respeito a políticas regionais

#1

#2

#3

#4

A transição para a Economia Circular é entendida como um processo que requer o envolvimento dos vários níveis de governação e a mobilização de diferentes quadros políticos.

Estratégias para matérias-primas

Dada a dependência belga da importação de matérias-primas, é já longo o caminho percorrido sobretudo pelos governos regionais neste âmbito. Em 2003 a Flandres adotou o *Parliament Act on surface mineral resources*, que define os objetivos básicos de política de recursos minerais. A cada 5 anos é desenvolvido um novo *General Surface Mineral Resource Plan*, que envolve o cálculo de projeções de procura futura.

Outras iniciativas políticas que incluem elementos de Economia Circular

Ainda que o país tenha adotado um programa especificamente desenhado para apoiar a transição para a Economia Circular, esta temática é abordada, direta ou indiretamente, por outras iniciativas políticas. **A nível federal**, após a adoção do roteiro em 2016, os Ministérios envolvidos têm promovido autonomamente diversos estudos e projetos que incluem princípios de circularidade. Estas iniciativas relacionam-se sobretudo com a conceção de produto para um melhor uso dos recursos, contratação pública e proteção do consumidor, destacando-se as seguintes medidas:

- *Frame the programmed obsolescence of products by creating a reporting point on planned obsolescence:*
- *Protecting the consumer through better safeguards enforcement*
- *Estudo para definição de critérios de reparabilidade e requisitos necessários para um produto utilizar plástico reciclado.*

Ao nível das regiões, os princípios da Economia Circular têm sido amplamente integrados noutros planos e iniciativas políticas, promovendo a interação entre diferentes quadros políticos transformativos. Algumas destas sinergias são apresentadas na tabela paralela.

Em Walloon, os diversos quadros estratégicos para o desenvolvimento da região incluem iniciativas circulares.

Na Flandres, por exemplo, destaca-se o potencial sinérgico da transição para a Economia Circular com 4 quadros políticos:

- Política de desenvolvimento económico e inovação - o *Circular Flanders* tem trabalhado com os 20 *clusters* definidos na estratégia de inovação regional com o objetivo de promover adoção de práticas circulares e apoiar inovação/novos projetos de Economia Circular;
- Política do clima - a Economia Circular é um elemento central dos principais documentos estratégicos em matéria do clima (tais como o *Climate and energy pact*), pois permite atingir algumas das metas estabelecidas;
- Política de gestão do espaço - são vários os projetos piloto na área da gestão sustentável dos solos e de resíduos (e.g. projeto *Terug* em Omloop) que encorajam a adoção de princípios de circularidade.
- Política de emprego - a transição para a Economia Circular apresenta um elevado potencial de geração de postos de trabalho, sendo um elemento essencial da política regional de estímulo ao emprego.

Iniciativa política	Descrição
<i>The Flemish Material conscious building in a circular way (2014)</i>	Plano estratégico para aumentar a sustentabilidade dos materiais utilizados nos edifícios da região, estando intimamente associada a princípios de circularidade, como a minimização da utilização de matérias virgens e a criação de edifícios modulares e duráveis.
<i>The Flemish Implementation plan on household waste and comparable industrial waste (2016)</i> +	Plano desenvolvido para reduzir a quantidade de resíduos domésticos e empresariais, estabelecendo diversos <i>targets</i> nesta matéria, alinhados com os princípios de circularidade.
<i>Walloon Marshall Plan 4.0 (2015)</i> +	Plano de desenvolvimento regional que estabelece a promoção da Economia Circular como uma das suas prioridades
<i>Walloon Regional Innovation Strategy (2015)</i>	Este plano estabelece eixos de inovação estratégicos em linha com a política de <i>clusters</i> da região. Um desses eixos é a inovação em Economia Circular.
<i>2nd Walloon Sustainable Development Strategy (2016)</i> +	Este documento estratégico centra-se na satisfação das necessidades atuais da população da região, sem comprometer as gerações futuras. Neste sentido, o conceito de circularidade é inerente à ambição deste plano



Bélgica

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

Principais iniciativas políticas

#2

As iniciativas políticas federais têm particular enfoque na conceção de produto (através da elaboração de recomendações e do desenvolvimento de critérios relacionados com produtos reciclados), com a proteção do consumidor (garantindo uma maior informação do mesmo), com contratações públicas federais e com o apoio a atividades de I&D e disseminação de informação, sobretudo a partir do *Sustainable Knowledge Center* e do *REACH Helpdesk*.

#3

Em termos regionais, são diversas as iniciativas relacionadas com a implementação de **planos de ação** de Economia Circular especificamente concebidos para **determinadas cadeias de valor**.

#4

Medidas de apoio à **formação e disseminação de conhecimento** no âmbito da Economia Circular são responsabilidade das regiões, sendo várias as iniciativas nesse sentido. A título de exemplo, na Flandres, a *Circular Flanders* desenvolve sistematicamente diversas ferramentas de ensino, incluindo módulos de formação específica direcionadas para empresários e empreendedores. Para além disso, a *Circular Flanders* construiu uma base de dados de casos exemplares no âmbito da Economia Circular, disponibilizando-a no seu *website*.

O *Masterclass Circular Economy* é um programa direcionado para cargos de gestão e empreendedores de todos os setores de atividade. Este programa introduz as principais tendências de Economia Circular e as estratégias de negócios circulares. O *Eco-design in Higher Education* é uma ferramenta que direcionada para professores e formadores com o objetivo de fornecer um guia nesta matéria.

As iniciativas políticas direcionadas para a mobilização ou apoio a PME são implementadas especialmente a nível regional. Embora as 3 regiões sejam bastante ativas neste âmbito, sobretudo através da dinamização de redes setoriais e da promoção de projetos de investigação aplicada à indústria, a região da Flandres destaca-se pelas inúmeras iniciativas nesta matéria. O foco em minimizar a produção de resíduos nas PME é evidente em todas as regiões, dado que 75% das PME do país assume como prioridade a minimização de resíduos.

Na tabela que se segue **são apresentadas algumas das medidas com impacto direto nas PME do país, consideradas pelas regiões como boas práticas**.³

O financiamento da transição belga caracteriza-se por um *mix* de fundos europeus e fundos federais, sendo que cada região possui independência para alocar e apoiar iniciativas de Economia Circular.

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>Green Deal Circular Procurement</i> 	O <i>Circular Procurement</i> é um método iniciado nos Países Baixos construído em torno do conceito <i>buying into change</i>. O <i>Circular Procurement</i> é direcionado para empresas, organizações e para o setor público e envolve optar por materiais reutilizáveis, de base biológica ou biodegradáveis ou por partilhar recursos e produtos com outras organizações, estimulando a cooperação entre diferentes agentes. O GDCP foi adotado em todas as regiões belgas com bastante sucesso. Na Flandres, desde 2017, cerca de 153 entidades já assinaram o GDCP, comprometendo-se a adquirir pelo menos 2 produtos ou grupos de produtos de acordo com os princípios de circularidade. Para apoiar a iniciativa nesta região, foi desenvolvida para ferramenta de monitorização que permite acompanhar o progresso dos participantes e medir os efeitos da iniciativa. Adicionalmente, foi criada uma plataforma online fechada de formação para todos os participantes.	Consumo	Acordo voluntário

³ De acordo com as Country Sheets preenchidas a nível regional e nacional.



Bélgica

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>The Circulator</i> +	Projeto criado, na Flandres, pelo <i>EIT Raw Materials</i> em parceria com ITO, <i>Circular Flanders</i> , Delft University of Technology e Radboud University, com o objetivo de apoiar empreendedores e PME a tomar decisões conscientes em relação à sustentabilidade dos seus modelos de negócios e propostas de valor. Esta plataforma <i>online</i> disponibiliza vários modelos de negócios e casos de estudo. A ideia central inerente ao <i>Circulator</i> é permitir que os utilizadores conjuguem várias estratégias de forma a desenvolverem uma estratégia personalizada.	Modelo de negócio	Informativo/Network
<i>Ecolizer</i> +	Ferramenta criada na Flandres para auxiliar empresas e designers a perceber como reduzir o impacto ambiental dos seus produtos, considerando todas as fases do ciclo de vida, incluindo conceção e transporte.	Produção	Informativo
<i>Flemish Environmental Holding</i>	A Flemish Environmental Holding (VMH) é uma entidade pública de capital de risco dedicada ao investimento em <i>start-ups</i> promissoras na área da Economia Circular. Em paralelo, a <i>Circular Flanders</i> reúne-se periodicamente com diversas empresas, sobretudo PME, com o objetivo de as aconselhar em matéria de financiamento (público e privado) ou para promover o estabelecimento de contactos com potenciais investidores.	Financiamento	Económico/Informativo
<i>WALOSCRAP</i> +	São várias as iniciativas promovidas pela região de Walloon para apoiar os seus <i>clusters</i> estratégicos. A WALOSCRAP, por exemplo, é uma ferramenta de apoio financeiro direcionada para o <i>cluster Greenwin</i> (especializado em química ecológica, biotecnologia ambiental e materiais de construção inovadores), com o objetivo de apoiar projetos inovadores ou atividades de I&D na área da Economia Circular. Neste âmbito, o <i>cluster Greenwin</i> criou a <i>Polymers Ecocircularity Platform for Industrial Transition</i> (PEPIT) para envolver diversos <i>players</i> ao longo da cadeia de valor dos plásticos, promovendo a sua interação e facilitando o desenvolvimento de atividades de I&D.	Inovação	Económico/Network
<i>Tool to Optimise the Total Environment impact of Materials</i> +	A Flandres desenvolveu uma ferramenta (a TOTEM) direcionada para construtores e arquitetos que permite aceder ao impacto dos materiais utilizados numa determinada obra. Ainda que esta ferramenta não seja de utilização obrigatória, é recomendada e, sendo de acesso aberto, pode ser utilizada por clientes e decisores políticos. A TOTEM é essencial para mobilizar empresas do setor à adoção de princípios de circularidade.	Produção	Informativo
Mobilização de instrumentos fiscais +	IVA a taxa reduzida de 6% para empresas sociais dedicadas à reutilização de bens ou a preparação para a reutilização.	-	Fiscal



Bélgica

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>BE Circular Annual Meeting</i> +	Evento anual na região de Bruxelas que conta com a participação de diversos <i>stakeholders</i> nacionais e internacionais com o objetivo de disseminar conhecimento em matérias de financiamento, governação da transição, emprego, inovação entre outros.	Envolvimento de stakeholders	Informativo
<i>Circular Business Boot camp</i> +	Evento que envolve as regiões de Walloon e Flanders com o objetivo de promover a criação de emprego em setores de Economia Circular ou em projetos/iniciativas relacionadas com a Economia Circular. A iniciativa visa ainda promover a interação continuada entre empresas, universidades de centros de I&D.	Envolvimento de stakeholders / Emprego	Informativo
<i>Call for projects BE circular – enterprises</i>	Iniciativa desenvolvida na região de Bruxelas direcionada para empreendedores e empresas da região. Este programa de financiamento (com orçamento anual de €1,5 milhões) foi concebido para apoiar projetos inovadores que beneficiem o ambiente e a criação de emprego na região, em linha com a transição para a Economia Circular. Para além do apoio financeiro direto, o programa apoia, de forma personalizada, o desenvolvimento dos planos de ação inerentes aos projetos e promove a comunicação e disseminação do projeto.	Financiamento	Económico/Informativo
<i>Open Call Circular Flanders</i>	Entre 2017 e 2019, cerca de 11 milhões de euros foram mobilizados na Flandres para apoiar a implementação prática e a demonstração de 135 projetos circulares, relacionados com <i>Circular Purchasing</i> , <i>Circular city</i> e <i>Circular businesses</i> . Em paralelo, a <i>Circular Flanders</i> divulga permanentemente um mapa dos vários instrumentos financeiros à disposição de qualquer entidade que pretenda iniciar um projeto de Economia Circular.	Financiamento	Económico/Informativo
<i>Green Deal on Circular Construction</i> +	Tendo em conta o elevado peso do setor da construção na região da Flandres, o <i>Green Deal</i> tem por objetivo envolver diferentes <i>stakeholders</i> do setor e mobilizá-los para a transição. Em 2019, mais de 300 organizações assinaram o acordo, comprometendo-se a, num prazo de 4 anos, adotarem práticas circulares. Paralelamente, foi criada uma equipa de investigação dedicada ao estabelecimento de pré-condições à transição, sejam elas regulamentares, económicas, ou outras.	Envolvimento de stakeholders	Acordo voluntário
<i>CircleAid</i> +	A VLAIO, em parceria com a <i>Circular Flanders</i> , desenvolveu uma plataforma através da qual empreendedores e empresas podem consultar <i>experts</i> em Economia Circular para facilitar a sua transição.	Envolvimento de stakeholders	Network
Mecanismos RAP	A Bélgica regista 11 esquemas de responsabilidade alargada do produtor ao longo das mais importantes cadeias de produção de resíduos	Produção	Regulamentar



Países Baixos

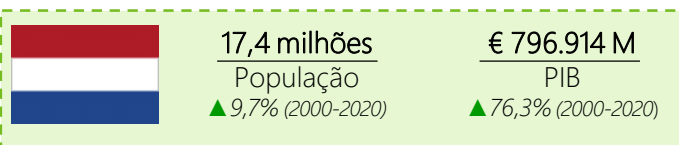
A transição holandesa para a Economia Circular é impulsionada por motivações económicas, ambientais e sociais, envolvendo vários níveis de governação

#1

#2

#3

#4



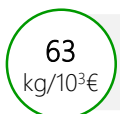
O território holandês está organizado em 12 províncias, estando a sua capital, Amsterdão, localizada no norte da Holanda.



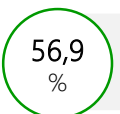
O sistema de governação holandês encontra-se dividido em 3 níveis: o governo central, o executivo de cada província e as administrações municipais.

O processo de transição holandês para uma Economia Circular é bastante maduro, o que se reflete nos principais indicadores de circularidade.

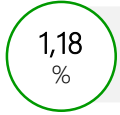
Ainda assim, o valor acrescentado associado a setores de Economia Circular⁴ representava 0,86% do PIB em 2018, ligeiramente abaixo da média europeia.



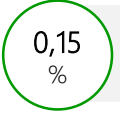
Resíduos gerados por unidade do PIB (2018)



Taxa de reciclagem de resíduos urbanos (2019)



Emprego em setores da Economia Circular¹ (2018)



Investimento bruto em bens tangíveis¹ em % do PIB (2018)

Principais motivações para o desenvolvimento e implementação de políticas para a Economia Circular

As motivações do governo holandês para o fomento da Economia Circular são de natureza ambiental, social e económica, destacando-se:

- Impedimento de que o aumento continuado da procura por matérias-primas conduza a impactos ambientais sem retorno, pondo em causa a sustentabilidade do planeta;
- Diminuição da dependência nacional de matérias-primas, reduzindo o risco de aumento de preços e aumentando a segurança de fornecimentos;
- Redução do consumo energético e de emissões de dióxido de carbono;
- Exploração de oportunidades económicas associadas aos setores de Economia Circular;
- Melhorias na gestão de resíduos.

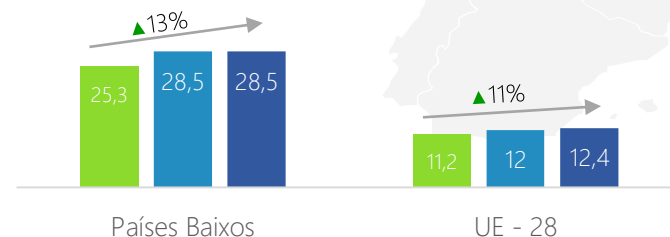
Em direção a uma Economia Circular

Em 2016, o governo holandês adotou o *Government Programme for a Circular Economy by 2050*, o primeiro plano de ação especificamente desenhado para apoiar a transição para uma Economia Circular.

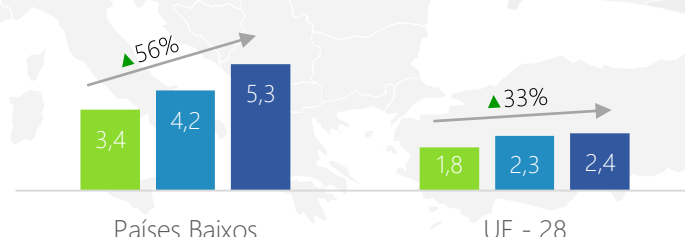
Este programa assume-se como um importante ponto de conexão e convergência entre diversos documentos estratégicos e iniciativas políticas previamente desenvolvidos, em particular o *From waste to resource* (2014), o *Biobased Economy*, o *Biomass Vision for 2030* e o *Raw Materials Memorandum* (2011).

Para além de coordenar esforços e objetivos de diferentes iniciativas, o plano de ação para a Economia Circular, é composto por um conjunto de propostas para acelerar a transição, expandindo-a a diversos setores económicos.

Taxa de circularidade (%)



Produtividade dos recursos (€/kg)



⁴ Os setores relacionados com Economia Circular incluem o setor da reciclagem e o setor da reparação e reutilização

Fonte: EY-Parthenon com base nos dados de Eurostat (2020)



Países Baixos

O processo de transição para a Economia Circular holandês caracteriza-se pela participação colaborativa de um diversificado grupo de *stakeholders*

#1

Quadro institucional e envolvimento de *stakeholders*

O plano de ação holandês resultou do esforço conjunto de 5 Ministérios: (i) Infrastructure and Water Management, (ii) Economic Affairs and Climate, (iii) Agriculture, Nature and Food Quality, (iv) Interior and Kingdom Relations, e (v) Foreign Affairs.

A Secretaria de Estado para o Ambiente é responsável pela coordenação dos esforços.

#2

Em linha com a tradição holandesa de envolvimento colaborativo, o *Grondstofenakkoord (National Resource Agreement)* marca o início do esforço concertado com vista à circularidade. Este acordo expressa a ambição e compromisso partilhado de diversos agentes na aceleração da transição.

#3

Com o apoio dos **corpos consultivos** *Council for the Environment and Infrastructure (Rli)* e *Social and Economic Council of the Netherlands (SER)*, o desenvolvimento do *National Agreement* envolveu os 5 Ministérios mencionados, em representação do poder central, e um conjunto de organizações que representam os restantes níveis de governação e importantes *stakeholders*:

- VNO-NCW – Confederação dos trabalhadores industriais e MKB – Nederland em representação das PME;
- FNV – Federação holandesa de sindicatos
- VCP – Federação dos sindicatos de profissionais com educação superior;
- Stichting Natuur & Milieu – ONG, Fundação para a Natureza e Ambiente;
- VNG – Associação dos Municípios holandeses;
- IPO – Associação das autoridades de Províncias holandesas;
- Unie van Waterschappen – Associação holandesa de autoridades regionais de gestão de águas.

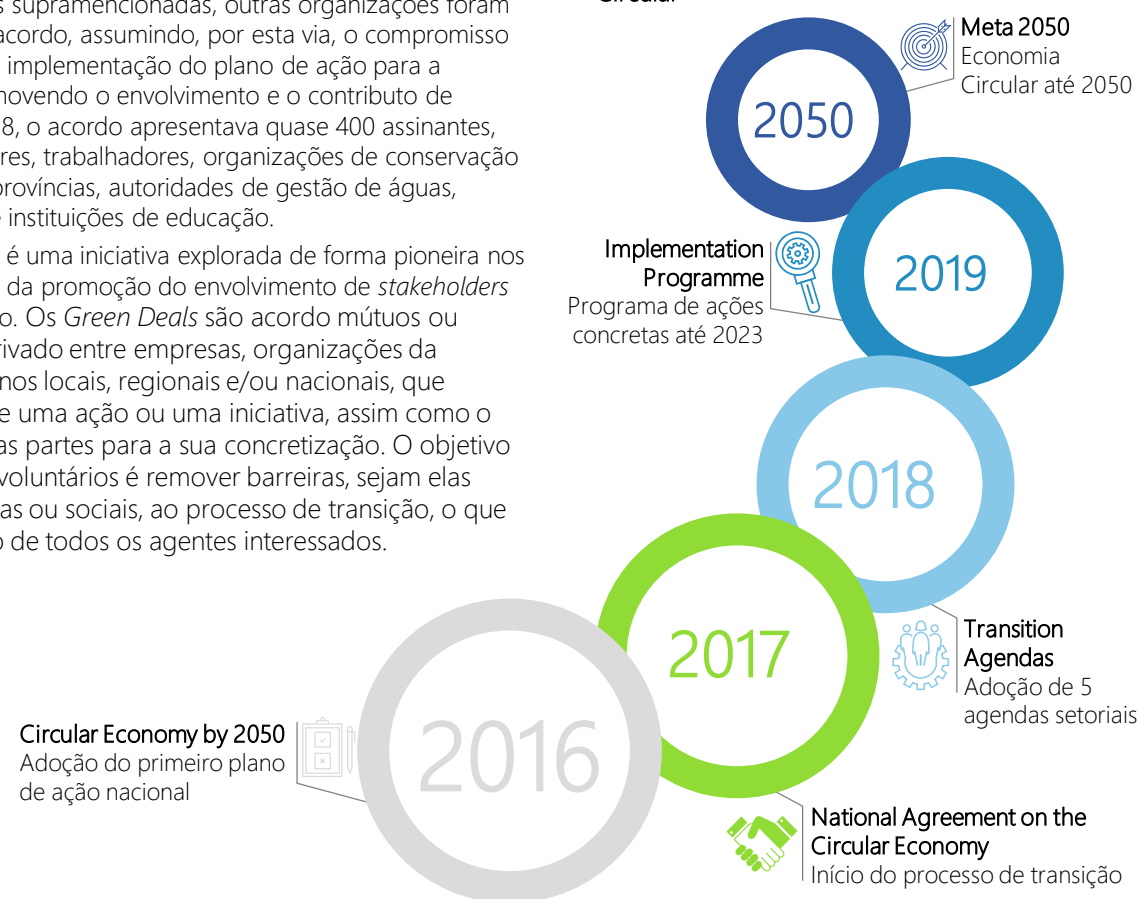
#4

Envolvimento de *stakeholders*

Para além das entidades supramencionadas, outras organizações foram convidadas a assinar o acordo, assumindo, por esta via, o compromisso de colaboração ativa na implementação do plano de ação para a Economia Circular, promovendo o envolvimento e o contributo de múltiplas partes. Em 2018, o acordo apresentava quase 400 assinantes, incluindo empreendedores, trabalhadores, organizações de conservação ambiental, municípios, províncias, autoridades de gestão de águas, instituições financeiras e instituições de educação.

A **Green Deal Approach** é uma iniciativa explorada de forma pioneira nos Países Baixos no âmbito da promoção do envolvimento de *stakeholders* no processo de transição. Os *Green Deals* são acordo mútuos ou convénios de direito privado entre empresas, organizações da sociedade civil e governos locais, regionais e/ou nacionais, que definem concretamente uma ação ou uma iniciativa, assim como o contributo esperado das partes para a sua concretização. O objetivo último destes acordos voluntários é remover barreiras, sejam elas regulatórias, económicas ou sociais, ao processo de transição, o que implica o envolvimento de todos os agentes interessados.

Processo de transição holandês para a Economia Circular





Países Baixos

O programa holandês para a Economia Circular apresenta uma visão a longo prazo e direciona-se para toda a cadeia de valor de determinados setores considerados prioritários

#1

#2

#3

#4

Government Programme for a Circular Economy

Adotado em 2016, o primeiro programa estratégico holandês para a Economia Circular veio confirmar o compromisso do governo em promover esta transição. O programa caracterizava-se por apresentar uma visão a longo prazo e por se direcionar para toda a cadeia de valor, e não para etapas específicas.

O programa estabeleceu os **objetivos a longo prazo do país** em matéria de Economia Circular: até 2030, os Países Baixos ambicionam uma redução de 50% na utilização de matérias-primas primárias, em comparação com 2014, e até 2050 o país pretende tornar-se completamente circular.

Para atingir esta Visão, o documento estabelece **3 objetivos estratégicos**:

- Reutilização de materiais elevado valor em cadeias de abastecimento já existentes;
- Substituição de recursos críticos, produzidos de forma não sustentável ou à base de recursos fósseis, por recursos disponíveis, renováveis e produzidos de forma sustentável;
- Introdução de novas formas de produção, conceção e consumo/uso.

Para além de uma abordagem genérica, o plano de ação holandês reconhece a necessidade de desenvolver estratégias específicas para **5 setores considerados prioritários**, dada a sua importância na economia do país, o seu impacto ambiental e o seu alinhamento com as prioridades europeias. Nesse sentido, foram definidas 5 prioridades setoriais: (i) biomassa e alimentação, (ii) plásticos, (iii) indústria transformadora, (iv) construção e (v) bens de consumo. Para cada um destes setores, foi, posteriormente, desenvolvida uma agenda estratégica, envolvendo diversos *stakeholders*.

Para atingir as ambições estipuladas, o plano de ação estipula **5 domínios de intervenção** considerados essenciais (esquema à direita).

Para os setores selecionados e para os domínios de intervenção, o documento apresenta as principais barreiras a derrubar, as iniciativas em curso e ações futuras. No ano seguinte à adoção do plano, foi divulgado o **plano de implementação** que apresentou concreta e exaustivamente as iniciativas em curso e as iniciativas planeadas para o período 2019-2023. Este programa é atualizado pelo Governo a cada 5 anos.

Cinco domínios de intervenção definidos pelo Programa para a Economia Circular





Países Baixos

O Programa para a Economia Circular define metas ambiciosas para 2030 e 2050 e as agendas setoriais estipulam metas intermédias específicas para cada setor; o sistema de monitorização ainda está em desenvolvimento

#1

Targets definidos

O plano de ação holandês define uma visão clara para 2050 em matéria de Economia Circular, estabelecendo uma meta intermédia para 2030. Adicionalmente, o país adotou metas relacionadas com a gestão de resíduos.

Os objetivos específicos para cada setor prioritário são enunciados nas respetivas agendas, sendo que alguns deles já se encontram devidamente quantificados, enquanto outros ainda estão a ser alvo de estudo aprofundado. Existem ainda metas de alcance regional ou municipal.

Algumas das principais metas nacionais encontram-se na seguinte tabela:

Plano de ação	Ano	Meta
Circular Economy by 2050	2050	Economia completamente circular
	2030	-50% do uso de matérias-primas primárias face a 2014
	2025	Volume máximo anual de resíduos domésticos residuais ⁵ : 30kg/pessoa/ano
	2022	-50% resíduos produzidos por empresas, governo e organizações face a 2012
Plásticos	2030	-44% de resíduos incinerados face a 2016
	2030	Redução de 0,97 Mton de emissões de CO2
	2030	-50% de utilização de novos plásticos de origem fóssil face a 2016
	2030	-1,5%/ano do consumo de plásticos
	2030	15%: substituição de plásticos fósseis por bioplásticos
Biomassa e alimentação	2030	-50% de desperdício alimentar
Indústria	2050	Redução da pegada ecológica para 1 planeta
Bens de consumo	2030	-100% do volume de produtos não essenciais de curta duração

⁵ Não inclui resíduos domésticos separados seletivamente e encaminhados para valorização material ou energética, tais como biorresíduos, papel, cartão, metais, vidro e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

#2

#3

#4

Sistema de monitorização

Em 2018, a Netherlands Environmental Assessment Agency (PBL), a Statistics Netherlands e o National Institute for Public Health and Environment apresentaram uma proposta monitorização da transição para a Economia Circular de âmbito nacional: o *Circular Economy - starting progress measurement*. Este sistema é composto por 3 níveis de controlo:

- 1 Monitorização da ação**
Controlo da implementação das medidas propostas no plano de ação e nas subsequentes agendas setoriais. Esta análise é feita através do parecer de especialistas, com vista à avaliação não apenas da implementação de cada medida, como do seu impacto.
- 2 Monitorização das dinâmicas de transição**
As dinâmicas de transição são divididas em duas etapas: a fase *start-up* e a fase de crescimento. A fase inicial analisa o começo precoce da Economia Circular, com foco nos elementos de capacidades, motivação e estruturas normativas. A fase de crescimento analisa se as empresas realmente implementam estratégias de circularidade, utilizando a denominada escala de Rs.
- 3 Monitorização dos efeitos**
Impactos nos fluxos de materiais (consumo direto/indireto, uso de matérias secundárias, eficiência de recursos), nas emissões de CO₂ e no uso da terra e da água. Os efeitos são monitorados para toda a economia, bem como para os cinco setores.

Avaliação de políticas

Em 2017, a Netherlands Organization for Applied Scientific Research (TNO) publicou o *Ex-Ante Evaluation of the Government Programme for a Circular Economy*, com uma avaliação da capacidade de cumprir as metas definidas para 2030, considerando as submetas definidas no programa. Em 2018, a TNO analisou criticamente cada umas das agendas. A cada 2 anos, a TNO publica um novo relatório de avaliação do progresso.



Países Baixos

Domínios setoriais e ação regional ou local



#1

Agendas setoriais

A abordagem holandesa destaca-se pelo forte enfoque setorial. De facto, ainda que o programa nacional para a Economia Circular se direcione para toda a cadeia de valor, este documento estabelece prioridades setoriais concretas.



#2

Para cada um dos 5 setores prioritários estipulados no Plano de Ação de 2018, foram adotadas agendas de fomento à transição específicas.



#3

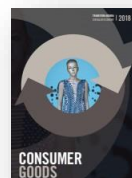
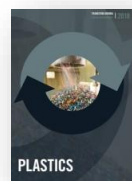
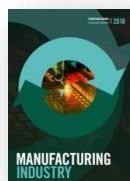
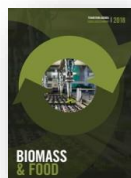


#4

Com vista à conceção e desenvolvimento destas agendas, **foram criados equipas** compostas por um presidente (não governamental) e por um conjunto heterogéneo de *stakeholders* do setor/cadeia de valor, incluindo representantes do governo, empresas, sindicatos e ONG.

Cada uma destas agendas define a **visão** para o setor, os respetivos **objetivos estratégicos** e as **linhas de ação** (aplicando as linhas de ação definidas no plano de ação para a Economia Circular), e **3 agendas** dedicadas a domínios de intervenção centrais: geração de conhecimento, promoção do investimento e impacto social.

As 5 agendas setoriais podem ser consultadas clicando nas imagens de capa abaixo.



Planos de ação regionais ou locais

O processo de transição holandês é caracterizado pelo elevado envolvimento dos vários níveis de governação, não só através de um esforço colaborativo para a definição das agendas nacionais, mas também através de inúmeras iniciativas *bottom-up* de partilha de conhecimento e experiência.

Nesse sentido, **foi criada uma *toolbox* regional** com vista a facilitar o processo de transição ao nível das províncias e municípios, garantindo que as suas iniciativas estão alinhadas com as diretivas nacionais e europeias e fortalecendo as parcerias estabelecidas entre o governo holandês e os restantes níveis de governação. De facto, são várias as iniciativas regionais ou locais que contam com o apoio do governo central. O ***City Deal Circular City*** é um exemplo de uma iniciativa que une 8 cidades, ministérios, centros de saber, instituições financeiras e empresas com o intuito de acelerar a transição para uma Economia Circular, através de 18 projetos-piloto.

Para além destas iniciativas colaborativas, são várias as províncias que, tendo sido encorajadas nesse sentido, desenvolveram **projetos-piloto e adotaram um plano de ação** adaptado ao contexto económico e social da região. Os **Municípios** promovem inúmeras iniciativas em estreita ligação com as empresas locais, ou através da gestão de infraestruturas públicas da sua responsabilidade.

Algumas das iniciativas ou planos de ação regionais ou locais podem ser consultados nos links abaixo.





Países Baixos

A interação entre diferentes quadros políticos transformativos é central no processo de transição holandesa para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

O **Programa para a Economia Circular holandês** reconhece a relevância de promover interações entre diferentes quadros políticos transformativos, uma vez que a completa transição para a Economia Circular requer adaptações das várias dimensões políticas.

Estratégias para matérias-primas

Dada a dependência do país em termos de importação de matérias-primas, o programa para a Economia Circular adotado em 2016 incorporou os principais documentos estratégicos relacionados com matérias-primas desenvolvidos até então.

Em 2011, foi submetido o *Raw Materials Memorandum* que apresentava as perspectivas nacionais e europeias em termos de alterações globais nos recursos, extração, fornecimento e consumo de matérias primas. Este documento aponta para responsabilidade primária do setor empresarial em assegurar o acesso a matérias-primas, mas destaca a necessidade de envolvimento da sociedade civil, dos centros de I&D e do governo. O memorandum deu origem a 3 agendas:

- Agenda 1: secure, enlarge and make the supply sustainable;
- Agenda 2: restrict the demand side and, if possible, make it sustainable;
- Agenda 3: make the use of raw materials more efficient and sustainable.

Em 2012, estas 3 agendas foram incorporadas no *Programme on Bio-based Economy*, cujo principal objetivo é promover a substituição de matérias virgens não renováveis por matérias renováveis. Atualmente, este programa foi incorporado no programa para a Economia Circular.

Adicionalmente, para determinadas matérias-primas, como o ouro, a madeira, os têxteis, a proteína vegetal, as pedras naturais, entre outros, foram desenvolvidos *International Responsible Business Conduct (IRBC) agreements*.

Outras iniciativas políticas que incluem elementos de Economia Circular

Ainda que o país tenha adotado um programa especificamente desenhado para apoiar a transição para a Economia Circular, esta temática é abordada, direta ou diretamente, por outras iniciativas políticas (ver tabela lateral).

Para além disso, a abordagem *top-sector* tem permitido ao governo holandês trabalhar de forma estreita com *stakeholders* de 9 setores económicos, com o objetivo de fortalecer a seu posicionamento internacional. Entre os temas abordados, estão a energia limpa, a alimentação sustentável e a Economia Circular.

Iniciativa política

Descrição

Strategic Vision for the Use of Biomass on the Road to 2030 (2016)



De acordo com este documento, a biomassa sustentável poderá estar disponível em quantidades suficientes para satisfazer a procura holandesa para as indústrias da alimentação, transportes, energia, químicos e materiais. Assim, o documento visa expandir a oferta de biomassa e promover a sua utilização ótima, princípios que vão ao encontro da transição para a Economia Circular.

Agenda for Safe, Healthy and Sustainable Food (2018)



Documento estratégico com vista ao combate do desperdício alimentar, em linha com os princípios da Economia Circular.

A vision for circular agriculture (2018)



Documento estratégico, elaborado pelo *Minister for Agriculture, Nature and Food Quality*, para promover a transição no setor agrícola.

Agenda for the Built Environment (2017)



Programa político (2017–2021) que aborda os desafios do setor da construção relacionados com a redução e armazenamento de CO₂, poupança energética e utilização circular de materiais de construção e instalações de engenharia. Em termos de Economia Circular, os objetivos deste programa são promover o desenvolvimento e manutenção sustentável de infraestruturas, edifícios e zonas verdes, através de acordos como o *Sustainable Civil Engineering* e o *Agreement on Concrete*.

3th National Waste Management Plan (2017)



Documento que estipula as principais metas em termos de resíduos, com base nas metas estabelecidas no programa para a Economia Circular.



Países Baixos

Iniciativas políticas de referência

#1

Principais iniciativas políticas

#2

O apoio à inovação é central e prioritário no desenvolvimento de iniciativas políticas no país. São vários os programas de apoio à atividade de I&D direcionada para domínios de Economia Circular, como é exemplo o *Biorizon shared research programme* ou o *Applied Research – From Waste to Raw Materials (PRO-VANG)*. Em particular, o PRO-VANG deu origem ao *Knowledge Innovation Mapping – From Waste to Raw Materials (KIEM-VANG)*, um esquema para estimular a cooperação no desenvolvimento de conhecimento entre centros de saber, PME e organismos públicos, com o objetivo último de acelerar a transição.

#3

Estão em construção diversos planos de ação para apoiar a transição em cadeias de valor mais específicas, como o *National Action Plan for Fruit and Vegetables (NAGF)*, o *Plastic Pact* (assinado em 2019 por representantes do governo, indústria de reciclagem, retalhistas, produtores e distribuidores de embalagens de plástico, que estabelece uma meta de redução de 20% do uso de plásticos até 2025, tornando todos os plásticos reutilizáveis) ou o *Action plan for wood and woodlands*.

#4

O alinhamento da regulação em vigor com a transição para a Economia Circular é um dos eixos do programa holandês. São várias as propostas regulamentares, sobretudo de âmbito sectorial, sendo que o setor da construção tem sido alvo de bastantes estudos neste sentido. A título de exemplo, a *Building Quality Foundation* tem vindo a analisar alterações regulatórias em matéria de edifícios para incluir princípios de circularidade, assim como os métodos ou sistemas a utilizar para avaliar de forma uniformizada a circularidade nos edifícios.

Experiências práticas estão em curso em Amesterdão e Harderwijk através da adaptação do sistema de qualidade já existente *Environmental Performance for Buildings (Dutch MPG)*.

Em relação à gestão de resíduos, o governo holandês tem mobilizado alguns instrumentos fiscais, sendo que plano fiscal para 2019 inclui uma proposta de aumento da taxa de imposto sobre resíduos, que passará de € 13,21 por tonelada para € 32,12 por tonelada. É ambição do governo holandês alargar o âmbito do imposto sobre resíduos para incluir lamas de depuração e incineração de resíduos em centrais de biomassa.

As medidas com particular incidência em PME, seleccionadas como exemplos de boas práticas⁶, são descritas na tabela que se segue.

Financiamento da transição

A transição para a Economia Circular tem sido suportada por diversos instrumentos financeiros. A maior parte do apoio à implementação destas medidas parte do orçamento de estado nacional. Adicionalmente, vários orçamentos suplementares (setoriais ou de apoio transversal à investigação têm sido mobilizados, tais como o *Climate supplementary fund*, o *Nature and Water Quality supplementary fund*, o *Regional supplementary fund*, entre outros). Estes fundos, são complementados com a mobilização de instrumentos fiscais e várias medidas de apoio à captação de financiamento privado. Finalmente, a transição holandesa para a Economia Circular tem sido apoiada pelos vários fundos europeus mobilizados para esta matéria.

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>Netherland Circulair!</i> (<i>The Netherlands Circular Accelerator</i>) +	Comunidade <i>online</i> criada em 2014 pelo governo holandês em conjunto com vários <i>stakeholders</i> , com o objetivo de mobilizar o setor empresarial para a transição. Para além de promover o contacto entre <i>stakeholders</i> e disseminar conhecimento, esta ferramenta permite aos participantes captar financiamento e parceiros comerciais. O <i>Accelerator</i> é o resultado do esforço colaborativo entre governo, centros de saber, centros de I&D, empresas, cooperativas e outras organizações. O <i>The Netherlands Circular Hotspot</i> é uma iniciativa do <i>Nederland Circulair!</i> dedicada a promover as iniciativas em matéria de Economia Circular internacionalmente.	Envolvimento de stakeholders	Informativo/Network

⁶ De acordo com as Country Sheets preenchidas a nível regional e nacional.



Países Baixos

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>Green Deal Approach</i> +	Os <i>Green Deals</i> são acordo mútuos ou convênios de direito privado entre empresas, organizações da sociedade civil e governos regionais e/ou nacionais, adotados de forma pioneira nos Países Baixos. Desde 2011, já foram celebrados mais de 200 <i>Green Deals</i> , cobrindo 9 temas: energia, bioeconomia, mobilidade, água, alimentação, biodiversidade, recursos, construção e clima. Um exemplo bem sucedido é o <i>Green Deal Circular Procurement</i> , celebrado em 2013.	Envolvimento de stakeholders	Acordos Voluntários
<i>Green Deal Circular Procurement</i>	O GDCP é um método iniciado nos Países Baixos construído em torno do conceito <i>buying into change</i> . O <i>Circular Procurement</i> é direcionado para empresas, organizações e para o setor público e estabelece o compromisso voluntário de optar por materiais reutilizáveis, de base biológica ou biodegradáveis ou por partilhar recursos e produtos com outras organizações, estimulando a cooperação entre diferentes agentes.	Consumo	Acordos Voluntários
<i>Circular Public Procurement</i> +	Em 2023, 10 das categorias de compras do Estado devem ser circulares. O PIANO - <i>Centre for Public Procurement</i> é a entidade responsável por esta transição. O governo central está a definir metas para 2025 e 2030 relativas aos efeitos na redução das emissões de CO2 e poupança de recursos consumidos, sendo que cada um dos ministérios e departamentos governamentais deverá traduzir estas metas em ambições específicas. Alguns organismos públicos já incorporaram princípios circulares nas suas iniciativas, como é o caso da Central Government Real Estate Agency, o Rijkswaterstaat e o ProRail, que incluem na gestão da carteira de escritórios, edifícios e infraestruturas nacionais princípios de Economia Circular até 2030.	Consumo	Public Procurement
Mecanismos RAP +	O esquema de responsabilidade alargada do produtor promovido pela <i>EU Waste Framework Directive</i> , através de um sistema "fiscal", aplica-se apenas a um número limitado de produtos (carros, pneus, eletrónicos, embalagens e baterias). O governo holandês procura expandir a responsabilidade do produtor a outros produtos (têxteis e colchões, construção). Atualmente existem 14 mecanismos RAP nos Países Baixos, cobrindo 5 setores de atividade.	Produção	Regulamentar
<i>Smart Regulation Programme</i>	Programa que promove a interação entre governo e empreendedores, com vista a uma análise conjunta de possíveis alterações legislativas no sentido de promover a inovação sustentável	Envolvimento de stakeholders	Regulamentar



Países Baixos

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
Mobilização de instrumentos fiscais (MIA and VAMIL tax schemes)	Redução do IVA para serviços de reparação considerados de pequena dimensão (incluindo bicicletas, calçado e bens em pele). O <i>Environmental Investment Rebate (MIA)</i> e o <i>Arbitrary depreciation of environmental investments (VAMIL)</i> são 2 instrumentos fiscais que têm como objetivo impulsionar o investimento em ativos considerados amigos de ambiente, isto é, investimentos que produzem mais benefícios ambientais do que os exigidos por lei. O MIA permite uma dedução à coleta de até 36% dos custos de investimento. O VAMIL permite que os custos de investimento possam ser amortizados quando o investidor preferir.	Financiamento/inação	Instrumentos fiscais
Raw Materials Knowledge Plaza	Ferramenta digital desenvolvida para informar as empresas dos riscos e oportunidades relacionadas com o fornecimento de matérias-primas.	Matérias-primas	Informativo
Circular Cities +	Plataforma para o setor da construção dedicada à partilha de conhecimento e experiências, ao apoio de projetos relacionados com o aumento da circularidade, ao desenvolvimento de políticas, contratações e conceções inclusivas. Adicionalmente, foi criada a Platform CB'23 com o objetivo de apoiar a transição neste setor, sobretudo através do desenvolvimento de guias e <i>toolboxes</i> de apoio à construção circular.	Envolvimento de stakeholders	Informativo/Network
CIRCO – Circular Business Design Track +	Iniciativa promovida, desde 2015, pelo governo, empresas, estudantes e investigadores com o objetivo de estimular a criação de novos negócios relacionados com a conceção circular. Nesse sentido, a rede CIRCO é dedicada à promoção da cooperação entre empreendedores e empresas, e à partilha de conhecimento, experiências e inspirações.	Produção	Informativo/Network
Investment platform	Plataforma, ainda em criação, desenvolvida pela <i>Netherlands Investment Agency</i> em colaboração com o <i>European Investment Bank</i> , com o objetivo de promover opções de financiamento para as empresas participantes do <i>Netherlands Circular Accelerator</i> .	Financiamento	Informativo
Material Passport	Ferramenta que impõe um conjunto de condições a materiais utilizados na construção, relacionadas por exemplo com a sua disponibilidade, as condições de armazenamento, a fiabilidade dos dados, transparência e governação. A viabilidade dos <i>material passports</i> está a ser analisada pelo <i>Netherlands Enterprise Agency (RVO)</i> , ainda não estando implementada.	Consumo	Regulamentar/informativo



França

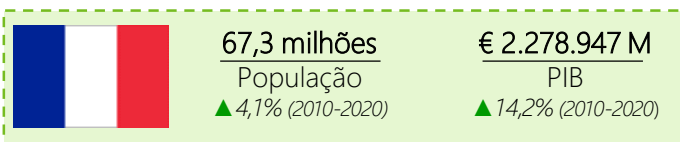
A transição francesa para a Economia Circular é impulsionada por motivações económicas, ambientais e sociais, estando maioritariamente concentrada no governo central

#1

#2

#3

#4



O território francês está dividido 13 regiões e 5 territórios ultramarinos, estando a sua capital, Paris, localizada na região Île-de-France.

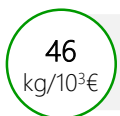


O sistema de governação francês é constituído por 4 níveis: o Governo Central, as regiões, os departamentos e os municípios.

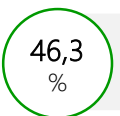
França é caracterizada pela elevada centralização da governação.

Ainda assim, o processo de descentralização em curso é claro e os governos regionais e locais têm cada vez mais autonomia em matérias como desenvolvimento económico e educação.

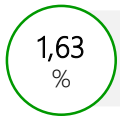
O valor acrescentado associado a setores de Economia Circular⁷ representava 0,94% do PIB em 2018, em linha com a média europeia.



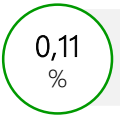
Resíduos gerados por unidade do PIB (2018)



Taxa de reciclagem de resíduos urbanos (2019)



Emprego em setores da Economia Circular¹ (2017)



Investimento bruto em bens tangíveis¹ em % do PIB (2015)

Principais motivações para o desenvolvimento e implementação de políticas para a Economia Circular

As motivações do governo federal para o fomento da Economia Circular são de natureza ambiental, social e económica, destacando-se:

- Diminuição da dependência nacional da importação de matérias-primas, em particular de metais estratégicos e aumentar a segurança do abastecimento das principais cadeias de valor;
- Desde a *Conferência para o Ambiente Francesa* realizada em 2013, a sociedade civil está sensibilizada em matéria de Economia Circular, solicitando iniciativas neste sentido;
- Exploração do potencial económico da transição para a Economia Circular, em particular no que diz respeito à criação de postos de trabalho e ao aumento da competitividade das empresas francesas.

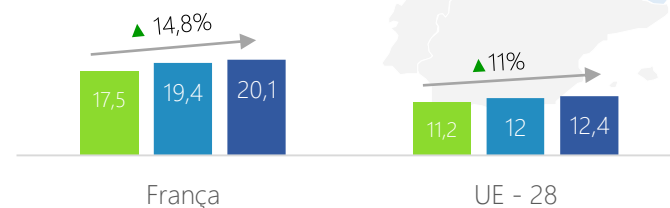
Roadmap for the Circular Economy

O primeiro roteiro francês para a Economia Circular foi adotado em 2018, ao abrigo do *Energy Transition for Green Growth Act*, uma documento estratégico mais amplo.

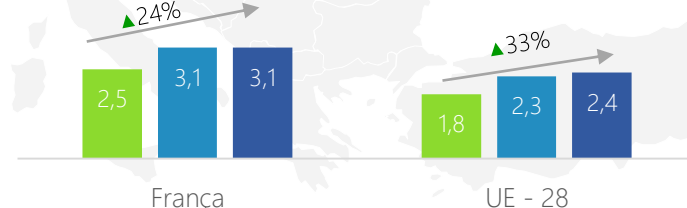
O *Roadmap for the Circular Economy*, resultado do esforço participado de variados stakeholders, estabelece o principal plano de ação para a transição do país, assentando na mobilização de um conjunto amplo de atores, em melhorias na produção, em mudanças no consumo e na otimização da gestão de resíduos.

Já em 2020, foi adotada a nova *Loi anti-gaspillage pour une économie circulaire*, que vem reforçar o compromisso do governo em matéria de Economia Circular. A França destaca-se por ser o primeiro país a transpor as diretivas europeias para propostas legislativas nacionais.

Taxa de circularidade (%)



Produtividade dos recursos (€/kg)



■ 2010 ■ 2016 ■ 2019

⁷ Os setores relacionados com Economia Circular incluem o setor da reciclagem e o setor da reparação e reutilização



França

O processo de transição para a Economia Circular francês caracteriza-se pela participação colaborativa de um diversificado grupo de *stakeholders*, desde a concepção do roteiro à sua implementação

#1

Quadro institucional e envolvimento de *stakeholders*

Em 2017, o Ministério do Ambiente e Transição Solidária e o Ministério da Economia e Finanças, em estreita ligação com o Institut National de l'Économie Circulaire (INEC), iniciou os trabalhos no sentido do desenvolvimento do primeiro roteiro nacional para a Economia Circular.

Este roteiro surgiu como parte integrante de uma estratégia ambiental mais ampla: o *Energy Transition for Green Growth Act*⁸.

O processo de concepção do roteiro caracterizou-se pelo estreito e continuado envolvimento de *stakeholders*. Após o início dos trabalhos, foram promovidos, durante dois meses, quatro *workshops* dedicados aos seguintes temas: (i) território, (ii) plásticos, (iii) consumo e produção sustentáveis, e (iv) instrumentos económicos. Adicionalmente, os diversos *stakeholders* envolvidos reuniram-se em 5 momentos ao longo dos dois meses de trabalho.

Em simultâneo, foi criada uma plataforma *online* de livre acesso com vista a captar contributos e opiniões da sociedade civil. No total, a plataforma recolheu cerca de 1.800 contributos sobre diversas matérias relacionadas com Economia Circular, pondo em evidência o interesse da população em contribuir para a transição.

⁸ A estratégia inclui também o *Plan for Natural Resources*

#2

#3

#4

No início de 2018, foram apresentadas várias propostas na sequência dos *workshops*. Posteriormente, o Governo criou diversos grupos de trabalho, compostos por diferentes atores (incluindo representantes das comunidades, empresas, ONG, entre outros), com o objetivo de identificar as melhores ferramentas para atingir os objetivos estipulados e formas práticas de implementar as ações propostas.

Os resultados deste trabalho colaborativo foram compilados no *Pre-Roadmap*, disponibilizado para consulta pública. Neste segundo momento, foram recolhidos cerca de 3.000 contributos.

Ao fim de cinco meses de trabalho, o primeiro roteiro foi adotado.

Envolvimento de *stakeholders*

Em França, o amplo envolvimento de *stakeholders* na concepção e implementação de políticas públicas é particularmente relevante em matéria ambiental, especialmente após o *Grenelle Environment Forum* em 2007.

Este envolvimento é efetivado através de inúmeros corpos consultivos nacionais (tais como o *National Council for Ecological Transition*, o *National Council of Industry* ou o *National Waste Council*), de comités consultivos regionais dedicados, por exemplo, ao desenvolvimento e monitorização de políticas

regionais de gestão de resíduos, ou de comités nacionais especificamente dedicados ao debate sobre determinados temas (por exemplo o *French Committee on Strategic Metal* – COMES). Em matéria de Economia Circular, o INEC, fundado em 2013, é o principal organismo em termos de mobilização de *stakeholders*. O INEC é composto por mais de 200 membros, incluindo empresas, governo, universidades, organizações, entre outros, e atua em três eixos fundamentais:

- Promoção do debate e da reflexão, através de grupos de trabalho e realização de estudos;
- Promoção da Economia Circular, através de ações de divulgação e realização de eventos;
- Implementação, através de uma plataforma divulgação de boas práticas, de aconselhamento direcionado para regiões e de realização de ações de formação.

Circular Economy Institute
Estabelecimento do principal organismo de apoio à transição



Processo de transição francesa para a Economia Circular





França

O roteiro francês para a Economia Circular é composto por 50 medidas práticas, estruturadas em 4 agendas temáticas: em 2020, foi promulgada uma nova lei com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2018

#1

#2

#3

#4

O roteiro nacional para a Economia Circular

Adotado em 2018, o *Roadmap for the Circular Economy* estabelece que a principal prioridade é a mobilização total de diversos atores para a transição, destacando a importância de envolver diferentes *stakeholders*, todos os setores de atividade e os diversos níveis de governação do país, numa ação coordenada e concertada.

Após a demonstrar os benefícios para o país inerentes à transição para uma Economia Circular, o roteiro estabelece cinco metas de médio prazo relacionadas com o consumo de recursos, gestão de resíduos, utilização de plásticos, emissão de gases com efeito de estufa e com a criação de postos de trabalho.

O roteiro é composto por 50 medidas, divididas em 4 agendas temáticas:

- Melhor produção;
- Melhor consumo;
- Melhor gestão de resíduos;
- Mobilização de atores.

As 50 medidas são classificadas quanto aos seus destinatários, podendo estes ser a sociedade civil, empresas e/ou o governo e autoridades locais. Das 50 medidas, 38 direcionam-se para empresas, 19 para a sociedade civil e 20 para o governo e autoridades locais. As 50 medidas podem ser consultadas no [Anexo 2](#).

Em 2020, foi promulgada a *Law on fighting waste and the circular economy* para dar continuidade aos trabalhos realizados ao abrigo do roteiro para uma Economia Circular, confirmando o compromisso do governo em matéria de Economia Circular.

Este documento recentemente adotado contém 50 medidas e assenta em 5 pilares:

- Eliminação dos plásticos de utilização única até 2040;
- Melhorias na informação prestada aos consumidores;
- Ação contra a obsolescência programada;
- Melhorias na produção (em particular através de esquemas ERP);
- Combate ao desperdício alimentar e fomento do reaproveitamento solidário;

Os documentos estratégicos franceses para a Economia Circular destacam-se por serem os primeiros a incluir as diretivas europeias.

Roadmap for the Circular Economy – 4 agendas temáticas





França

O programa para a Economia Circular define metas ambiciosas para 2030 e 2050 e as agendas setoriais estipulam metas intermédias específicas de cada setor; o sistema de monitorização ainda está em desenvolvimento

#1

#2

#3

#4

Targets definidos

O roteiro francês para a Economia Circular estabelece metas concretas e devidamente quantificadas de médio prazo (até 2030) e metas intermédias (até 2025). Para cada uma das quatro sub-agendas, são estabelecidos objetivos específicos de natureza qualitativa.

Para além das metas estabelecidas pelo roteiro, outros documentos estratégicos estabelecem metas com impacto direto na transição para a Economia Circular. É o caso das metas estabelecidas pelo *Energy Transition Act for Green Growth* relacionadas com eficiência de recursos.

Algumas destas metas são apresentadas na tabela abaixo.

Os mecanismos RAP são bastante desenvolvidos em França, sendo utilizados para estabelecer metas específicas para prevenção e reciclagem de resíduos provenientes cadeias produtivas específicas, destacando-se as embalagens, o papel e material gráfico doméstico, os têxteis e calçado, os eletrodomésticos, os produtos de plástico para agricultura, entre outros. Informações adicionais sobre os esquemas ERP podem ser consultadas [AQUI](#).

Região	Tema	Ano	Meta
Roadmap for the Circular Economy	Recursos	2030	-30% consumo interno de matérias por unidade do PIB face a 2010
	Resíduos	2025	-50% de utilização de aterros para resíduos não perigosos face a 2010
	Plástico	2025	100% de plásticos reciclados
	Descarbonização	-	Redução de emissões de CO2: 8 milhões de toneladas / ano
	Emprego	-	Criação de 300.000 postos de trabalho
Energy Transition Act for Green Growth	Resíduos	2020	-10% produção de resíduos domésticos e similares face a 2010
	Recursos	2020	40% de papel reciclado (restante proveniente de florestas de gestão sustentável)
	Resíduos	2025	Taxa de reciclagem para resíduos não perigosos/não incinerados: 65%

Sistema de monitorização +

O sistema de monitorização da transição francesa para a Economia Circular foi desenvolvido após vários estudos e iniciativas colaborativas, incorporando os contributos de diversos *stakeholders*. O sistema é desenvolvido *pelo General Commission for Sustainable Development*.

O sistema é composto por **10 indicadores** e está disponível *online* para consulta aberta.

Os indicadores utilizados foram selecionados com base nos indicadores já existentes e nos dados disponíveis, cobrindo os eixos de intervenção do roteiro adotado: produção, consumo, gestão de resíduos e mobilização de atores.

Para além da apresentação dos resultados de cada indicador, é exibida uma análise crítica e interpretativa desses resultados, assim como as principais tendências de evolução, facilitando a leitura dos dados obtidos.

1 Indicadores de produção sustentável:

- Consumo doméstico de matérias *per capita*;
- Produtividade de recursos;
- Número de titulares de eco-labels;
- Número de projetos industriais simbióticos.

2 Indicadores de consumo sustentável:

- Car-sharing;
- Desperdício alimentar;
- Despesa das famílias em reparações e manutenção de produtos.

3 Indicadores de gestão de resíduos:

- Quantidade de resíduos depositada em aterros.
- Utilização de matérias-primas recicladas nos processos produtivos.

4 Emprego em setores de Economia Circular



França

Domínios setoriais e ação regional ou local

#1

Agendas setoriais

As medidas estipuladas pelo roteiro nacional para a Economia Circular caracterizam-se por serem **transversais a todos os setores de atividade**, não existindo agendas para a Economia Circular específicas para setores prioritários.

#2

Ainda assim, existem várias iniciativas especificamente direcionadas para determinados setores de atividade, permitindo uma abordagem diferenciada e que incorpore os requisitos e as necessidades de cada atividade. Adicionalmente, **existem numerosas iniciativas políticas de âmbito setorial** que, embora não sejam especificamente desenvolvidas para a promoção da Economia Circular, incluem medidas concretas neste âmbito.

#3

#4



+ O INEC promove grupos de trabalho de natureza setorial, como por exemplo o *Groupe de Travail Systemes Agricoles et Agroalimentaires* ou o *Groupe de Travail Bâtiment*. O objetivo destes grupos é envolver diferentes agentes do processo de partilha de boas práticas ou de dificuldades encontradas, mas também promover o debate em relação à evolução legislativa, regulamentar e fiscal. Note-se que os grupos de trabalho promovidos pelo INEC não são apenas de natureza setorial, existindo, por exemplo, grupos de trabalho dedicados ao desenvolvimento de indicadores de monitorização ou a soluções de financiamento da transição.

+ A política industrial centra-se no **National Industry Council**, composto por 17 comités setoriais estratégicos. Os comités foram encorajados a adotar estratégias próprias relacionadas com a promoção da conceção ecológica e com a transição tecnológica em linha com os princípios da circularidade.

Noutros domínios políticos, a transição para a Economia Circular é tida como prioridade, por exemplo a política de investigação e inovação (a Economia Circular foi distinguida como uma das prioridades de financiamento por vários fundos dedicados ao apoio de I&D, política de resíduos, política para agricultura e alimentação (o combate ao desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de valor é uma prioridade), a estratégia da bioeconomia, entre outras.

Planos de ação regionais ou locais

O roteiro nacional para a Economia Circular destaca a importância da mobilização dos vários níveis de governação para a transição, encorajando as regiões e autoridades locais neste sentido.

O quadro estabelecido pelo *Regional Plan for Waste Prevention and Management* inclui o desenvolvimento de planos de ação regionais para a Economia Circular, ainda que não sejam estabelecidas regras explícitas ao nível do conteúdo de cada plano. Para apoiar as autoridades regionais ou locais a desenvolver o plano de ação, a **Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie (ADEME)** desenvolveu um documento metodológico que descreve os meios de integração da Economia Circular nos planos de gestão e prevenção de resíduos existentes, incluindo diagnósticos de fluxos de resíduos, modelos de governação, estabelecimento de metas, entre outros.

De facto, o potencial económico e social da transição tem motivado várias regiões francesas a **integrar a Economia Circular nas suas estratégias de desenvolvimento regional**. A título de exemplo, a região de Aquitaine definiu a transição para a Economia Circular como uma prioridade estratégica do seu plano de desenvolvimento.

Existem, ainda, outras iniciativas com vista à mobilização local. É o caso da **Zero Waste Zero Wastege**, um concurso cujos vencedores poderiam assinar o *Waste and Circular Economy Contract* (CODEC). O objetivo deste projeto é apoiar comunidades que, de forma voluntária, promovem iniciativas de Economia Circular através da mobilização de *stakeholders* locais. Foram apoiados 153 projetos, tendo sido mobilizados vários milhões de habitantes.



Guide
méthodologique du
développement des
stratégies régionales
d'économie circulaire
en France

TERRITOIRE
ZÉRO DÉCHET
zer
GASPILLAGE



França

A interação entre diferentes quadros políticos transformativos é central no processo de transição francês para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

A abordagem francesa para a transição destaca-se pelas comuns e variadas interações estabelecidas com outros domínios políticos. A transição para a Economia Circular é entendida como um processo que requer o envolvimento dos vários níveis de governação e a mobilização de diferentes quadros políticos.

Estratégias para matérias-primas

França apresenta várias estratégias de matérias-primas relevantes para a transição para a Economia Circular. Destas, destacam-se a *National Strategy for the Mobilization of Biomass*, cujo principal objetivo passa por desenvolver energia proveniente de biomassa e assegurar o fornecimento sustentável e ecológico de energia às instalações produtivas do país: a *National Strategy on the Sustainable Management of Land and Marine Aggregates, Quarry Materials and Substances*, cujo principal objetivo passa por garantir o fornecimento seguro e o acesso efetivo aos depósitos de recursos minerais numa abordagem sustentável e o *Natural Resource Plan*.

França possui, também, um comité específico para metais estratégicos, cujo principal objetivo é promover investigação, com particular enfoque em matéria de Economia Circular, ajudar as indústrias a antever riscos e envolver os diversos *stakeholders* na partilha de conhecimento.

Outras iniciativas políticas que incluem elementos de Economia Circular

Considerando que o roteiro francês para a Economia Circular surgiu no âmbito de uma iniciativa mais ampla (*Energy Transition for Green Growth Act*) composta por outras prioridades temáticas e metas, a estratégia nacional para a transição está intrinsecamente alinhada com outros documentos estratégicos e outras iniciativas políticas, sejam elas de âmbito setorial (mencionadas anteriormente) ou de natureza transversal.

Em paralelo, o governo francês tem posto em prática diversas iniciativas que, deliberadamente, procuram estabelecer sinergias entre Economia Circular e outras áreas políticas.

Estas interações são particularmente relevantes nos domínios de política do consumidor, política de combate às alterações climáticas, política económica e industrial e políticas de importações.

Estas sinergias são descritas detalhadamente na tabela paralela.

Iniciativa política	Descrição
<i>Política do consumidor</i>	A transição francesa para a Economia Circular apoia-se fortemente em iniciativas de defesa dos direitos do consumidor. Por exemplo, desde 2014 que o período de garantia legal por defeito passou de 6 para 24 meses. Em caso de avaria neste período, cabe ao produtor provar que tal se deveu à utilização indevida por parte do consumidor e não o contrário. Adicionalmente, desde o mesmo ano, produtor é obrigado a disponibilizar informações ao consumidor sobre a disponibilidade de peças de reposição.
<i>Política de combate às alterações climáticas</i>	A Economia Circular é vista como um dos principais mecanismos de combate às emissões de gases com efeito de estufa. O roteiro de 2018 é parte integrante do plano nacional para o clima, estando inerente a todas as iniciativas nesse sentido.
<i>Política industrial e económica</i>	A transição para a Economia Circular é incluída em várias ações políticas direcionadas para a indústria, uma vez que é percebida como um mecanismo essencial para o aumento da competitividade empresarial e para a geração de inovações associadas a novas atividades. Neste âmbito, a <i>Direction Générale des Entreprises</i> tem, periodicamente, revisto as suas ações relacionadas com gestão de recursos. Com base nesta revisão, foi desenvolvido um plano de ação para a promoção da conceção ecológica e da transição tecnológica na indústria, em linha com os princípios de circularidade. O objetivo é que cada um dos comités setoriais do National Industry Council adotem estratégias próprias nestes domínios. Em paralelo, o <i>Roadmap on the Efficient Use of Resources</i> (documentos não público) está em fase de implementação.



França

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Principais iniciativas políticas

O envolvimento generalizado de diversos *stakeholders* é a principal prioridade do roteiro francês adotado em 2018. Nesse sentido, são várias as **iniciativas relacionadas com a mobilização de atores** e com o estabelecimento de **pactos voluntários**. O *National Agreement Against Food Waste* é um exemplo, tendo envolvido 5 ministérios e vários agentes através de acordos voluntários no sentido de criar grupos de trabalho, desenvolver indicadores, promover a comunicação com consumidores e melhorar a assistência alimentar.

A abordagem francesa é reconhecida internacionalmente pela ampla aplicação de mecanismos de responsabilidade alargada do produtor (RAP), que são considerados o coração do sistema de gestão de resíduos nacional.

A nova lei dos resíduos e Economia Circular já incorpora muitas das diretivas europeias. Neste âmbito, são várias as medidas com o objetivo de **reduzir a utilização de plásticos e de redução do desperdício alimentar**.

Adicionalmente é dado particular enfoque ao **consumo**, sobretudo através de medidas de fomento ao consumo informado. É o caso do *Environmental Labelling Project*, que consiste em disponibilizar para o consumidor informação quantitativas sobre o impacto ambiental dos produtos, considerando todo o ciclo de vida.

Em termos de combate à obsolescência programada, as principais medidas passam pela extensão do período de garantia, pela criação de um índice de reparabilidade e de durabilidade, pela criação de fundos destinados à reparação, entre outros.

O governo francês tem apoiado vários projetos de I&D relacionados com a Economia Circular através do financiamento por via de organizações como a ADEME (Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie).

São várias as ações com impacto direto ou indireto nas empresas, em particular nas PME. Algumas destas ações, consideradas como boas práticas, são destacadas na tabela que se segue.⁹



Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
Mecanismos RAP	A aplicação de mecanismos RAP cobre cerca de 20 cadeias produtivas em 15 setores de atividade. Para além das cadeias requeridas pelas diretivas da CE, França aplica este esquema ao setor têxtil e calçado, ao setor agrícola, entre outros. A nova Lei de 2020 prevê o alargamento a outras cadeias produtivas, incluindo materiais de construção, brinquedos, artigos de bricolage, jardim e pescas, entre outros. Para garantir a rastreabilidade eficaz dos resíduos foram criados "eco-organismos" responsáveis por assegurar que os resíduos são recolhidos e tratados em concordância com estes esquemas. Quando os resíduos saem de território francês, os eco-organismos são responsáveis por informar o ministério do Ambiente a quantidade e o destino dos resíduos exportados.	Produção	Regulamentar

⁹ De acordo com as Country Sheets preenchidas a nível regional e nacional.



França

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PMEs

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
<i>Commitments for Green Growth (ECV)</i>	Acordos voluntários baseados nos <i>Green Deals</i> holandeses, através dos quais são estabelecidos compromissos mútuos entre o Estado e empresas. Assim, com base nos principais desafios enfrentados pelo setor empresarial, o Estado compromete-se a derrubar alguns obstáculos, facilitando a ação de empresas que se comprometam a desenvolver projetos ou iniciativas pioneiras no âmbito da promoção da sustentabilidade e Economia Circular. Os ECV cobrem as áreas de reciclagem de resíduos de plástico, reciclagem e tratamento de resíduos da construção e demolição, a estruturação do setor de reutilização e reciclagem industrial de vestuário ocupacional, a implementação de um setor de reciclagem de vidro acrílico, a implementação do setor de biocombustíveis sustentáveis para aeronáutica, a reconversão de resíduos de madeira de edifícios em cimento, entre outros.	-	Acordos voluntários
<i>Procurement and Circular Economy Action Programme</i> +	<i>Green Deal</i> promovido pelo INEC, em parceria com a Área Metropolitana de Paris e o <i>Observatory for responsible procurement</i> (ObsAR), para apoiar cerca de 30 participantes a integrar princípios de Economia Circular nas suas compras.	Consumo	Acordos voluntários
<i>The National programme for inter-business synergy (PNSI)</i> +	Iniciativa experimental desenvolvida pelo INEC relacionada com a temática de ecologia territorial e na indústria. O objetivo deste programa dinamizar <i>workshops</i> temáticos que promovam o estabelecimento de contactos entre diversas empresas, para que sejam detetadas potenciais sinergias entre diferente projetos e que, posteriormente, possam ser exploradas pelas empresas.	Envolvimento de stakeholders	Network
<i>Portal for circular economy aid</i> +	Plataforma desenvolvida pelo INEC em parceria com a rede de eco-empresas (PEXE) com o objetivo de divulgar as fontes de financiamento disponíveis a cada momento direcionadas para projetos de Economia Circular, sejam elas de âmbito europeu, nacional ou regional. Este portal interativo permite ainda uma pesquisa filtrada de acordo com diversos critérios (tema, escala geográfica, tipo de instrumento,...), auxiliar o utilizador no acesso aos fundos, e partilhar <i>feedback</i> a outros utilizadores.	Financiamento	Network/informativo



França

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PMEs

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
Planos de conceção ecológica	A fileiras de produção incluídas dos mecanismos RAP deverão apresentar, de 5 em 5 anos, um plano de ação para a prevenção e <i>eco-design</i> dos seus produtos, para que estes contenham mais materiais reciclado e possam ser tratados em território nacional.	Produção	Regulamentar
Benefícios fiscais +	Empresas sociais de recolha e venda de itens usados, diretamente ligadas ao emprego de população desfavorecida, estão isentas do pagamento de IVA.	Consumo/Emprego	Instrumentos fiscais
<i>International Platform on the Circular Economy</i> +	Plataforma <i>online</i> de acesso aberto para partilha de experiências e acesso às principais ferramentas em matéria de Economia Circular. Esta plataforma está conectada com várias plataformas de alcance regional.	Envolvimento de stakeholders	Network/informativo
<i>Les assises de l'économie circulaire</i> +	A cada 2 anos, o INEC e o ADEME organizam uma conferência nacional durante dois dias sobre Economia Circular. Autoridades locais, empresas e associações são convidadas a apresentar exemplos de boas práticas, fomentando a disseminação de conhecimento em áreas da Economia Circular	Envolvimento de stakeholders	Informativo
<i>Public Procurement</i>	O Governo francês procura utilizar a contratação pública para fomentar a procura de materiais e produtos eficientes com reduzidos impactos ambientais. Nesse sentido, as contratações públicas têm favorecido produtos reciclados (foi criado um guia de elaboração de contratos públicos) e os produtos de base biológica sustentável.	Consumo	<i>Public Procurement</i>

3. Gap analysis



3. Gap analysis

3.1. Políticas de promoção da
Economia Circular no
contexto nacional



Portugal

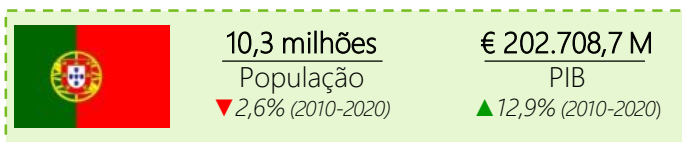
A transição portuguesa para a Economia Circular tem sido impulsionada por motivações económicas, ambientais e sociais, estando, numa primeira fase, maioritariamente concentrada no governo central

#1

#2

#3

#4



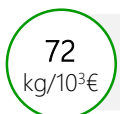
O território Português encontra-se dividido em 18 distritos, 5 regiões continentais e 2 regiões autónomas, Madeira e Açores.



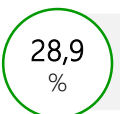
O Estado português é composto por 3 níveis de poder: nacional, regional (regiões autónomas) e local (municípios e freguesias)

Para além dos municípios e freguesias, a administração local inclui entidades intermunicipais, associações de municípios e empresas municipais. Existem ainda 5 serviços administrativos descentralizados com autonomia financeira e administrativa - as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

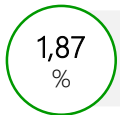
O valor acrescentado associado a setores de Economia Circular representava 0,82% do PIB em 2018, abaixo da média europeia.



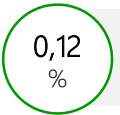
Resíduos gerados por unidade do PIB (2018)



Taxa de reciclagem de resíduos urbanos (2019)



Emprego em setores da Economia Circular¹⁰ (2018)



Investimento bruto em bens tangíveis¹ em % do PIB (2015)

Principais motivações para o desenvolvimento e implementação de políticas para a Economia Circular

As motivações do governo português para o fomento da Economia Circular são de natureza ambiental, social e económica, destacando-se as seguintes:

- Portugal é altamente dependente de outros países para o fornecimento de energia, pelo que a utilização eficiente e controlada de recursos é essencial para a competitividade;
- A transição para a Economia Circular poderá refletir-se num considerável aumento da criação de postos de trabalho e aumento da competitividade das empresas;
- Os princípios da Economia Circular e da utilização eficiente de recursos são essenciais para reduzir os impactos negativos na saúde pública;
- A transição para a Economia Circular é um elemento importante para Portugal cumprir a sua visão estratégica de desenvolvimento económico sustentável e ecológico.

Plano de ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)

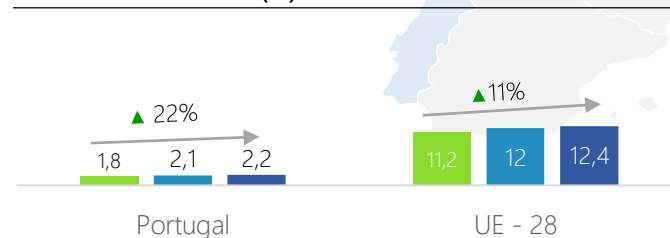
Em 2014, foi estabelecida em Portugal a *Coligação para o Crescimento Verde*, assinada por mais de 100 organizações de diferentes setores de atividade, tendo sido concebido, num processo colaborativo, o *Compromisso para o Crescimento Verde*, uma estratégia nacional de desenvolvimento económico de longo-prazo. Em 2015, esta agenda adotou 3 eixos de intervenção política, sendo um deles a Economia Circular.

Adotado em 2017, o PAEC materializou o primeiro plano de ação português de estímulo à transição para a Economia Circular. Este plano reconhece a importância dos princípios de circularidade para atingir a visão 2050 do país, assentes em 4 pilares:

- Neutralidade carbónica e uma economia eficiente e produtiva no uso de recursos;
- Conhecimento como impulso;
- Prosperidade económica, inclusiva e resiliente;
- Sociedade florescente, responsável, dinâmica e inclusiva.

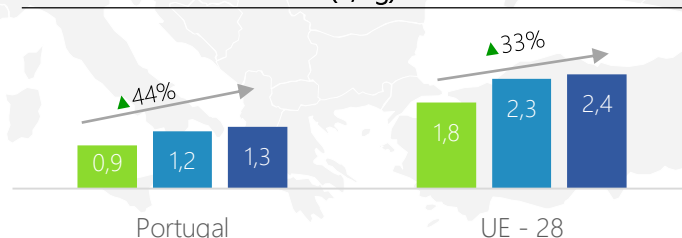
O PAEC foi desenvolvido em estreita colaboração com o governo holandês e apresenta uma visão de curto-prazo.

Taxa de circularidade (%)



■ 2010 ■ 2016 ■ 2019

Produtividade dos recursos (€/kg)



¹⁰ Os setores relacionados com Economia Circular incluem o setor da reciclagem e o setor da reparação e reutilização



Portugal

O processo de conceção do plano de ação português para a Economia Circular envolveu uma estreita ligação com o governo holandês e foi alvo de auscultação pública

#1

Quadro institucional e envolvimento de *stakeholders*

Tipicamente, as iniciativas políticas em matéria de eficiência de recursos materiais são coordenadas pelos ministérios do ambiente e economia, em estreita coordenação com outros ministérios, em particular da agricultura, do mar e da saúde. A Coligação para o Crescimento Verde é um exemplo do envolvimento de vários domínios políticos.

Na mesma linha, em 2015, foi criada a Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular (CA2), com o objetivo de desenvolver e supervisionar o PAEC. O CA2 é composto por quatro áreas governativas: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Economia; Ambiente; Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

A conceção do plano de ação envolveu um levantamento do histórico de desempenho e de medidas existentes conhecidas, a análise do plano de ação europeu e um *benchmarking* de outros planos de Economia Circular. O primeiro passo para o desenvolvimento do PAEC foi a realização de uma visita aos Países Baixos, com o objetivo de, com o apoio do governo holandês, compreender o âmbito dos trabalhos realizados pelo país, assim como os principais domínios temáticos a considerar. Esta visita permitiu que os responsáveis portugueses estabelecessem contacto com vários grupos de

interesse envolvidos no programa holandês, o que se revelou essencial para a incorporação de boas práticas holandesas na conceção do plano de ação português.

Em 2017, uma primeira versão do plano de ação português foi tornada pública, iniciando-se um processo de auscultação pública. Durante este período, foram promovidas, pelo Ministro do Ambiente, 3 sessões de esclarecimentos destinadas a *stakeholders*. Adicionalmente, foram realizados vários debates específicos, com o objetivo de fomentar o envolvimento de um grupo heterogéneo de agentes no processo de desenvolvimento do plano de ação.

O Grupo de Coordenação para a Economia Circular integrou representantes designados por membros do Governo responsáveis pelas áreas dos assuntos europeus, assuntos fiscais, autarquias locais, ciência, tecnologia e ensino superior, saúde, planeamento, economia, ambiente, agricultura, florestas e do mar, coordenado pelos representantes designados pelo membros responsáveis pelas áreas da economia e do ambiente, com vista à disseminação dos princípios de Economia Circular nas políticas governamentais e à operacionalização do PAEC, garantindo a articulação e contributo nacional para as medidas constantes do Plano de Ação para a Economia Circular da União Europeia.

Envolvimento de *stakeholders*

O plano de ação português assumiu que a transição para um novo modelo económico é um processo que exige uma abordagem sistémica e transversal a vários “setores” da sociedade, devendo ser um processo iterativo e interativo. Nesse sentido, para além dos procedimentos supracitados, foram vários os instrumentos especificamente concebidos para fomentar o envolvimento de vários *stakeholders* neste processo, destacando-se o portal *eco.nomia*, um espaço de partilha de conhecimento, incluindo divulgação junto de consumidores e empresas das vantagens e oportunidades de financiamento e um fórum de interação para projetos colaborativos de investimento em Economia Circular.

Compromisso para o Crescimento Verde

Estratégia de desenvolvimento económico sustentável de longo prazo

Processo de transição nacional para a Economia Circular





Portugal

O plano de ação português foi estruturado em 3 níveis de ação: macro, meso e micro, apresentando 7 ações de âmbito nacional flexíveis e transversais

#1

#2

#3

#4

Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)

Adotado em 2017, o PAEC destaca a importância da interação entre vários domínios políticos e do envolvimento de diversos *stakeholders*, referindo que o processo de transição não pode ser composto apenas por ações *top-down* (Governo) ou *bottom-up* (utilizadores/consumidores, empresas, administrações regionais e locais e municipais).

Após demonstrar os benefícios para o país inerentes à transição e apresentar algumas práticas implementadas noutros países europeus, o documento defende um conjunto de ações flexíveis à evolução do tema na agenda nacional e internacional.

O plano português estabelece 3 níveis de ação:

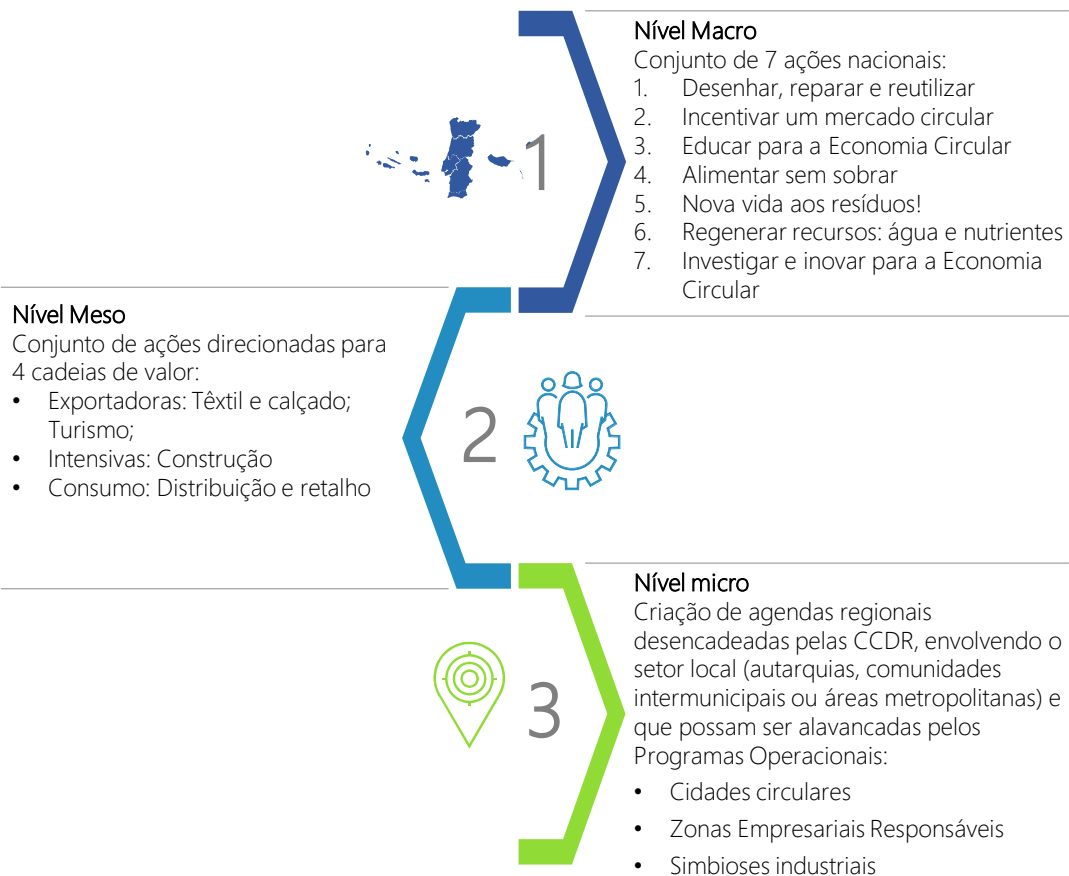
- **Macro** - Ações de âmbito estrutural, que produzem efeitos transversais e sistémicos, potenciadores da apropriação de princípios da Economia Circular pela sociedade. O nível macro incluiu 7 ações e usou o mesmo racional do plano de ação da UE para a Economia Circular – produto, consumo, resíduos/ matérias-primas secundárias, com o conhecimento como elemento central para o desenvolvimento de soluções. Para cada ação, foi criada um ficha com os objetivos, as entidades envolvidas, os setores-chave, orientações, níveis de progresso e indicadores.

- **Meso (ou setorial)** - Ações ou iniciativas definidas e assumidas pelo conjunto de intervenientes na cadeia de valor de setores relevantes para o aumento da produtividade e utilização eficiente de recursos do país, capturando benefícios económicos, sociais e ambientais. Foram definidas 4 cadeias de valor consideradas prioritárias, tendo em conta o consumo intensivo de matérias, a eficiência energética e o potencial exportador.

- **Micro (regional/local)** - Iniciativas promovidas pelo conjunto de agentes governativos, económicos e sociais, regionais e/ou locais, que incorporam o perfil económico local e o valorizam na abordagem aos desafios sociais.

Os níveis das ações, relacionando-se e reforçando-se positivamente, procuraram criar mecanismos de retorno capazes de fazer evoluir o contexto de modo iterativo e consolidar os conhecimentos, as políticas, os projetos e os resultados, impulsionando os agentes envolvidos.

Roadmap for the Circular Economy – 4 agendas temáticas





Portugal

O plano de ação português integrou um conjunto de 9 metas relacionadas com a transição para a Economia Circular definidas em documentos estratégicos nacionais anteriores

#1

Targets definidos

O plano de ação português *per si* não apresentou metas concretas. No entanto, o plano compilou um conjunto de *targets* já existentes em matéria de Economia Circular e eficiência de recursos, previamente definidos pelo Plano Nacional de Reformas e pelo *Compromisso para o Crescimento Verde*.

Todas as metas adotadas foram estabelecidas para 2030, no entanto existiam metas intermédias (estabelecidas até 2020).

Existem outros compromissos nacionais relacionados com a transição para a Economia Circular não mencionados no PAEC, nomeadamente as metas definidas pelo PNAEE relacionadas com consumo energético, pelo PNGR e pelo PERSU relacionadas com redução e gestão de resíduos. Algumas destas metas eram de natureza qualitativas e até 2020, pelo que não foram incluídos na análise.

Metas nacionais para a transição para uma Economia Circular

Documento	Tema	Metas 2030
Plano Nacional de Reformas	Valorizar o território	65% de resíduos urbanos preparados para reciclagem
		Reduzir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro para 10%
Compromisso para o Crescimento Verde	Promover a eficiência no uso dos recursos	Aumentar a produtividade dos recursos na economia nacional para 1,72€/t
		Aumentar a incorporação de resíduos na economia para 86%
		Aumentar a reabilitação urbana para 23%
	Contribuir para a sustentabilidade	Aumentar a eficiência energética – reduzir a intensidade energética por unidade por PIB para 101 tep/M€
		Aumentar a eficiência hídrica – reduzir as perdas de água nos sistemas urbanos de adução e distribuição para 20%
		Reduzir as emissões de CO2 para 52,7-61,5 Mt CO2 eq.
		Aumentar o peso das energias renováveis para 40%

Sistema de monitorização

O PAEC, em linha com as diretivas europeias, reconhece a importância do estabelecimento de um quadro de monitorização do progresso para a Economia Circular.

Em 2018, foi realizado e publicado um relatório de monitorização das ações nacionais, com o objetivo não só de acompanhar os trabalhos em curso, como também de divulgar as iniciativas realizadas

Não há, contudo, ainda uma prática de avaliar com regularidade um conjunto de indicadores que meçam o progresso do país neste sentido, apesar de já haver tentativas nesse aspeto e entidades a publicar regularmente indicadores de desempenho ambiental.



Coligação para o Crescimento Verde

O PAEC refere que o exercício de monitorização dos 14 objetivos estabelecidos pelo Compromisso para o Crescimento Verde. Embora não afira toda a dimensão e abrangência da Economia Circular, pode ser considerado uma boa *proxy*, sendo a sua seleção baseada no documento publicado pela Fundação Ellen MacArthur *Delivering the Circular Economy - A toolkit for policymakers*, com os valores disponibilizados pelo Eurostat.



Agência Portuguesa do Ambiente

Através do Portal do SNIAMB (Sistema Nacional de Informação de Ambiente) e do Portal do Estado do Ambiente, a APA permite o acesso georreferenciado e não georreferenciado a uma série de indicadores ambientais que incluem as temáticas Economia e Ambiente, Energia e Clima, Transportes, Ar, Água, Solo e

Biodiversidade, Resíduos e Riscos Ambientais. Anualmente, é publicado por esta entidade o Relatório do Estado do Ambiente onde é feita uma análise de 28 indicadores.



Instituto Nacional de estatística (INE)

O INE, por seu turno, publica anualmente um relatório de Estatísticas do Ambiente onde se descrevem e contabilizam 126 indicadores organizados em 7 temáticas. No entanto, este relatório não faz referência à Economia Circular.

Existem outras entidades /estratégias a propor sistemas de indicadores específicos:



Energia e água - *Guia da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)*



Gestão de resíduos - *Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, PERSU 2020+*



Portugal

Domínios setoriais e ação regional ou local

#1

#2

#3

#4

Agendas setoriais

O segundo nível do plano de ação português relacionou-se com a **abordagem setorial e com o desenvolvimento de agendas específicas para algumas cadeias de valor**. A definição destes setores partiu de uma análise realizada pelo grupo interministerial ao contexto económico português, para a identificação de setores chave para a aceleração da Economia Circular: **intensivos em materiais** (construção), **cariz exportador** (têxtil e calçado; turismo) e **impacto relevante no consumidor** (distribuição e retalho). No entanto, é expectável que outros setores sejam referenciados, como por exemplo, as indústrias ligadas ao mar, a energia, os transportes e logística, a indústria transformadora.

De acordo com o PAEC, a estrutura das agendas não deve ser fechada. O documento apresentou 2 agendas setoriais (para o setor da construção e das compras públicas) e descreveu a estrutura e as entidades a envolver na conceção das agendas para o turismo, distribuição e retalho e têxtil e calçado. A estrutura apresentada pode ser considerada como um primeiro passo para a constituição de “acordos circulares” com o objetivo de abordar no seio de cada setor os respetivos desafios particulares (atualmente já existe o acordo *Água Circular por Natureza*).

Atualmente, **são várias as iniciativas de âmbito setorial destinadas à disseminação dos princípios da Economia Circular**, incluindo o *Guia Setorial para a Economia Circular no Setor Metalúrgico e Metalomecânico*, o *Compromisso Circular do Setor da Distribuição*, a *Agenda Temática de Investigação e Inovação - Economia Circular*, e sessões de discussão com setores (calçado, construção, retalho). Adicionalmente, foi já celebrado o *Pacto Português para os Plásticos*, envolvendo 53 entidades.



Planos de ação regionais ou locais

Reconhecendo a importância da ação enquadrada aos desafios específicos de cada geografia, o plano de ação português dedicou o terceiro nível ao desenvolvimento de agendas regionais. **Atualmente, as CCDR já possuem as respetivas agendas** que devem ser um ponto de partida para a colaboração em matéria de Economia Circular, estimulando a troca de conhecimento, a formação de redes colaborativas, projetos conjuntos e definição de mecanismos de investimento coordenados.

O plano de ação propõe 3 “âncoras” para as agendas setoriais, identificando as principais entidades envolvidas em cada uma das ações: **simbioses industriais** (identificação de redes de simbiose industrial nas regiões), **ciudades circulares** (estabelecimento de rede de soluções, práticas e conhecimento de Economia Circular em contexto urbano) e **empresas circulares** (apoio para identificação de oportunidades em Economia Circular em empresas e rede de boas práticas). Das iniciativas já em curso, destaca-se a Kortex, uma start-up criada em 2015 para promover a simbiose industrial entre agentes económicos, num projeto que engloba competitividade e sustentabilidade – o *Kortex Industrial Hub*. Adicionalmente a Circular Economy Portugal desenvolveu a rede *Pioneiros Circulares*, composta por várias empresas com iniciativas circulares.





Portugal

A interação entre diferentes quadros políticos transformativos tem sido central no processo de transição portuguesa para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

A transição portuguesa para a Economia Circular tem envolvido a permanente interação entre diversos quadros políticos. De facto, o documento de acompanhamento da transição publicado em 2018 faz referência às várias interações registadas.

Estratégias para matérias-primas

Portugal possui uma estratégia direcionada para as matérias-primas, a *Estratégia Nacional para Recursos Minerais e Geológicos 2020*, com uma objetivo de promover o desenvolvimento do setor mineiro. Esta estratégia é suportada por princípios em linha com a transição para a Economia Circular.

Outras iniciativas políticas que incluem elementos de Economia Circular

Em Portugal, são várias as iniciativas que procuram, deliberadamente, o estabelecimento de ligações entre quadros políticos transformativos. A interação da estratégia para a Economia Circular com outros documentos estratégicos efetiva-se por duas vias: a incorporação, no plano de ação para a Economia Circular, de metas e objetivos definidos noutros planos estratégicos (tal como mencionado anteriormente), e a inclusão de princípios de circularidade em documentos estratégicos direcionados para outras áreas.

Ainda que Portugal possua um plano de ação específico para a Economia Circular, existem várias estratégias direcionadas para outras temáticas que envolvem princípios de circularidade.

O documento de acompanhamento da operacionalização do plano de ação nacional, publicado em 2018, lista os vários **quadros políticos que apresentam conexões com a estratégia para a transição circular, sobretudo por definirem o fomento da circularidade como uma prioridade**. Os quadros políticos referenciados (apresentados na tabela lateral) direcionam-se para as temáticas de gestão e prevenção de resíduos, energia, água, educação, investigação e inovação, alimentação e agricultura, entre outros.

O *Roteiro Nacional para Neutralidade Carbónica 2050*, adotado em 2019, por exemplo, manifesta o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, o que se traduz num balanceamento neutro entre emissões de gases com efeito de estufa e sequestro de carbono através do uso da terra e das florestas. O RNC 2050 foi preparado em articulação com outros documentos estratégicos para a Economia Circular, incorporando estes princípios.

Por outro lado, a *Estratégia Turismo 2027* define como um dos objetivos estratégicos para o setor, o fomento da Economia Circular.

O **PNGR**, por seu turno, promove uma política de resíduos integrada com o ciclo de vida dos produtos, focando-se na Economia Circular e no uso eficiente dos recursos naturais.

Iniciativas potenciadoras da Economia Circular

Temática	Iniciativa política
Resíduos	PNGR - Plano Nacional para a Gestão de Resíduos PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos PERH - Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares PESGRI - Plano Estratégico para Gestão de Resíduos Industriais PNAPRI - Plano Nacional para Prevenção de Resíduos Industriais
Energia	ECO.AP - Programa de Eficiência Energética na Administração Pública PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética PNAER - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
Água	PNUEA - Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água PENSAAR 2020 - Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Plano Nacional da Água
Educação, investigação e inovação	Agendas I&I - Agendas de Investigação e Inovação ENEA - Estratégia Nacional de Educação Ambiental Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados da População
Alimentação e agricultura	ENCDA - Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar ENAB - Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica PNPAS - Plano Nacional de Promoção da Alimentação Saudável
Outros	Roteiro Nacional para Neutralidade Carbónica 2050 PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território ENCPE 2020 - Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 Estratégia Turismo 2027 Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 PNAC 2020-2030 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas



Portugal

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PME

#1

#2

#3

#4

Principais iniciativas políticas

As políticas em matéria de Economia Circular em Portugal relacionam-se, sobretudo, com o fomento à inovação, o apoio à educação da população e, com particular importância, ao estabelecimento de um quadro de financiamento a transição. Dada a relevância deste último tópico, o mesmo será abordado com mais detalhe de seguida.

Em termos de fomento à educação, a *Estratégia Nacional para a Educação Ambiental 2020* estabelece a Economia Circular como uma das suas 3 prioridades. Adicionalmente, a temática da Economia Circular é incluída na *Summer School on Sustainable Initiative Sciences*, uma parceria entre a Universidade de Lisboa, o Instituto de Ciência Sociais, o BCSD Portugal e a ONG ZERO. Foi criado, ainda, o primeiro programa de pós-graduação em Economia Circular, resultando da parceria entre a Universidade Lusófona e o Institute for Applied Material Flow Management (IfaS) da Universidade de Trier na Alemanha.

A **promoção da Economia Circular nas PME portuguesas** deve-se, em grande parte, às iniciativas de organismos especificamente dedicados ao apoio ao setor empresarial. Neste campo, destacam-se as várias iniciativas do IAPMEI, tais como instrumentos financeiros de apoio à Economia Circular incluídos nos sistemas de incentivos do PT2020, que têm como objetivo aumentar a competitividade das empresas através da modernização e inovação dos seus processos e produtos, serviços e modelos de negócio, tornando-as mais eficientes no contexto da Economia Circular. A *Academia de PME* do IAPMEI promove vários tipos de ações formativas, informativas e de sensibilização, com vista ao desenvolvimento de competências e boas práticas empresariais, junto do tecido empresarial português, em particular das PME, sendo que um dos temas abordados é a Economia Circular.

Outras iniciativas com impacto direto ou indireto nas PME portuguesas em matéria de Economia Circular são apresentadas na tabela que se segue.

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
Portal ECO.NOMIA +	Plataforma dedicada à partilha de conhecimento, à disseminação de informação para consumidores e empresas sobre as vantagens da Economia Circular e à divulgação de oportunidades de financiamento. O portal tem, ainda, um fórum interativo para projetos colaborativos de Economia Circular e promoção de workshops.	Envolvimento de stakeholders	Plataforma
CECoLAB +	O laboratório colaborativo para a Economia Circular tem sede no campus de Tecnologia e Inovação da BLC3, em Oliveira do Hospital (região interior) e está desenvolver atividades em 3 plataformas tecnológicas: (i) biotecnologia industrial; (ii) processos de sustentáveis de separação e química verde; e (iii) ecodesign. Pretende-se que estas atividades tenham impacto nas cadeias de valor da floresta, das agroindústrias, dos resíduos urbanos, da água, das indústrias transformadoras, da construção e dos serviços. Em termos técnico-científicos, este CoLAB desenvolve trabalho desde a biotecnologia até ao marketing e regulamentação, devido à multidisciplinaridade do tema da Economia Circular.	Investigação	Laboratório colaborativo
Mecanismos RAP	A aplicação de esquemas de responsabilidade alargada do produtor em cerca de 12 cadeias produtivas em 7 setores de atividade.	Produção	Regulamentar



Portugal

Iniciativas políticas de referência direcionadas ou com impacto nas PMEs

#1

#2

#3

#4

Iniciativa política	Descrição	Domínio de intervenção	Instrumento político
Contratos públicos +	A eSPap é a autoridade de gestão do Sistema Nacional de Contratação Pública. Uma das suas prioridades é a promoção de aquisições ecológicas. Em 2018, foi adotada a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE), que define 21 categorias prioritárias e metas concretas (60% procedimentos e 60% de montante financeiro). Esta estratégia baseia-se no estabelecimento de declarações de compromisso e é direcionada para a administração direta e indireta e para o setor público empresarial.	Consumo	Compras públicas
Projeto Life Cycle in Practice (LCiP) +	Financiado pelo programa Life, o LCiP procura estimular a adoção de abordagens ao ciclo de vida, em linha com os princípios de circularidade, em empresas de construção e energias renováveis (incluindo análise do ciclo de vida, conceção ecológica, rótulos ecológicos, entre outros). O Lifecycle Approaches and Circular Economy Resource Centre foi criado em 2016 para dar continuidade às atividades do LCiP nas fases posteriores ao projeto. No entanto, a ação do centro não se restringe aos dois setores mencionados. O LNEG promove várias sessões de formação, apoio técnico a PME e momentos de debate.	-	Network/informativo
SIMPLEX +	Programa que visa simplificar os processos administrativos e legislativos, facilitando as relações estabelecidas entre cidadãos, empresas e serviços públicos. - e-GAR: as guias em papel para transporte de resíduos foram suplantadas por guias eletrónicas para a monitorização de resíduos; - LUA: o esquema de licenciamento único ambiental permite incorporar vários regimes de permissão ambiental num único documento ambiental.	Envolvimento de stakeholders	Regulamentar
Manual para implementar a Economia Circular nas empresas	A ADITEC - Associação Para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, lançou o Manual <i>Como implementar a Economia Circular na minha empresa?</i> para apoiar a formação dos mais diversos atores sociais (incluindo cidadãos, empresas e organizações), contribuindo para um futuro mais solidário, inclusivo e sustentável.	Envolvimento de stakeholders	Informativo
Contratos Circulares +	Baseados nos Green Deals de origem holandesa, o governo português tem procurado celebrar acordos com entidades ao longo das principais cadeias de valor, com vista à promoção da Economia Circular. O Pacto dos Plásticos, que envolve cerca de 53 entidades, e o programa Água Circular por Natureza (a materialização do compromisso da EPAL com a Economia Circular) são os dois exemplos portugueses.	Envolvimento de stakeholders	Acordos voluntários



Portugal

O financiamento da transição

#1

#2

#3

#4

O acesso ao financiamento desempenha um papel central para o estímulo à inovação no âmbito da Economia Circular. As principais fontes de financiamento para a transição estão associadas aos programas geridos a **nível europeu**, aos Fundos Europeus e Estruturais de Investimento, operacionalizados através do Portugal 2020 (e futuro Portugal 2030), ou mesmo a **programas estritamente nacionais**, todos eles geridos por um vasto leque de entidades, aos quais acrescem **formas de financiamento emergentes** como o caso do financiamento colaborativo ou das *green bonds*.

No contexto do Grupo de Coordenação, foi criada uma **equipa específica para a componente de financiamento** com entidades designadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas de Finanças e Desenvolvimento e Coesão, representantes das entidades gestoras dos Programas Operacionais do PT2020, APA, IAPMEI, FCT, ANI, Banco Português de Fomento, ANMP e representantes da Enterprise Europe Network (EEN).

A consolidação de informação sobre financiamento disponível às empresas, num local único, é feita através do portal ECO.NOMIA.

O **Fundo Ambiental** é uma iniciativa ambiental destacada como boa prática. O objetivo deste fundo é apoiar políticas ambientais nacionais e, por esta via, contribuir para o alcance das metas estabelecidas, sobretudo as que se relacionam com a transição para a Economia Circular no setor empresarial português.

Ao abrigo do Fundo Ambiental destacam-se os seguintes apoios, por estarem particularmente direcionados para o **estímulo à Economia Circular**:

- + Programa Apoiar a Transição para uma Economia Circular (2017 e 2018)
- + Repensar os Plásticos na Economia: Desenhar, Usar, Regenerar (DURE) (2018)
- + Economia Circular em Freguesias (JUNTA) (2018)
- + Apoiar a Economia Circular no Setor da Construção (CIRCULAR - Construção) (2018)
- + Apoiar a Economia Circular nas Compras Públicas (CIRCULAR - Compras Públicas) (2018)
- + CIRCULAR: Startups (2019)
- + Apoio a sistema de incentivo para devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis (2019)
- + Programa de apoio à elaboração de estudos de sistemas de recolha de Biorresíduos (2020)

Financiamento da transição para a Economia Circular em Portugal

Programas europeus	Horizonte 2020			COSME		
	SME Instrument + Fast Track to Innovation	InnovFin	Indústria 2020 na Economia Circular		EEA Grants	
			Ligar ganhos económicos e ambientais – Economia Circular		LIFE	
					FEIE	
Portugal 2020	PO Temáticos		PO Regionais		Interface 2017-2023	
	POSEUR	PO COMPETE 2020	PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve	PO Açores, PO Madeira		
Fundos Nacionais	Fundo Ambiental	Fundo Azul	FITEc			Outros
Formas de financiamento alternativas	Crowdfunding			Outros		



3. Gap analysis

3.2. Benchmark: posicionamento global e análise do gap



Gap Analysis

As três abordagens analisadas permitiram construir um quadro comparativo rico, que abrange as diversas dimensões inerentes ao processo de transição para uma Economia Circular

#1

#2

#3

#4

A transição de um modelo económico linear para um modelo circular é um processo complexo e transversal a diversos domínios políticos. **Não existe uma abordagem única** ou um processo de transição uniforme entre os Estados.

De facto, o estudo da abordagem belga, francesa e holandesa à transição para a Economia Circular permitiu construir um **quadro de comparação rico e diversificado** que reflete diferenças culturais, históricas, económicas e políticas dos países. Esta heterogeneidade estimula uma análise mais profícua e mais abrangente do gap entre o processo de transição portuguesa e o dos restantes países.

A **transição belga** destaca-se pela existência de estratégias regionais adaptadas às particularidades de cada geografia, existindo um plano federal que assume, sobretudo, um papel harmonizador.

A **transição holandesa**, em linha com a sua maturidade, destaca-se pelo foco setorial e pelo elevado envolvimento de *stakeholders* em todas as fases do processo.

A **transição francesa**, por seu turno, destaca-se pela capacidade de incorporação pioneira das diretivas europeias nos seus documentos estratégicos e pelo sistema de monitorização da transição.

Os três países estudados assumem a importância do amplo envolvimento de *stakeholders* em todas as fases do processo de transição, assim como da necessidade de promover interações entre diferentes quadros políticos.

No que diz respeito às principais motivações inerentes à transição, fatores económicos, sociais e ambientais são transversais aos três países.

O presente estudo incidiu, ainda, sobre as **principais iniciativas políticas** implementadas pelos diferentes países, tendo sido dada particular relevância às medidas direcionadas ou com impacto nas PME.

A fim de estudar o gap existente entre o processo de transição português e o dos 3 países considerados, **foi conduzida uma análise comparativa**, tendo em consideração os seguintes domínios:

- ▶ Objetivos, metas e monitorização;
- ▶ Foco setorial e criação de planos de ação específicos para determinados setores de atividade;
- ▶ Foco regional;
- ▶ Sinergias e interações entre diferentes quadros políticos;
- ▶ Resultados.





Gap Analysis

Quadro comparativo das abordagens à transição para a Economia Circular

#1

#2

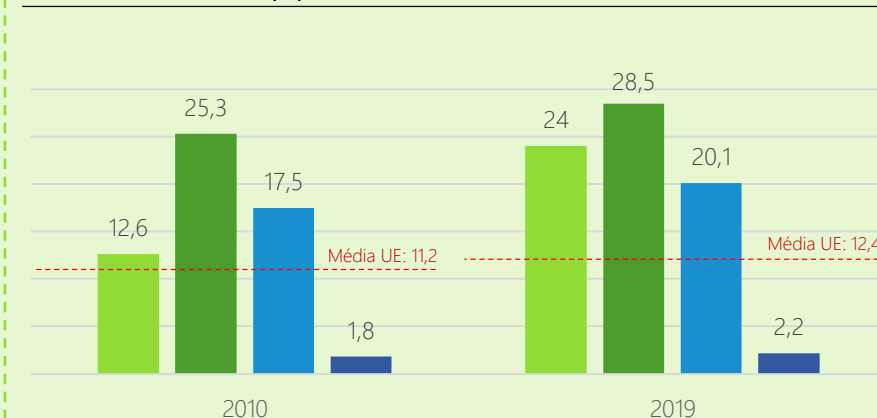
#3

#4

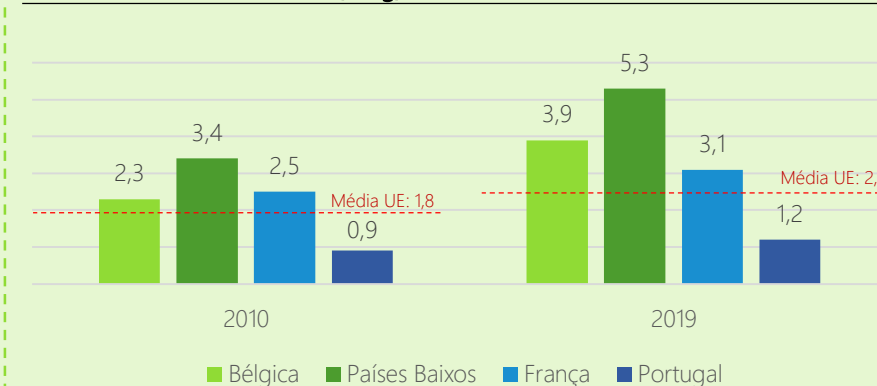
	 Bélgica	 Países Baixos	 França	 Portugal
Estabelecimento de metas	✓	✓	✓	✓
Foco setorial	✓	✓	✓	✓
Definição de domínios de intervenção	✓	✓	✓	✓
Planos/abordagem regional	✓	✓	✓	✓
Sistema de monitorização	✓	✓	✓	✓
Interação entre diferentes quadros políticos	✓	✓	✓	✓
Taxa de circularidade	✓	✓	✓	✗
Produtividade dos recursos	✓	✓	✓	✗

Legenda: ✓ Forte ✓ Relevante ✓ Intermédia ✗ Frágil

Taxa de circularidade (%) em 2010 e 2019



Produtividade dos recursos (€/kg) em 2010 e 2019





Gap Analysis

Quadro comparativo das abordagens à transição para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

				
Estabelecimento de metas	A abordagem belga caracteriza-se pela inexistência de metas nacionais. Cada uma das 3 regiões estabelece os seus próprios objetivos, observando-se alguma disparidade em termos dos domínios temáticos dessas metas, da abrangência temporal, da ambição e dos seu caráter quantitativo ou qualitativo. Estas disparidades refletem as diferenças do posicionamento de cada região no que diz respeito à transição para a Economia Circular.	O plano de ação holandês estabelece uma visão clara de longo-prazo: tornar os Países Baixos circulares até 2050. O plano apresenta ainda um conjunto de metas intermédias, até 2030. Adicionalmente, cada uma das agendas setoriais apresenta metas específicas para cada um dos setores prioritários, garantindo que as principais atividades económicas estão alinhadas na progressão para a Economia Circular.	França estabelece metas de médio prazo, até 2030, acompanhadas de metas intermédias. O plano de ação francês estabelece 5 metas quantitativas nos seguintes domínios: (i) eficiência de recursos, (ii) resíduos, (iii) plásticos, (iv) descarbonização e (v) emprego. As metas estabelecidas no plano de ação francês destacam-se por cobrirem várias dimensões inerentes à Economia Circular, incluindo questões económicas e sociais. Estas metas estão alinhadas com outros compromissos do país estabelecidos noutros documentos estratégicos.	O plano de ação português apresenta 9 metas resultantes da compilação dos objetivos de dois documentos estratégicos prévios. As metas nacionais estão direcionadas para a gestão de resíduos, a produtividade de recursos, energia, eficiência hídrica e emissão de gases com efeito de estufa. Estas metas não cobrem todos os domínios inerente à transição, como se observa no caso francês, nem estão adaptados para os diversos setores de atividade, como no caso holandês.
Abordagem setorial	O plano de ação federal belga não define setores de atividade prioritários. No entanto, as abordagens regionais têm um claro foco setorial, apresentando medidas específicas e direcionadas para setores de atividade particularmente relevantes para a economia das regiões ou para a transição. Note-se que ainda não foram adotadas agendas específicas para cada setor.	A abordagem holandesa destaca-se pelo seu foco setorial. Após definir 5 setores prioritários, foram adotadas agendas especificamente desenhadas para responder às necessidades de cada atividade. A estrutura destas agendas é bastante rígida, garantindo uma abordagem uniforme.	França, embora possua ações setoriais, não define nenhum setor de atividade como prioritário.	O plano de ação português possui um eixo específico destinado à ação setorial, definindo 4 cadeias de valor prioritárias (que não coincidem com as destacadas a nível europeu). Ainda assim, as medidas definidas são de natureza transversal à economia. Apesar de haver iniciativas setoriais, ainda não existem agendas específicas para os setores estipulados.



Gap Analysis

Quadro comparativo das abordagens à transição para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

				
Definição de domínios de intervenção	O plano de ação federal belga não define qualquer domínio temático. Os planos regionais, por seu turno, possuem domínios de intervenção em matéria de Economia Circular claros, não estando, no entanto, inteiramente alinhados com os domínios europeus.	A abordagem holandesa define com clareza os domínios de intervenção pública em matéria de Economia Circular. O plano de ação identifica 3 objetivos estratégicos relacionados com a reutilização de materiais e matérias-primas secundárias, com a utilização de matérias sustentáveis e com a produção e consumo, alinhando-se, assim, com a perspetiva europeia. Estes domínios são abordados a partir de 5 tipos de intervenção: legislação e regulamentação, iniciativas de mercado, financiamento, conhecimento e inovação e cooperação internacional.	O roteiro francês é composto por 4 agendas de intervenção temáticas, em linha com os domínios de intervenção definidos a nível europeu: produção, consumo, gestão de resíduos e mobilização de atores.	O plano de ação português não define domínios de intervenção claros e alinhados com as diretrizes europeias. Ao nível macro, o plano define 7 ações que incorporam alguns domínios temáticos de intervenção, como a gestão de resíduos e a inovação, mas também algumas dimensões setoriais.
Abordagem regional	Em linha com o modelo de governação belga e tendo em conta as diferenças registadas entre as 3 regiões autónomas, a abordagem do país à transição para a Economia Circular é caracterizada por um elevado foco regional. De facto, o plano federal assume um papel essencialmente harmonizador das intervenções políticas regionais. Desta forma, a Bélgica promove uma transição adaptada à realidade de cada região.	Os Países Baixos e a França reconhecem a importância de uma abordagem regional, tendo criado ferramentas e documentos metodológicos com o objetivo de auxiliar os organismos regionais na elaboração de planos de ação para a Economia Circular. Em ambos os países, já existem alguns roteiros e planos de ação neste âmbito e são várias as iniciativas de natureza local, no entanto, não se observa ainda uma cobertura total do território destes países.		Portugal, através das CCDR, possui planos de ação de âmbito regional, devidamente adaptados aos desafios enfrentados por cada região.



Gap Analysis

Quadro comparativo das abordagens à transição para a Economia Circular

#1

#2

#3

#4

Sistema de Monitorização



A monitorização da transição belga é efetuada a nível regional, sobretudo através da elaboração de relatórios de avaliação de iniciativas políticas. O governo federal criou uma plataforma colaborativa, em conjunto com as 3 regiões autónomas, com o objetivo de uniformizar os indicadores utilizados no país, partindo do quadro de monitorização da CE.



Nos Países Baixos, através de um processo colaborativo, **foi concebido um sistema de monitorização que abrange todas as dimensões da transição**, permitindo detetar os pontos fracos da abordagem de forma mais precisa e eficaz. Neste sentido, os indicadores de monitorização dividem-se em 3 níveis: (i) monitorização da ação política, (ii) monitorização das dinâmicas de transição e (iii) monitorização dos efeitos. Em paralelo, é produzido e divulgado um relatório de acompanhamento.



França destaca-se por adotar um sistema de monitorização perfeitamente alinhado com o seu plano de ação, sendo composto por 10 indicadores de (i) produção, (ii) consumo, (iii) gestão de resíduos e (iv) emprego. Os resultados, assim como a sua interpretação, são de acesso aberto. Os indicadores franceses são sobretudo de transição e de resultados.



O plano de ação português reconhece a importância da implementação de um sistema de monitorização. No entanto, **o país ainda não adotou um quadro de indicadores especificamente concebido** para acompanhar a transição para a Economia Circular. Existem vários organismos a divulgar regularmente um conjunto de indicadores ambientais, no entanto estes focam-se apenas em resultados, não cobrindo todas as dimensões inerentes à Economia Circular e estão dispersos pelas diversas fontes, não existindo um *framework* único.



As 4 abordagens estudadas reconhecem a importância de promover interações entre diferentes quadros políticos transformativos.

Frequentemente, as estratégias para a Economia Circular surgem ao abrigo de estratégias de transformação e desenvolvimento mais amplas, pelo que durante a própria conceção são estabelecidas sinergias com outros domínios de intervenção política. Para além disso, quadros políticos relacionados com alterações climáticas, proteção do consumidor, desenvolvimento sustentável, emprego, inovação e educação e gestão de resíduos, tipicamente interagem com as iniciativas de promoção para a Economia Circular.

Em Portugal, são registadas diversas interações, quer por via da incorporação de metas definidas em documentos estratégicos direcionados para outras áreas, quer através da inclusão de iniciativas circulares noutros domínios de intervenção política.

Em termos de indicadores de resultados, Portugal ocupa uma posição intermédia, ainda que bastante aquém dos 3 países analisados. Quer em termos de taxa de circularidade, quer em termos de produtividade de recursos, os valores registados por Portugal são inferiores à média da UE. Ainda assim, gradualmente, Portugal tem progredido nestes campos.



Gap Analysis

Portugal evidencia um amplo espaço para progredir em termos de iniciativas políticas dirigidas para PME, sobretudo relacionadas com o fomento ao envolvimento de *stakeholders* no processo de transição

#1

Iniciativas políticas

A par com a análise da abordagem de cada país à transição para a Economia Circular, o presente estudo focou-se nas principais iniciativas políticas nacionais já em fase de implementação, sobretudo aquelas direcionadas ou com impacto nas PME.

Os países analisados, incluindo Portugal, assumem a mobilização do setor empresarial como um elemento essencial para acelerar a transição. **As medidas implementadas neste âmbito inserem-se em 6 iniciativas:**

- ▶ **Acordos circulares** – Em Portugal, existem poucos contratos circulares em comparação com os restantes países. Ainda assim, ao nível do setor público, já existem iniciativas de promoção de compras circulares.
- ▶ **Fomento ao envolvimento de *stakeholders*** – Os Países Baixos são particularmente desenvolvidos neste campo, tendo criado vários mecanismos de auscultação de stakeholders em matéria de alterações legislativas. Neste campo, Portugal tem um longo percurso a percorrer.
- ▶ **Mecanismos de responsabilidade alargada do produtor** – Portugal já possui vários mecanismos RAP implementados, mas deve procurar alargar o número de fluxos abrangidos.

#2

#3

#4

- ▶ **Educação e consciencialização da população** – Este é um campo particularmente importante para Portugal, existindo relativamente poucas ações neste domínio. Os 3 países analisados são bastante desenvolvidos em matéria de educação, tendo desenvolvido várias ferramentas informativas e de apoio às empresas na transição, como também plataformas associadas a serviços de consultoria especializados em Economia Circular.
- ▶ **Mobilização de instrumentos fiscais** – Tipicamente, os principais instrumentos fiscais mobilizados relacionam-se com a redução do IVA para empresas alinhadas com os princípios de circularidade (Portugal não possui) ou incentivos ao investimento através de benefícios fiscais (Portugal apenas possui política fiscal de apoio à investigação e desenvolvimento - SIFIDE).
- ▶ **Financiamento e apoio à inovação** – O apoio à inovação tem sido uma prioridade em todos os países analisados, incluindo Portugal, quer através da mobilização de apoio financeiro, quer através do desenvolvimento de laboratórios colaborativos. Adicionalmente, é prática comum nos países analisados o desenvolvimento de plataformas dedicadas a apoiar empresas a obter financiamento, também existente em Portugal.

	 Bélgica	 Países Baixos	 França	 Portugal
Acordos circulares	✓	✓	✓	✓
Fomento ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	✓	✓	✓	✓
Mecanismos RAP	✓	✓	✓	✓
Educação e consciencialização da população	✓	✓	✓	✓
Mobilização de instrumentos fiscais	✓	✓	✓	✓
Financiamento e apoio à inovação	✓	✓	✓	✓

4. Conclusões e recomendações



4. Conclusões e recomendações

4.1. Ideias de força



Ideias de força

Portugal, estando já em pleno caminho rumo a uma maior circularidade da sua economia, apresenta ainda um tecido empresarial com vasta margem de melhoria no seu desempenho sob diversos pontos de vista

#1

#2

#3

#4

No desenvolvimento deste estudo foram identificadas políticas e medidas relevantes para impulsionar a Economia Circular nas empresas em Portugal e noutros países da UE, em especial no que diz respeito às PMEs. O objetivo principal foi identificar instrumentos chave que acelerem a transição rápida de uma economia ainda muito linear para uma economia fortemente circular.

Relevam do presente estudo as seguintes ideias de força:

- ▶ A transição para uma Economia Circular é uma das principais prioridades da Comissão Europeia, o que se reflete em variados documentos estratégicos adotados ao longo da última década;
- ▶ A mobilização da indústria para a Economia Circular e limpa destaca o potencial económico e de criação de emprego e identifica áreas chave para o processo de transição, como as tecnologias digitais;
- ▶ Os planos de ação europeus têm incentivado bastante os Estados-Membros ao desenvolvimento de roteiros nacionais, com vista a uma transição harmonizada para a Economia Circular;
- ▶ Na grande maioria dos países europeus, a fase de “produção e distribuição” concentra o maior número de iniciativas políticas, sendo estas maioritariamente medidas de mercado com o objetivo de incentivar a inovação;
- ▶ No final de 2020, cerca de 14 Estados-Membros, incluindo Portugal, já haviam adotado um plano de ação em matéria de Economia Circular;
- ▶ A Bélgica, os Países Baixos e a França foram selecionados neste estudo para uma análise mais aprofundada, por se afigurarem como referência em uma ou mais vertentes das políticas de estímulo à transição para Economia Circular;
- ▶ Em termos de indicadores de resultados, Portugal ocupa uma posição intermédia, ainda que bastante aquém dos 3 países analisados: quer ao nível da taxa de circularidade quer ao nível da produtividade de recursos, os valores registados por Portugal são inferiores à média da UE, sendo que gradualmente, Portugal tem progredido nestes campos;
- ▶ Neste quadro, Portugal evidencia um amplo espaço para progredir em termos de iniciativas políticas dirigidas para PME, sobretudo relacionadas com o fomento ao envolvimento de stakeholders no processo de transição: é fundamental mobilizar a comunidade para impulsionar a capacidade e acelerar a ação coletiva para a circularidade, garantindo que esta é diversificada e que inclui empresas, governo, associações empresariais, clusters, ONGs e academia;
- ▶ Os planos de economia circular devem ser customizados, tanto ao nível regional como setorial, com definição de indicadores de eficiência de recursos que sejam claros e adaptados aos diversos setores industriais e/ou regiões;
- ▶ Para além do apoio à inovação, devem igualmente ser previstos instrumentos fiscais de incentivo às empresas alinhados com os princípios de circularidade.

4. Conclusões e recomendações

4.2. Recomendações



Recomendações

A redução do gap identificado exige o desenvolvimento de ações, quer pelo governo central quer pelas regiões, quer ainda pelas próprias empresas e associações que as representam

#1

Para que o gap identificado entre Portugal e os países de referência no contexto europeu seja reduzido, devem ser exploradas oportunidades de intervenção e de desenvolvimento de iniciativas em cada uma das seis de análise deste estudo:

#2

#3

#4

- ▶ **Acordos circulares** - as empresas e associações empresariais devem identificar junto do Governo o interesse em estabelecer acordos circulares, que permitam atuar sobre barreiras não financeiras (por exemplo, ao nível regulamentar) que dificultam a expansão no mercado de produtos ou serviços que geram impactos ambientais e económicos positivos.
- ▶ **Fomento ao envolvimento de stakeholders** - o estabelecimento de alterações legislativas e o desenvolvimento de planos estratégicos com impacto nas PME devem considerar a sua auscultação para que seja minimizada a criação de barreiras adicionais.
- ▶ **Mecanismos de responsabilidade alargada do produtos** - o sucesso demonstrado para diversos fluxos geridos através deste sistema permite afirmar que, sempre que seja ambientalmente necessário e economicamente viável, se deve procurar estabelecer novos sistemas para fluxos de resíduos ainda não abrangidos. (e.g. têxteis, brinquedos, cápsulas de café).
- ▶ **Educação e consciencialização da população** – a promoção e desenvolvimento de ferramentas informativas e de apoio às empresas para a transição circular deve ser incentivada (e, quando apropriado, deve incentivar-se a criação de elementos específicos para cada setor da economia.
- ▶ **Mobilização de instrumentos fiscais** – deve ser estudada a inclusão de instrumentos fiscais que premeiem as empresas alinhadas com os princípios de circularidade (e.g. redução do IVA), bem como de incentivos fiscais continuados a investimentos de apoio à Investigação & Desenvolvimento para a criação de produtos e/ou serviços mais circulares.
- ▶ **Financiamento e apoio à inovação** – os esforços desenvolvidos para permitir o acesso a financiamento e apoio à inovação devem ser incrementados para permitir que as empresas nacionais melhorem o seu desempenho circular (as associações empresariais podem desempenhar um papel fundamental neste contexto, ao disponibilizarem informação e apoio para que as PME encontrem as oportunidades de financiamento adequadas e relevantes no contexto da economia circular).

Bibliografia

Bibliografia

- ▶ be.circular (2016), *Programme Régional en Economie Circulaire 2016 – 2020 Mobiliser les ressources et minimiser les richesses perdues: Pour une économie régionale innovante*
- ▶ Circular Change - Institute for Circular Economy (2020), *Roadmap for Circular Economy in Serbia*, Ministry of Environmental Protection, Republic of Serbia
- ▶ EC (2015), *Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a Economia Circular*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
- ▶ EC (a) (2019), *Pacto Ecológico Europeu*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
- ▶ EC (b) (2019), *Report from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the implementation of the Circular Economy Action Plan*
- ▶ EC (2020), *Um novo Plano de Ação para a Economia Circular - Para uma Europa mais limpa e competitiva*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões
- ▶ Ecopreneur.eu (2019), *Circular Economy Update: Overview Of Circular Economy In Europe*
- ▶ EEAC (2017), *Europe goes Circular - Outlining the implementation of a circular economy in the european area*
- ▶ Ellen MacArthur Foundation (2020), *The EU's Circular Economy Action Plan - Setting the world's largest single market on a transition towards a circular economy*
- ▶ European Environment Agency (a) (2019), *Country factsheets on resource efficiency and circular economy in Europe, ETC/WMGE Reports 4/2019*, acedido em fevereiro de 2021 através de <https://www.eionet.europa.eu/etcs/etc-wmge/products/country-factsheets-on-resource-efficiency-and-circular-economy-in-europe>
- ▶ European Environment Agency (b) (2019), *Paving the way for a circular economy: insights on status and potentials*, EEA Report No 11/2019
- ▶ European Environment Agency (2020), *Resource efficiency and the circular economy in Europe 2019 – even more from less*, EEA Report No 26/2019
- ▶ European Investment Bank (2019), *The EIB Circular Economy Guide - Supporting the circular transition*
- ▶ European Union, *European Circular Economy Stakeholder Platform*, Acedido em fevereiro de 2021 através de <https://circulareconomy.europa.eu/>
- ▶ Eurostat (a) (2021), *Circular material use rate* [env_ac_cur], acedido em fevereiro de 2021 através de: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?query=BOOKMARK_DS-876467_QID_27C93842_UID_-3F171EB0&layout=TIME,C,X,0;GEO,L,Y,0;UNIT,L,Z,0;INDICATORS,C,Z,1;&zSelection=DS-876467UNIT,PC;DS-876467INDICATORS,OBS_FLAG;&rankName1=UNIT_1_2_-1_2&rankName2=INDICATORS_1_2_-1_2&rankName3=TIME_1_0_0&rankName4=GEO_1_2_0_1&sortC=ASC_-1_FIRST&rStp=&cStp=&rDCh=&cDCh=&rDM=true&cDM=true&footnes=false&empty=false&wai=false&time_mode=ROLLING&time_most_recent=true&lang=EN&cfo=%23%23%23%2C%23%23%23.%23%23%23
- ▶ Eurostat (b) (2021), *Generation of waste excluding major mineral wastes per GDP unit* [CEI_PC032], acedido em março de 2021 através de: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/CEI_PC032__custom_354647/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=6861ca21-d5c8-4fc1-9d66-eabee18da732
- ▶ Eurostat (c) (2021), *Private investments, jobs and gross value added related to circular economy sectors* [CEI_CIE010], acedido em março de 2021 através de: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/CEI_CIE010__custom_355107/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=04b7b022-bf60-4793-8d95-d8035a7284f3
- ▶ Eurostat (d) (2021), *Recycling rate of municipal waste* [CEI_WM011], acedido em março de 2021 através de: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/CEI_WM011__custom_354731/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=8dc83e1a-de5d-4d1f-8150-7a8cda664888
- ▶ Eurostat (e) (2021), *Resource productivity* [env_ac_rp], Acedido em fevereiro de 2021 através de https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/env_ac_rp/default/table?lang=en

Bibliografia

- ▶ EY-Parthenon (2020), *Indicadores de Economia Circular: Um Contributo para o Sistema Estatístico Nacional*
- ▶ Governo de Portugal (2014), *Green Growth Commitment*
- ▶ Governo de Portugal (2017), *Liderar a Transição - Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020*
- ▶ Governo de Portugal (2018), *Ponto de situação- Liderar a Transição Plano de ação para a Economia Circular em Portugal*
- ▶ Ministère de la Transition Écologique (FR) (2018), *Roadmap for the Circular Economy - 50 measures for a 100% circular economy*
- ▶ Ministère de la Transition Écologique (FR) (2020), *La Loi Anti-gaspillage Dans Le Quotidien Des Français: Concretement Ça Donne Quoi ? Plan gouvernemental économie circulaire*
- ▶ Ministry of Infrastructure and Water Management (NL) (2019), *Circular Economy Implementation Programme 2019-2023*
- ▶ Ministry of Infrastructure and the Environment and the Ministry of Economic Affairs (NL) (2016), *A Circular Economy in the Netherlands by 2050, Government-wide Programme for a Circular Economy*
- ▶ Pantzar, M. and Suljada, T. (2020), *Delivering a circular economy within the planet's boundaries: An analysis of the new EU Circular Economy Action Plan*, Institute for European Environmental Policy (IEEP) and Stockholm Environment Institute (SEI): Brussels and Stockholm.
- ▶ PBL Netherlands Environment Agency (2018), *Circular economy: what we want to know and can measure, Framework and baseline assessment for monitoring the progress of the circular economy in the Netherlands*
- ▶ SPF Economie & SPF Santé publique (BE) (2014), *Vers une Belgique pionnière de l'économie circulaire*
- ▶ SPF Economie & SPF Santé publique (BE) (2016), *Ensemble, faisons tourner l'économie en développant l'économie circulaire en Belgique*
- ▶ SPW (2020), *CIRCULAR WALLONIA: Stratégie de déploiement de l'économie circulaire 2021*
- ▶ The European Economic and Social Committee EESC (2019), *Circular economy strategies and roadmaps in Europe: Identifying synergies and the potential for cooperation and alliance building*
- ▶ The Monitoring and Statistics Directorate (SOeS) (2017), *10 Key Indicators for Monitoring the Circular Economy*, 2017 Edition
- ▶ Vlaanderen Circulair & OVAM (2017), *CIRCULAR FLANDERS: Together towards a circular economy*
- ▶ Vlaanderen Circulair & OVAM (2020), *CIRCULAR FLANDERS RETROSPECTIVE REPORT 2017-2019*

Anexos



Anexo 1

Plano de ação federal belga para a Economia Circular – 21 medidas

#1

#2

#3

#4

1	Desenvolvimento de modelos económicos inovadores através da produção conceção inteligente de produtos.
2	Supervisionar a comercialização de produtos emissores de microplásticos primários – Desenvolvimento de uma estratégia para reduzir a dispersão de microplásticos primários
3	Apoiar a procura de plástico reciclado:
4	- Elaborar critérios de avaliação de conteúdo reciclado - Integrar uma taxa de conteúdo reciclado nas avaliações das contratações públicas
5	Reforço do exemplo do Estado Federal:
6	- Realização de um estudo sobre a organização do orçamento de estado e sobre a contabilidade federal - Estudo das potencialidades da Economia Circular nas contratações públicas
7	Melhorar o controlo de informações ambientais enganosas
8	Simplificar o acesso a informação sobre a performance dos produtos
9	Proteger o consumidor através de uma melhor aplicação de garantias
10	Supervisionar a obsolescência dos produtos:
11	- Criar um ponto de contacto direccionada para a obsolescência programada - Elaborar recomendações relativas ao combate à obsolescência programada

12	Apoiar a reparação de produtos:
13	- Definir critério de reparabilidade - Desenvolver estratégia de comunicação ao consumidor sobre a reparabilidade dos produtos
14	Definir critério de reciclagem
15	Desenvolver e implementar uma visão estratégica para os centros de reciclagem
16	
17	Promover uma reciclagem sã:
18	- Colaborar com o <i>Green Deal North Sea Resources Roundabout</i> - Apoiar a integração de princípios de química verde - Apoiar técnicas de descontaminação - Estudar a possibilidade de substituição de substâncias químicas perigosas
19	
20	Apoiar e informar empresas – criar um centro de conhecimento para a “economia durável”
21	Avaliar o progresso – desenvolvimento de indicadores macroeconómicos



Anexo 2

Roteiro para a Economia Circular França – 50 medidas

A Roadmap for Better Production			
1	Usar mais matérias-primas secundárias	11	Implementação de critérios de eco-modelação para todos os mecanismos RAP e tornar a eco-modelação uma ferramenta para encorajar alterações no comportamento
2	Apoiar o investimento à produção	12	Reforçar a aplicação efetiva da garantia legal de conformidade e realizar uma prorrogação da sua vigência a nível europeu
3	Até 2020, apoiar 2000 empresas voluntárias do mecanismo <i>SMEs winning every time</i> promovido pelo ADEME	13	Melhorar a informação ao consumidor
4	Criar mecanismos RAP para assegurar investimento nos setor de reciclagem industrial e no setor de produção de produtos reciclados	14	Combater o desperdício alimentar
5	Gerir os recursos de forma mais sustentável	15	Até 2019, promover os principais princípio de combate ao desperdício alimentar para a indústria têxtil
6	A partir de 2019, adaptar as competências dos trabalhadores para uma melhor e mais sustentável produção	16	Fortalecer o combate à publicidade de incentivo ao envio prematuro para a sucata de produtos e ao desperdício de recursos
7	Desenvolver rótulos ambientais voluntários para produtos e serviços para os 5 setores prioritários e, até 2018, estender estes esquemas a outros setores	A Roadmap for Better Managing Our Waste	
A Roadmap to Better Consumption		17	Lançar uma campanha de "mobilização geral" para acelerar a coleta de embalagens recicláveis, garrafas plásticas e latas por meio de devoluções para fins de caridade.
8	Fortalecer o conjunto de serviços oferecidos por atores envolvidos em reparação, reutilização e economia de funcionalidade (esquemas de produto-serviço)	18	Estender o mecanismo RAP para embalagens para embalagens profissionais e aumentar a quantidade de garrafas coletadas em restaurantes, cafés e hotéis
9	Fortalecer as obrigações dos fornecedores e distribuidores de apresentarem informações sobre a disponibilidade das partes separadas dos produtos elétricos e eletrônicos e de eletrodomésticos	19	Simplificar o processo de classificação para os cidadãos e harmonizar a cor dos contentores em toda a França
10	Logotipo obrigatório de reparabilidade me produtos eletrônicos e elétricos	20	Melhorar o pictograma conhecido como "Triman" através da simplificação da sua definição
		21	Adaptar a tributação para tornar a recuperação de resíduos mais barata do que a eliminação de resíduos



Anexo 2

Roteiro para a Economia Circular França – 50 medidas

A Roadmap for Better Managing Our Waste	
22	Facilitar a implantação de incentivos de preços para a coleta de resíduos
23	Facilitar a implantação da triagem de biorresíduos na fonte pelos conselhos, facilitando as restrições
24	Reciclar todos os biorresíduos de alta qualidade e permitir que o setor agrícola impulse a Economia Circular
25	Levar a proibição do uso de plásticos fragmentáveis, recipientes de poliestireno expandido e microesferas de plástico ao nível europeu
26	Até 2020, impor a instalação de filtros de recuperação de partículas de plástico nos locais onde são produzidos ou usados
27	No início de 2019, desenvolver uma referência de boas práticas e ferramentas para os conselhos para combater o despejo ilegal de resíduos
28	Reforçar o pacto de confiança entre os mecanismos RAP de forma a devolver espaço de manobra às eco-organizações através do reforço dos meios de fiscalização do Estado e das penalidades.
29	Educar os atores envolvidos na criação de novos mecanismos RAP ou na extensão dos setores existentes para incluir o princípio do "poluidor-pagador" para novos produtos
30	Desenvolver alguns mecanismos RAP para melhorar as suas operações
31	Até 2019, estudar a implantação de um mecanismo financeiro para promover a recuperação de telemóveis antigos
32	Dar aos produtores mais liberdade para exercer sua responsabilidade dentro dos mecanismos RAP
34	Rever as operações de gestão de resíduos de edifícios, para tornar a recolha mais eficiente
35	Até maio de 2019, realizar uma análise aprofundada do atual quadro regulamentar para a "avaliação de resíduos antes da demolição"
36	Até 2020, desenvolver diretrizes técnicas que permitam o reconhecimento do desempenho de materiais reutilizados
37	Adaptar os regulamentos em matéria de resíduos para promover a Economia Circular
38	Facilitar o status "end-of-waste"
39	A partir de 2019, rever as regras de aterro e incineração para resíduos de empresas e organizações
40	Garantir que existe um quadro comum, com igualdade de condições
A Roadmap for Mobilizing all Actors	
41	Realizar esforços de comunicação sem precedentes para mobilizar cidadãos e empresas
42	Consciencializar e educar
43	Implementar e sustentar ações regionais sobre a Economia Circular
44	Utilizar os contratos públicos e "administração exemplar" como uma alavanca para a implantação da Economia Circular



Anexo 2

Roteiro para a Economia Circular França – 50 medidas

A Roadmap for Mobilizing all Actors	
45	Apoiar a Economia Circular através de financiamento específico
46	Fortalecer sinergias entre empresas (ecologia industrial e territorial - EIT - simbiose industrial)
47	Mobilizar a comunidade científica e técnica com uma abordagem multidisciplinar
48	Fortalecer a governança nacional, desenvolvendo o Conselho Nacional de Resíduos em um Conselho Nacional de Economia Circular
49	Integrar as questões e problemáticas especiais dos territórios ultramarinos
50	Prosseguir a ação francesa de apoio à Economia Circular à escala europeia e internacional





Ficha Técnica

Projeto

EcoEconomy 4.0 (apoiado por SIAC financiado pelo COMPETE 2020)

Estudo

Economia Circular: análise do gap nacional face a países de referência
(Ação 1.5 do projeto EcoEconomy 4.0 - E-Book)

Autoria

EY

Equipa

Coordenação

Hermano Rodrigues e Rui Ferreira

Equipa técnica

Beatriz Pereira

Diogo Martins

Sofia Ferreira

Edição

Junho de 2021

Referência

944/21-EYP



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ECO
ECONOMY 4.0